



Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



*O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do
Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau*

Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Estratégia

Mestranda: Sara João Gonçalves

Orientador: Vice-Almirante Vitor Lopo Cajarabille

Co-Orientador: Prof. Aux. Álvaro Luís Nobrega

Lisboa 2011

“In today’s world, a threat to one is a threat to all. Globalization means that a major terrorist attack anywhere in the industrial world would have devastating consequences for the well-being of millions in the developing world. Any one of 700 million international airline passengers every year can be an unwitting carrier of a deadly infectious disease. And the erosion of State capacity anywhere in the world weakens the protection of every State against transnational threats such as terrorism and organized crime. Every State requires international cooperation to make it secure.”

Kofi Annan¹

¹ A More Secure World – Our Shared Responsibility (Brochure) - <http://www.un.org/secureworld/brochure.pdf>. p.1

Índice

Agradecimentos	Pág. 7
Resumo	Pág. 9
Abstract	Pág. 10
Lista de Figuras	Pág. 11
Lista de Quadros	Pág. 12
Acrónimos	Pág. 13
1. Introdução	Pág. 15
Justificação do Tema	Pág. 16
Objectivos de Estudo	Pág. 17
Metodologia Aplicada	Pág. 17
Problemas de Investigação	Pág. 19
2. A Nova Ordem Mundial	Pág. 20
2.1 Novo Conceito de Segurança e Defesa	Pág. 20
2.2 Globalização e a Revolução Tecnológica	Pág. 22
2.3 Novos Actores Internacionais	Pág. 23
2.4 As Novas Ameaças Transnacionais	Pág. 24
a) Terrorismo	Pág. 25
b) Proliferação de ADM	Pág. 26
c) Conflitos Regionais	Pág. 28
d) Outras Ameaças	Pág. 30
3. A Problemática do Estado Falhado	Pág. 31
3.1 Descrição do Fenómeno	Pág. 31
3.2 Caracterização: Síntese	Pág. 32
3.3 Porque falham os Estados?	Pág. 37
3.4 Consequências do <i>State failure</i>	Pág. 39
3.5 Índice dos Estados Falhados	Pág. 40
4. A Teia do Crime Organizado Transnacional	Pág. 43
4.1 Definição da Ameaça	Pág. 43
4.2 Objectivos e Características	Pág. 47
4.3 Criminalidade no Estado	Pág. 49
4.4 Actividades do Crime Organizado	Pág. 53
Crimes Financeiros	Pág. 53
Crimes Tecnológicos ou Cibercrime	Pág. 54
Tráfico de Armas	Pág. 55

Tráfico Humano_____	Pág. 55
Narcotráfico_____	Pág. 56
Diversos Tráficos_____	Pág. 58
4.5 Crime Organizado Transnacional e Terrorismo: Que Ligação? _____	Pág. 58
a) Narcoterrorismo _____	Pág. 59
b) Tráfico de ADM _____	Pág. 59
c) Financiamento de Ataques, Operações, Branqueamento de Capitais_____	Pág. 60
5. Guiné-Bissau: O Pequeno País da África Ocidental_____	Pág. 62
5.1 Breve História e Caracterização da Guiné-Bissau_____	Pág. 64
a) Breve Análise Histórica _____	Pág. 65
b) Breve Análise Económica e Social _____	Pág. 72
5.2 Guiné-Bissau: Um Estado Fraco, em vias de Falhar ou Falhado? _____	Pág. 77
Causas que conduzem ao State Failure_____	Pág. 77
Principais Características de Estado Falhado_____	Pág. 79
Fragilidade das Instituições Estatais e consequente Incapacidade de	
Necessidades e os Serviços Básicos aos seus cidadãos_____	Pág. 79
Instabilidade Política e Económica por vezes associada a uma forte	
contestação social e Perda do Monopólio legítimo do uso da força e	
Legitimidade do Poder _____	Pág. 79
Incapacidade de controlo efectivo sobre o Território Nacional_____	Pág. 80
Inexistência de um clima de Segurança, Obediência e Ordem Interna_	Pág. 80
Factores Estruturantes_____	Pág. 80
Patrimonialismo e Luta pelo Poder _____	Pág. 80
Rivalidade Político-Militar_____	Pág. 82
Criminalidade no Estado/Estado Criminoso _____	Pág. 83
6. A Correlação entre Estado Falhado e Crime Organizado _____	Pág. 86
6. 1 Guiné-Bissau: O Primeiro Narco-Estado Africano_____	Pág. 88
7. Medidas Possíveis _____	Pág. 98
7.1 Fortalecimento dos Estados_____	Pág. 98
a) <i>Peacebuilding</i> _____	Pág. 98
b) <i>Statebuilding</i> _____	Pág. 99
c) <i>Nationbuilding</i> _____	Pág. 100
d) Fortalecimento do Estado da Guiné-Bissau - UNIOGBIS _____	Pág. 100
7.2 Convenção das Nações Unidas (NU) contra o Crime Organizado_____	Pág. 102
a) Combate do Narcotráfico na Guiné-Bissau_____	Pág. 104
7.3 Relações África-UE_____	Pág. 107
a) Estratégia Conjunta África-UE_____	Pág. 107

b) A UE e as Organizações Africanas_____ Pág. 108

c) Missão da UE: EU-SSR-GB_____ Pág. 109

8. Considerações Finais_____ Pág. 112

Bibliografia_____ Pág. 116

Anexos_____ Pág. 142

I. Outras Ameaças Transnacionais_____ Pág. 142

II. Indicadores do Índice dos Estados Falhados_____ Pág. 144

III. Principais Partidos Políticos na Guiné-Bissau_____ Pág. 148

IV. Parceria África-UE_____ Pág. 149

V. Entrevista: Dr. Luís Rosa_____ Pág. 150

VI. Entrevista: Coronel Luís Marquês Saraiva_____ Pág. 151

Agradecimentos

O resultado final desta dissertação de mestrado não teria sido o mesmo sem o apoio e contributo de determinadas pessoas que me ajudaram neste processo todo, contribuindo de cada uma de forma pessoal e única, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento:

Ao Senhor Professor Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille, pela disponibilidade manifestada para orientar a minha dissertação de mestrado. Agradeço o seu apoio e receptividade, a partilha do seu conhecimento e a sua contribuição para esta dissertação. Acima de tudo, muito obrigada por me ter acompanhado nesta jornada académica.

Ao Professor Álvaro Nóbrega, por ter aceitado o meu convite para ser o co-orientador da minha dissertação e toda a sua disponibilidade durante este processo. Os seus conhecimentos e trabalhos académicos foram, sem alguma dúvida, uma mais-valia para esta dissertação.

Ao Coronel Luís Marquês Saraiva que respondeu positivamente, e para além das minhas expectativas, ao meu apelo para a recolha de mais informações sobre a Guiné-Bissau, mostrando-se sempre incansável para me ajudar, fornecendo alguns periódicos deste país e outros elementos de leitura para me auxiliar, na melhor medida que possível, e sempre disponível para quando precisasse de pedir alguns esclarecimentos. Foi, sem dúvida, um dos grandes contribuintes para a minha dissertação.

À Dra. Graça Moura do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento pela conversa frutífera que tivemos sobre a Guiné-Bissau e sobre o processo de consolidação da paz neste país. Foi importante o seu contributo como participante das missões de observação das eleições em Bissau e como observadora da realidade política, económica e social deste país.

Ao Dr. Luís Rosa pelas suas histórias enquanto combatente na Guiné-Bissau, pelos conhecimentos da realidade rural, política e social e a sua relação como João “Nino” Vieira. As suas histórias e a leitura do seu livro deram uma maior valorização a esta dissertação.

A conferência do Instituto de Defesa Nacional sobre a Prevenção e Resolução de Conflito em África nos passados dias 10 e 11 de Outubro de 2011 foi um contributo sem igual, tendo tido a oportunidade de ouvir El Ghassim Wane, o Director do Departamento de Segurança e Paz da União Africana; ter participado no seminário paralelo – “A CPLP e a Resolução dos Conflitos em África”, com especial referência para a Guiné-Bissau; e ouvir o Secretário Executivo da CPLP, o Eng. Domingos Simões Pereira que discursou sobre o papel da CPLP no Processo de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

Agradeço aos meus colegas e amigos Patrícia Afonso e João Churro que me ajudaram na revisão da minha dissertação e auxiliaram com os seus conhecimentos. E às minhas amigas Ana Patrícia e Bruna Emanuela que me sempre apoiaram e me incentivaram.

E por fim, mas não menos importância, aos meus pais Ana Paula e Manuel João e à minha avó Maria Carolina, agradeço de coração todo as palavras de apoio e incentivo, bem como todo o amor e carinho que me têm dado ao longo da minha vida.

Ao meu namorado Bruno Jorge pela paciência, compreensão e amor que me sempre dedicou, cujo constante apoio e incentivo foram essenciais para esta jornada.

O meu profundo e eterno agradecimento e reconhecimento a todas estas pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação de mestrado. A todas lhes dedico a minha dissertação de mestrado.

Resumo

A Nova Ordem Mundial é caracterizada pelo novo conceito de Segurança e de Defesa, pela Globalização e a Revolução Tecnológica, pelo aparecimento de novos actores internacionais não convencionais e pela emergência de novas ameaças transnacionais. Entre as quais se destacam, segundo a Estratégia Europeia de Segurança (EES): o Terrorismo, a Proliferação de ADM (Armas de Destruição em Massa), Conflitos Regionais, Estados Falhados e Crime Organizado.

O Estado Falhado é uma ameaça transnacional que advém da proliferação de Estados que possuem estruturas estatais e económicas débeis, que não detêm o monopólio do uso da força, não sendo capazes de administrar as reformas necessárias e garantir a integridade territorial.

Por seu turno, o Crime Organizado emergiu como uma das grandes ameaças à Segurança internacional provocando uma erosão dos órgãos de Soberania e de Segurança, mitigando o Estado de Direito e a ordem política interna e ameaçando o Bem-Estar social e de Direitos Humanos.

Estas duas ameaças quando conjugadas protagonizam uma grande ameaça à Segurança e estabilidade internacionais, na medida em que estes Estados emergem como um espaço de edificação para as actividades do Crime Organizado como tráfico humano, de armas e drogas e crimes financeiros - onde existe um vazio de Poder legítimo garante de Segurança, integridade e independência, os grupos criminosos utilizam estes Estados como base de operação, logística, planeamento e depósito para as suas actividades ilícitas.

Como caso de estudo será utilizado o exemplo da Guiné-Bissau, que parece apresenta causas e características de um Estado Falhado e, simultaneamente é um dos principais entrepostos na rota de narcotráfico entre a América Latina e a Europa.

Uma solução viável para o combate destas duas ameaças transnacionais implica uma cooperação multilateral a dois níveis: o fortalecimento dos Estados fracos e o combate internacional ao Crime Organizado, através da Convenção das NU.

Palavras-Chave: Ameaças Transnacionais, Estado Falhado, Crime Organizado, Guiné-Bissau, Narco-Estado, Medidas.

Abstract

The New World Order is characterised by the new concept of Security and of Defense, Globalisation and the Technological Revolution, by the emergence of new international non-conventional actors and by new transnational threats. With special reference to, according to the European Security Strategy (ESS): Terrorism, Proliferation of WMD (Weapons of Mass Destruction), Regional Conflicts, Failed States and Organised Crime.

Failed States are a transnational threat that derives from the proliferation of States that have weak state and economic structures, has lost the monopoly on the use of force and isn't able to administer the necessary political and economic reforms and to ensure the territorial integrity.

In turn, Organised Crime has emerged as one of the greatest threats to international Security, causing the erosion of the Sovereignty organs and Security, mitigating the Rule of Law and the internal political order as well as threatening the Welfare state and Human Rights.

These two threats when combined represent one of the greatest threats to international Security and stability, insofar as these States emerge as a building space for the activities of Organised Crime, as the trafficking of humans, arms and drugs and financial crimes - Where there's a vacuum of legitimate power that ensures Security, integrity and independence, crime organisations use this States as a base for operations, logistics, planning and warehouse for their illicit activities.

As a case-study it will be analysed the example of Guinea-Bissau which appears to presents causes and characteristics of a Failed States and, simultaneously, is one of main transshipment point in the drug trafficking routes between South America and Europe.

A viable solution to combat these two transnational threats requires a multilateral cooperation at two levels: strengthening weak States and the international fight against Organised Crime, through the UN Convention.

Key-Words: Transnational Threats, Failed States, Organised Crime, Guinea-Bissau, Narco-State, Measures.

Lista de Figuras

Figura 1 – A Globalização_____	Pág. 22
Figura 2 – Terrorismo_____	Pág. 25
Figura 3 – ADM Nuclear_____	Pág. 27
Figura 4 – Conflito Regional no Terceiro Mundo_____	Pág. 29
Figura 5 – Índice dos Estados Falhados_____	Pág. 41
Figura 6 – Crime Organizado_____	Pág. 43
Figura 7 – Principais Grupos Criminosos_____	Pág. 44
Figura 8 – África – Um Continente de Contrastes_____	Pág. 63
Figura 9 – Mapa da Guiné-Bissau_____	Pág. 65
Figura 10 – Nino Vieira e Tagme na Waie_____	Pág. 70
Figura 11 – Bandeira da Guiné-Bissau_____	Pág. 72
Figura 12 – Região de Casamance_____	Pág. 75
Figura 13 – PR Malam Bacai Sanha_____	Pág. 85
Figura 14 – Mapa dos Estados Falhados_____	Pág. 88
Figura 15 – Produção, Zona de Passagem e Destino da Cocaína_____	Pág. 90
Figura 16 – Apreensões Anuais de Cocaína em África 2000-2007_____	Pág. 90
Figura 17 – Apreensões de Grande Quantidade de Cocaína na África Ocidental 2005-07_____	Pág. 91
Figura 18 – Produção de Cocaína_____	Pág. 94
Figura 19 – Apreensões de Cocaína por País de Trânsito para a Europa_____	Pág. 94
Figura 20 – Apreensões de Cocaína em Voos Comerciais no País de Destino_____	Pág. 95
Figura 21 – José Américo Bubo Na Tchuto_____	Pág. 96
Figura 22 – EU SSR GB 2008_____	Pág. 110

Lista de Quadros

Quadro 1 – Funções do Estado_____	Pág. 33
Quadro 2 – Categorização do Estado_____	Pág. 34
Quadro 3 – Indicadores do Índice dos Estados Falhados_____	Pág. 41
Quadro 4 – Factores do Desenvolvimento do Crime Organizado_____	Pág. 46
Quadro 5 – Categorização do Papel do Estado nas Actividades Criminosas_____	Pág. 50
Quadro 6 – Narcotráfico: As Principais Drogas_____	Pág. 56
Quadro 7 – Análise Demográfica da Guiné-Bissau_____	Pág. 65
Quadro 8 – Eleições Presidenciais de 1994_____	Pág. 67
Quadro 9 – Eleições Legislativas: 03.07.1994_____	Pág. 67
Quadro 10 – Eleições Legislativas: 28.11.1999_____	Pág. 68
Quadro 11 – Eleições Presidenciais de 1999_____	Pág. 68
Quadro 12 – Eleições Legislativas: 24.03.2005_____	Pág. 69
Quadro 13 – Eleições Presidenciais de 2005_____	Pág. 69
Quadro 14 – Eleições Legislativas: 16.11.2008_____	Pág. 70
Quadro 15 – Eleições Presidenciais de 2008_____	Pág. 71
Quadro 16 – Principais Recursos Naturais, Agrícolas e Industriais_____	Pág. 72
Quadro 17 – Principais Indicadores Macroeconómicos_____	Pág. 72
Quadro 18 – Exportações e Importações_____	Pág. 73
Quadro 19 – Diversidade Étnica na Guiné-Bissau_____	Pág. 74
Quadro 20 – Diversidade Religiosa na Guiné-Bissau_____	Pág. 75
Quadro 21 – A Guiné-Bissau no Índice dos Estados Falhados (2005-2011)_____	Pág. 83
Quadro 22 – Planos de Combate ao Crime Organizado Transnacional na Guiné-Bissau_____	Pág. 104

Acrónimos

ACP – África, Caraíbas, Pacífico
ADM – Armas de Destruição Maciça WMD
AGNU – Assembleia-Geral das Nações Unidas
AIEA – Agência Internacional de Energia Atómica
AIEA ITDB – Illicit Trafficking Database of AIEA
AP – Administração Pública
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China
CAST – Conflict Assessment System Tool
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais (ECOWAS)
CLP – Combatentes da Liberdade da Pátria
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS – Conselho de Segurança
DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DEA – (US) Drug Enforcement Agency
DPA – Departamento dos Assuntos Políticos
DPKO – Departamento das Operações de Peacekeeping
EES – Estratégia Europeia de Segurança (ESS)
EUROPOL – Serviço Europeu de Polícia
EUSSRGB – European Union Security Sector Reform in Guinea-Bissau
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIABA – Grupo Inter-governamental de Acção Contra o Branqueamento de Capitais
HIPC – Heavily Indebted Poor Countries
HRW – Human Rights Watch
IDN – Instituto Defesa Nacional
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEF – Índice dos Estados Falhados
INTERPOL – Organização Internacional da Polícia Criminal
JMCDPJ – Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça
LICUS – Low Income Countries Under Stress
MISSANG – Missão de Segurança Angolana na Guiné-Bissau
MFDC – Movimento das Forças Democráticas de Casamance
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento em África
NBQR – Nucleares, Biológicas, Químicas e Radiológicas

OAA – Organização para a Alimentação e Agricultura
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIC – Organização da Conferência Islâmica
OICA – Organização Internacional Civil de Aviação
OMC – Organização Mundial de Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas (NU – Nações Unidas)
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PBC – Peacebuilding Commission
PBSO – Peacebuilding Support Office
PEV – Política Europeia de Vizinhança
PESC – Política Europeia de Segurança Comum
PIB – Produto Interno Bruto
PIB Per Capita - Produto Interno Bruto Per Capita
PM – Primeiro-Ministro
PNUD – Programa das Nações Unidas (NU) sobre o Desenvolvimento Humano
PR – Presidente
PRS – Partido da Renovação Social
RSS – Reforma do Sector de Segurança
SG – Secretário-Geral
TCU – Unidades Transnacionais de Crime
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear
UA – União Africana (AU)
UE – União Europeia (EU)
UAC – Auto-Defesas Unidas da Colômbia
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UNIOGBIS – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau
UNOWA – Escritório das NU para África Ocidental
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WACI – West African Coast Initiative
WMD – Weapons of Mass Destruction

1. Introdução

O princípio do século XXI é caracterizado pela emergência de uma Nova Ordem Mundial, pelo aparecimento de desafios securitários e novas ameaças transnacionais, como também pela pluralidade de novos actores internacionais não convencionais como os movimentos terroristas e os grupos criminosos organizados, o incremento da globalização e a consequente Revolução Tecnológica, a pujança económica da UE e dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e por uma crescente complexidade das Relações Internacionais.

Estamos num período pós Guerra-Fria, de crise económica mundial, de contínuos Conflitos Regionais, de pandemias infecciosas, de alterações climáticas e degradação ambiental, de um maior fluxo de tráfico de drogas e de pessoas. Estes fenómenos não só mudaram por completo a dinâmica da cena internacional, como também deturparam o significado de Segurança para o mundo Ocidental, devido à dimensão securitária global que assumem.

“O aumento das ameaças à segurança transnacional reflectem numerosas mudanças económicas, sociais e políticas que têm ocorrido no mundo desde o final da Guerra-Fria”². Com efeito, as novas ameaças transnacionais exigem um novo esquema de resposta por parte das sociedades, o que conduz a uma reformulação da análise sobre a Segurança, principalmente das políticas de Segurança e Defesa, uma vez que, inerentemente, estas são algumas das principais preocupações do ser humano e um dos temas mais importantes nas agendas dos actores da cena internacional.

No mundo multipolar que está a tomar forma, a UE apresenta-se como um dos principais actores da cena internacional, almejando desempenhar um papel importante na definição da política mundial e nas Relações Internacionais, pretendendo, desta forma, alcançar as expectativas desta Nova Ordem Mundial, bem como as expectativas dos outros actores internacionais que esperam que a União contribua para a Segurança, estabilidade e prosperidade internacional, enquanto garante da paz e Segurança da Europa e da sua periferia.

Neste sentido, em 2003 adoptou a EES, na qual confirma o seu papel nesta Nova Ordem, demonstrando que tem um enorme potencial para se tornar num grande actor internacional - uma Europotência.

Uma das maiores contribuições da EES é a identificação das principais ameaças que constituem um desafio à paz, estabilidade e prosperidade da UE e consequentemente da Europa e

² *Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military (US Army War College)* - <http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/Articles/00autumn/smith.htm>

para o mundo - o Crime Organizado, o Terrorismo, a Proliferação de ADM, os Conflitos Regionais e o Estado Falhado. São, igualmente mencionadas como desafios securitários as migrações ilegais, as agressões ao ecossistema ambiental e as doenças infecciosas.

Tendo em consideração a periferia da UE, destaca-se o espaço africano, que emergiu como uma região estratégica na cena internacional. O continente africano é considerado como uma prioridade na agenda europeia e internacional, sendo alvo de iniciativas e programas de apoio de promoção de Segurança, estabilidade e desenvolvimento, uma vez que os problemas que emanam deste continente afectam a Segurança e estabilidade do mundo. A maioria dos países africanos é assolada por ameaças internas e externas que afectam a sua estabilidade e Segurança, dificultando o seu desenvolvimento e progresso, como os Conflitos armados, a pobreza, a criminalidade organizada e instituições estatais fracas.

Por conseguinte, e tendo em consideração a ameaça do Crime Organizado e da emergência de Estados Falhados no continente africano, coloca-se a seguinte pergunta de partida: **Existirá uma correlação entre o fenómeno de Estado Falhado e a fixação de actividades ligadas ao Crime Organizado Transnacional?** Assim, o objectivo desta dissertação é demonstrar que o Estado Falhado pode ser considerado como um território propício á fixação de actividades ligadas ao Crime Organizado e como um espaço para o estabelecimento das suas bases de operação, logística e armazenamento. Para uma melhor compreensão da relação entre estes dois fenómenos, será utilizado o exemplo da Guiné-Bissau, que dados acontecimentos recentes se tornou num Estado considerado por muitos como Falhado e o primeiro Narco-Estado africano.

Justificação do Tema

Este tema: “O Estado Falhado enquanto espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau” resulta da identificação destas duas ameaças transnacionais – o Estado Falhado e o Crime Organizado – enquanto detentoras da capacidade de ameaçar a paz e a Segurança do mundo. A possibilidade da correlação destas duas ameaças protagoniza uma nova dinâmica muito preocupante traduzida pela utilização deste tipo de Estados, onde existe um vazio de um Poder legítimo que se demonstra incapaz de garantir o desempenho das suas principais funções, para a realização das actividades ilícitas dos grupos criminosos.

Este tema irá contribuir para a compreensão, primeiramente, dos conceitos de Estado Falhado e do Crime Organizado sobre os quais não existe um conceito universalmente reconhecido. Posteriormente procede-se à análise sobre a correlação entre estes dois fenómenos. Para compreender como é estabelecida esta correlação será utilizado o caso da Guiné-Bissau, enquanto objecto de estudo, tentando perceber se o conceito de Estado Falhado se adequa à sua realidade política, económica e social e de que forma a criminalidade organizada se encontra presente neste país.

Objectivos de Estudo

Neste sentido os objectivos de estudo são:

- Analisar o conceito de Estado Falhado e de outros conceitos que se encontram associados a este, como o Estado fraco, em vias de falhar e colapsado, bem como as suas causas e consequências;
- Analisar o conceito de Crime Organizado, incluindo a sua vertente transnacional, tentando inferir sobre os seus objectivos e características principais que definem os grupos criminosos, tal como as actividades ilícitas às quais se dedicam como os crimes financeiros, crimes tecnológicos, tráfico humano, de drogas, de armas, e outros;
- Elaborar uma síntese sobre a história da Guiné-Bissau, desde da independência em 1974 até à actualidade, e proceder a uma pequena análise política, económica e social deste país;
- Através da identificação das causas, características de fragilidade e dos factores estruturantes da Guiné-Bissau, compreender se este país edifica um caso de exemplo de um Estado Falhado;
- Verificar se existe uma correlação entre o Estado Falhado e o Crime Organizado, traduzido na utilização deste tipo de Estado para a fixação de actividades ilícitas dos grupos criminosos;
- Verificar a existência desta correlação no caso de estudo representado pela Guiné-Bissau;
- Identificar possíveis medidas que possam combater estas duas ameaças quer ao nível internacional, quer ao nível da Guiné-Bissau;

Metodologia Aplicada

A metodologia científica aplicada a esta dissertação é o método dedutivo, uma vez que esta dissertação parte de um domínio geral – a análise das duas ameaças transnacionais na sua generalidade – para um domínio particular, o caso da Guiné-Bissau. Este método baseia-se em premissas verdadeiras que pretendem o chegar a uma conclusão, neste caso, se existe uma correlação entre o Estado Falhado e o Crime Organizado, utilizado o estudo de caso deste país. Este método racionalista é proposto por Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), que “pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro.”³ O método indutivo neste caso não seria o mais aconselhável uma vez que este parte do particular para o geral, o que significaria fazer uma generalização sobre a temática, o que seria algo incorrecto tendo em consideração as múltiplas variáveis correspondentes.

Na pesquisa desta dissertação houve a preocupação de existir um enfoque quantitativo, em termos de recolha e análise de dados para responder à questão de partida e em enfoque qualitativo para de recolha e análise de dados para descobrir e aperfeiçoar a questão de partida. Neste sentido,

³ Reis, Filipa Lopes (2010) – *Como fazer uma Dissertação de Mestrado*. PACTOR. Lisboa. p. 23

esta dissertação baseia-se num intenso trabalho de recolha, investigação, leitura e análise de artigos e livros académicos, de sites cibernéticos e de periódicos, orientados em conformidade com os objectivos de cada capítulo.

Algumas entrevistas com diversas entidades ligadas à Guiné-Bissau e a Conferência do Instituto de Defesa Nacional (IDN) sobre a Prevenção e Resolução de Conflitos em África foram mais-valias para esta dissertação, possibilitando uma observação indirecta da realidade deste país.

Assim, a dissertação encontra-se dividida em seis partes, sendo que na primeira parte será brevemente abordada a Nova Ordem Mundial – conceito de Segurança e de Defesa, a Globalização e a Revolução Tecnológica, os novos Actores Internacionais e uma pequena análise das já referidas novas ameaças transnacionais consagradas na EES.

Na segunda parte procura-se compreender o conceito de Estado Falhado, diferenciando-o de outros fenómenos associados e ainda as causas que propiciam o *State failure*⁴ e as suas consequências. Será igualmente abordado o Índice de Estados Falhados (IEF).

A terceira parte centra-se no Crime Organizado incluindo a sua vertente transnacional, e nas principais actividades ilícitas realizadas pelos grupos criminosos como os crimes financeiros, o tráfico de drogas, entre outros. A Criminalização no Estado é um fenómeno que actualmente se encontra associado ao Crime Organizado, por isso será alvo de uma pequena abordagem. Também será brevemente abordado a ligação entre o Crime Organizado e o Terrorismo.

Na quarta parte é realizada uma pequena análise de África, enquanto um continente de grandes contrastes e uma análise histórica, política, económica e social da Guiné-Bissau, um pequeno e pobre país da África Ocidental. Face a esta análise histórica, política, económica e social procede-se à categorização deste país nos termos de fraqueza do Estado – fraco, frágil, em vias de falhar ou falhado.

A quinta parte pretende responder à pergunta de partida: existirá uma correlação entre o fenómeno de Estado Falhado e a fixação de actividades ligadas ao Crime Organizado Transnacional? Para explicar esta correlação entre Estado Falhado e o Crime Organizado Transnacional será utilizado, como já referido, o exemplo da Guiné-Bissau, um país como tantos outros países africanos padece de dificuldades na sua construção política e económica.

Na sexta parte, as atenções serão concentradas na tentativa de propor medidas possíveis para combater estas duas ameaças transnacionais. Este combate implica uma cooperação bilateral e multilateral a dois níveis: no fortalecimento dos Estados fracos através do *peacebuilding*, incluindo a

⁴ O termo em tradução para português é falhanço do Estado, mas para manter a viabilidade da palavra, o termo apresentado ao longo desta dissertação será *State failure*.

sua vertente *statebuilding* e *nationbuilding*, e no combate internacional ao Crime Organizado transnacional pela Convenção das NU contra o Crime Organizado e os seus três Protocolos adicionais.

Tendo em consideração a importância crescente do espaço africano e dos seus laços históricos, culturais e geográficos com a UE, será igualmente abordado as relações África-UE, no reforço da cooperação de diversas parcerias estratégicas através da Estratégia Conjunta África-UE. Relativamente, à Guiné-Bissau serão analisadas, igualmente, soluções para fortalecer o Estado através das missões realizadas pela UE e pela ONU e identificado os diversos planos nacionais e regionais de combate ao narcotráfico.

Na sétima e última parte desta dissertação procede-se às considerações finais, por um breve análise das temáticas abordadas ao longo desta dissertação e uma análise prospectiva sobre a Guiné-Bissau.

Problemas de Investigação

Foram registadas algumas dificuldades ao longo desta dissertação, nomeadamente:

- Não existe um conceito universal de Estado Falhado, conduzindo à necessidade de identificação de vários conceitos de diversos autores sobre este fenómeno a fim de compreender o conceito em si;
- Existe alguma confusão entre os conceitos associados ao Estado Falhado, como o Estado frágil, em vias de falhar e colapsado, uma vez que existem diversos conceitos para medir o grau de fraqueza/fragilidade das instituições estatais;
- Também não existe um conceito universal de Crime Organizado, para colmatar esta dificuldade, foi utilizado o conceito da ONU e da UE;
- Devido à clandestinidade e secretismo dos grupos criminosos e das actividades ilícitas é complicado indicar os verdadeiros lucros das suas actividades, foram apenas utilizadas estimativas da United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC);
- Existência de algumas incongruências nas várias fontes de informação sobre a história da Guiné-Bissau;
- A falta de rigor nos recenseamentos deste país implica que as estimativas utilizadas para exprimir a diversidade religiosa e étnica podem não ser as mais fidedignas, todavia estes eram os únicos elementos disponíveis que podiam ser acedidos;

2. A Nova Ordem Mundial

A pesar de não existir uma data precisa para o nascimento da Nova Ordem Mundial, é reconhecido que o final da Guerra-Fria em 1989 e o consequente fim do sistema bipolar de equilíbrio de Poder marcaram o nascimento da Nova Ordem Mundial. Os analistas de Ciência Política e das Relações Internacionais têm diversas interpretações sobre esta data e do seu significado para o sistema internacional, contudo alimentavam sobre esta Nova Ordem um sentimento renovado de paz, de estabilidade e de prosperidade para o mundo. Com efeito, existe uma convergência de opiniões entre os analistas sobre as profundas mudanças verificadas, entre as quais se salienta um novo conceito de Segurança, o incremento da Globalização, os novos Actores Internacionais e a sua crescente importância na arena internacional e a emergência de novas e antigas ameaças transnacionais.

2.1 Novo Conceito de Segurança e Defesa

A **Segurança** sempre foi uma das principais preocupações do ser humano desde os primórdios da civilização e, inerentemente, é um dos temas principais da actualidade e das agendas dos principais actores da cena internacional – *“A preservação das pessoas e dos seus bens é uma das mais velhas preocupações do Homem registadas pela História. Tal tendência tem acompanhado a evolução da humanidade no sentido de organizar as suas comunidades em sociedades cada vez mais institucionalizadas e, por isso, a segurança apresenta hoje aspectos de grande complexidade e altamente diversificados, fruto da recente aceleração da História.”*⁵

Neste sentido, a Segurança pode ser entendida como *“the condition of being protected from or not exposed to danger, (...) a feeling of safety or freedom from or absence of danger”*.⁶ A Segurança está geralmente associada ao Estado-Nação e é um estado de continuidade e nunca absoluto, por ser um estado relativo. O Estado tem como suas finalidades principais assegurar a Segurança, Bem-Estar económico e social, identidade comum e justiça para que os seus cidadãos possam usufruir dos seus direitos e proteger os seus interesses⁷, sendo esta crucial para a liberdade e para o desenvolvimento do Estado.

Associado à Segurança, encontra-se o conceito de **Defesa**, pois são conceitos indissociáveis. O IDN define a Defesa enquanto *“o conjunto de medidas e acções adequadamente integradas e coordenadas que, global e sectorialmente, permitem reforçar capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando criar as melhores condições para a prevenção e combate*

⁵ Alves, Armando Carlos (2010) - *Introdução à Segurança*. Revista da Guarda Republicana. Lisboa. p.136

⁶ Biscop, Sven. (2004) - *The European Security Strategy – Implementing a Distinctive Approach to Security*. Royal Institute for International Relations. Bruxelas. p. 3

⁷ Este conceito também inclui a garantia de independência, de soberania e integridade territorial - *In* Couto, Abel Cabral (1986) - *Elementos de Estratégia*. Volume II. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa. p. 37

*a quaisquer ameaças que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais.*⁸

Com efeito, o fim da Guerra-Fria significou, igualmente, o fim do conceito tradicional de Segurança configurado pela existência de um inimigo comum – a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) - à Segurança europeia e internacional. Assim, a alteração do paradigma da Segurança e, consequentemente da Defesa, é uma das principais consequências da Nova Ordem Mundial, inicialmente pensada em termos de Guerras e Conflitos, conduzindo ao alargamento do seu conceito estratégico, passando a englobar novos domínios além do militar como a identificação de novas ameaças transnacionais, de riscos securitários e problemas sociais e políticos.

Como afirma Jill Strans, *“rethinking security...involves thinking about militarism and patriarchy, mal-development and environmental degradation. It involves thinking about the relationship between poverty, debt and population growth. It involves thinking about resources and how they are distributed”*⁹. Assim, o novo conceito de Segurança deverá incluir as novas ameaças transnacionais como o Terrorismo, o Crime Organizado, os Conflitos Regionais, a Migração Ilegal, as Desigualdades Económicas e Sociais, os Estados Falhados, a Degradação Ambiental, a Proliferação das ADM e a Escassez de determinados Recursos Naturais como a água e o crude. Paralelamente, dentro do domínio político-securitário, Sven Biscop alerta para *“the growing awareness of the importance of values in international relations, such as democracy and respect for human rights and an effective international legal order”*¹⁰.

Esta última afirmação encontra-se interligada ao conceito de **Segurança Humana**, compreendida como a Segurança centrada no indivíduo e nos seus direitos, em oposição à Segurança centrada no Estado. Esta foi abordada pela primeira vez no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das NU sobre o Desenvolvimento (PNUD), no qual o indivíduo tornou-se na principal preocupação da Segurança – *“la sécurité humaine n'est pas question d'armement, mais une question de vie humaine et de dignité”*¹¹.

Face ao exposto, podemos determinar que Segurança não é só a ausência da Guerra e de ameaças militares e não militares que podem pôr em causa os valores do Estado, da comunidade ou da pessoa humana, é também um sentimento de Bem-Estar, estabilidade e prosperidade económica, que permitem ao indivíduo viver em liberdade e Segurança e desenvolver o seu potencial humano e económico.

⁸ Apointamentos das Aulas do Vice-Almirante Victor Cajarabille no Mestrado de Estratégia na Disciplina de Teoria da Estratégia.

⁹ citado por Baylis, John (2001) *in* International and Global Security in the Post-Cold-War Era: Globalization of World Politics - An Introduction to International Relations. Oxford University Press. Nova Iorque. p. 267

¹⁰ Biscop, Sven, op. cit. p. 10

¹¹ *In* Comissão das Comunidades Europeias (2002) - **Para a União Europeia : Paz, Liberdade, Solidariedade - Comunicação da Comissão sobre a Arquitectura Institucional**. Bruxelas. p 12

2.2 Globalização e a Revolução Tecnológica

Outra característica muito importante da dinâmica da Nova Ordem Mundial é a Globalização. Joseph Stiglitz - Prémio Nobel da Economia em 2001 - define este termo como: *“the closer integration of the countries and peoples of the world which has been brought about the enormous reduction of costs of transportation and communication, and the breaking down of artificial barriers to the flow of goods, services, capital, knowledge, and (to a lesser extent) people across borders”*¹².

A **Globalização** não se esgota numa única perspectiva: política, social, económica. Este fenómeno caracterizador do século XXI conduziu a um grande crescimento económico e uma elevada prosperidade económica, bem como ao crescimento da interdependência económica dos actores internacionais. Por outro lado, provocou inúmeras injustiças económicas e sociais, sendo esta *“a source of tensions between those that benefit from it and those that suffer its negative effects”*¹³, realçando questões de sustentabilidade e efeitos ambientais negativos, como também facilitou a transacção de produtos ilícitos como drogas, armas e outros bens valiosos.



Fig. 1 - A Globalização.

Fonte: www.google.pt/imagens/globalizacao

Com o final da Guerra-Fria, as questões económicas passaram a desempenhar um papel mais importante, em parte devido à Globalização pela diminuição do efeito espaço-distância e pela crescente importância dos mercados internacionais. Alguns analistas *“prevêem uma nova competição entre Estados, na qual a «geoeconomia» substitui a geopolítica, com as sanções económicas e os embargos a tornarem-se instrumentos fundamentais de política”*¹⁴ chegando à conclusão que *“a globalização pode gerar integração económica e fragmentação política ao mesmo tempo”*.¹⁵

Este fenómeno afectou igualmente o conceito de Segurança, na medida em que os efeitos de uma ameaça distante podem ser tão preocupantes como uma ameaça de impacto local. A Globalização tem efeitos mundiais com prossecuções regionais, cujos efeitos são sentidos quase instantaneamente. Associado à Globalização, encontra-se a Revolução dos Meios de Transporte e de Comunicação (Informação) que permitiram um sem número de inovações, conduzindo a um melhor

¹² Stiglitz, Joseph – **Globalization and its Discontents**. Penguin Books.2002. p. 15

¹³ Sven, Biscop, op. cit. p. 10

¹⁴ Nye, Joseph S. (2002) - **Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História**. Trajectos – Gradiva. Lisboa. p. 223

¹⁵ Nye, Joseph, op. cit. p. 265

acesso a informações de conteúdos múltiplos e a novos avanços tecnológicos em termos de comunicação, transporte e de *software* que têm implicações “na gestão e transmissão da informação e na diminuição do papel da geografia.”¹⁶

2.3 Novos Actores Internacionais e Ameaças Transnacionais

Os novos **Actores Internacionais** não convencionais e a sua crescente importância deve ser a característica mais marcante da Nova Ordem Mundial. A par dos actores convencionais, grupos terroristas, grupos criminosos transnacionais, grupos anti-Occidente e Organizações Não Governamentais (ONG's) de carácter diverso co-existem na cena internacional, predominantemente nas questões políticas, económicas e sociais. Paralelamente, assistiu-se ao crescimento dos exportadores de segurança¹⁷ como ONU, UE e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) através das suas intervenções externas tendo vista contribuir para a Segurança e estabilidade mundiais, em oposição a estes actores que destabilizam a cena internacional.

Estes novos actores não convencionais estiveram sempre presentes na cena internacional, mas a sua presença intensificou-se na última metade do século XX, manifestando-se como uma das principais preocupações da Nova Ordem Mundial. As suas motivações são de carácter político e/ou económico e não prescindem da utilização da força para alcançar os seus objectivos; não têm propriamente uma morada fixa nem habitam sempre o mesmo país, ou seja, não têm uma sede permanente, trabalham em rede, são autónomos e não podem ser derrotados apenas pelos meios militares, têm que ser implementadas medidas de carácter económico e jurídico, onde a existência de uma jurisdição internacional comum será uma mais-valia.

Simultaneamente, na Nova Ordem Mundial emergiram **novas ameaças transnacionais**, que são difusas, adaptáveis e multifacetadas, das quais incorrem crises e Conflitos que permitem concluir que nenhum país sozinho é capaz de lhes fazer face. Apesar da existência de um determinado nível de paz e Segurança no mundo, da alta improbabilidade da ocorrência de uma Guerra em grande escala entre os Estados, subsistem ameaças aos interesses e valores do Estado-Nação e, conseqüentemente, dos seus cidadãos. Estas novas ameaças transnacionais serão abordadas mais à frente de uma forma analítica e sucinta.

Com efeito, pode afirmar-se que a Nova Ordem Mundial deu lugar a um mundo que pode ser considerado multipolar, caracterizado pela unipolaridade dos EUA no Poder militar considerando que este país tem o maior número de ADM e têm a maior capacidade militar ao nível aéreo, naval e terrestre¹⁸; e pela multipolaridade económica distribuída pelos EUA, China, Japão e Europa, e paralelamente, pelo nascimento e evolução de diversos pólos de Poder.

¹⁶ Nye, Joseph, op. cit. p. 248

¹⁷ Telo, António José (2008) - *Um Mundo que Mudou*. Nação e Defesa. Nº 120 – 3ª Série. p.14

¹⁸ Muller, Harald (2008) - *The Future of Nuclear Weapons in an Interdependence World*. The Washington Quarterly. Vol. 31 – Nº 2. Washington. p. 67

Todavia, ainda não existe a paz, a estabilidade e a prosperidade enunciadas pela Nova Ordem que o mundo almejava depois do final da Guerra-Fria. Assistiu-se, antes a uma alteração da balança de Poderes e a uma relativa incerteza do futuro das Relações Internacionais, verificando-se uma diluição das lideranças quer mundiais, como no caso dos EUA, quer regionais como no caso da Rússia, o que por sua vez, atrasa a criação de hegemonias nos mais diversos domínios¹⁹. Contrariamente, realça-se a crescente importância da UE como actor internacional, que parece fugir um pouco a este cenário através dos seus constantes alargamentos a Sul e a Este, da sua Política Europeia de Vizinhança (PEV) e pela sua EES, pretendendo alcançar uma hegemonia regional e internacional como garante de Segurança, estabilidade e prosperidade na Europa. Por possuir instrumentos políticos, económicos, militar, diplomáticos e civis, poderá, desta forma, contribuir para um mundo melhor, enquanto uma verdadeira Europotência.

Efectivamente, a Nova Ordem Mundial encontra-se baseada no equilíbrio de Poder entre os Estados através do Poder militar e do Poder económico, dos valores democráticos, do respeito pelos Direitos Humanos, da solidariedade, liberdade e igualdade, embora apresente um ambiente securitário com maior desafios do que a Ordem anterior.

2.4 Novas Ameaças Transnacionais

Como anteriormente referido, uma das principais características da Nova Ordem Mundial é a emergência de novas e antigas ameaças transnacionais, que constituem desafios à Segurança e Defesa do Século XXI e, simultaneamente, implicam uma ameaça real à integridade e estabilidade política, económica e social do Estado-Nação, pois são *“ameaças não-militares que cruzam as fronteiras e que simultaneamente ameaçam a integridade social e política dos Estados ou mesmo a saúde dos seus habitantes, bem como a sua qualidade de vida”*²⁰.

Estas ameaças são, na sua maioria, caracterizadas pela transnacionalidade, ou seja, não se encontram limitadas por fronteiras, são complexas e encontram-se interligadas; funcionam, geralmente, em rede, são de natureza multifacetada, sem rosto, assimétricas e desterritorializadas, cujas causas e consequências são difíceis de identificar prontamente – *“a degradação ambiental e as enfermidades infecciosas, por exemplo, são problemas transnacionais de causas complexas que vêm surgindo há várias décadas.”*²¹. Este tipo de ameaças não se manifestam numa única ocorrência nem num determinado período de tempo, sendo protagonizadas por actores não convencionais como grupos terroristas ou grupos criminosos que não obedecem às leis nacionais nem ao Direito Internacional.

¹⁹ Telo, António, op. cit. p. 12

²⁰ Garcia, Proença Francisco (2006) - ***As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados: Subsídios para o seu Estudo***. Negócios Estrangeiros – Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nº 9.1. Lisboa. p. 344

²¹ Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military, op. cit. (site)

A EES identifica como as principais ameaças de carácter transnacional o Terrorismo, a Proliferação de ADM, o Crime Organizado, os Conflitos Regionais e os Estados Falhados. Não obstante, há que ter em conta outras ameaças como a exploração excessiva de recursos naturais, a degradação ambiental, as alterações climáticas e as pandemias infecciosas. Estas ameaças põem em causa o sentimento de Segurança dentro da comunidade internacional.

Todas as estratégias e respostas aos novos desafios e ameaças transnacionais, tal como todas as políticas de cooperação internacional que incidem de forma directa ou indirecta sobre as ameaças transnacionais devem ser abordadas numa perspectiva global e coerente, *“pois só actuando colectivamente e cooperativamente os Estados serão capazes de superar as suas vulnerabilidades face à diversidade de novas ameaças que se colocam à sua segurança.”*²²

a) Terrorismo

“International terrorism was a major political challenge in the 20th century and is likely to be an even greater concern in the 21st century.”²³

Paul Smith



Fig. 2 – Terrorismo. Fonte: www.google.pt/imagens/terrorismo

O termo **Terrorismo** advém do período revolucionário da França, mais precisamente entre 1793 e 1798, caracterizado pelo extremo Terror. Este fenómeno é considerado por muitos analistas como a grande ameaça do século XXI, substituindo a ameaça soviética do século XX. O Terrorismo é definido *“intentional acts (...) committed with the aim of seriously intimidating a population, or unduly compelling a Government or international organisation to perform or abstain from performing any act, or seriously destabilizing or destroying the fundamental political, constitutional, economic or social structures of a country or an international organization, shall be deemed to be terrorist offences”*.²⁴

²² Garcia, Francisco Proença, op. cit. p. 343

²³ Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military, op. cit. (site).

²⁴ **Jornal Oficial das Comunidades Europeias – Decisão-Quadro do Conselho 13/06/2002 relativa à Luta contra o Terrorismo** - <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:164:0003:0007:PT:PDF> (Artigo 1)

O Terrorismo fundamentalista islâmico representa uma das ameaças mais temidas pela comunidade internacional. As organizações terroristas têm por objectivo o triunfo da ideologia islamita – que por vezes encontra-se associada à conquista do Poder – utilizando para esse efeito meios capazes de produzir o maior número de danos humanos e materiais e instalar um clima de terror sobre a população. As causas normalmente apontadas são motivações políticas e/ou ideológicas, a pobreza, a pressão para a modernização sendo, muitas vezes, considerado como a última arma dos “fracos” contra os “fortes”. Com o 11 de Setembro, o Terrorismo alcançou um dos seus principais objectivos a notoriedade e apoio popular à sua causa. Os atentados são também a demonstração da internacionalização do Terrorismo, que assume formas muito diversificadas e de grande violência.

Consequentemente, a evolução e a internacionalização do Terrorismo conduziu ao nascimento de novas dimensões qualitativas deste como é o caso do ciberterrorismo, do bioterrorismo e do terrorismo nuclear, este último sendo a dimensão mais preocupante – *“As mass violence has increasingly become the goal of modern terrorism, the possibility of nuclear terrorism threatens to raise the magnitude of physical and human destruction to an entirely new level”*²⁵

O Terrorismo é perpetuado pelos novos actores internacionais não convencionais, logo a Guerra contra o Terrorismo não é uma Guerra convencional e como tal não poderá ser combatida e vencida pelos meios militares convencionais. A solução para combater o Terrorismo deverá ser centrada na erradicação das suas causas, e não pelo combate militar directo, como o empreendido pelos EUA através da tão conhecida *Global War On Terror*, considerada por vários analistas políticos como a Terceira Guerra Mundial.

b) Proliferação de ADM

“Weapons of mass destruction (WMD) have menaced mankind for six decades. Since the end of the Cold War, the threat has changed dramatically with the development of new weapons, with the rise of transnational criminal and terrorist organizations, and with a diminishing capacity of some states to control the weapons they have.”²⁶

Mark R. Shulman

Estas armas foram essenciais para o manter o equilíbrio de terror durante a Guerra-Fria e o seu final preconizava o fim dessa necessidade de possuir **ADM**, contudo, não foi o que se verificou. O desmembramento da URSS contribui para a disseminação do armamento nuclear na medida em que o seu arsenal que se encontrava disperso pelas suas ex-repúblicas ficou fora do seu controlo, permitindo o acesso a componentes essenciais para produzir este tipo de armas. A mudança do

²⁵ Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military, op. cit. (site)

²⁶ Shulman, Mark R. (2006) - *The Proliferation Security Initiative as a New Paradigm for Peace and Security*. Strategic Studies Institute. EUA. p. VII

paradigma de Segurança fomentou a proliferação das ADM, com uma maior incidência no Médio Oriente e no Norte de África.

Uma ADM é uma arma nuclear, biológica, química ou radiológica (NBQR) e os seus sistemas de lançamento, como os mísseis balísticos e os mísseis cruzado de médio e longo alcance, tendo capacidade de infligir danos humanos e materiais catastróficos. No que diz respeito à proliferação das armas NBQR, a sua maior dificuldade reside no facto de determinadas tecnologias utilizadas serem de uso civil, de se encontram disponíveis nos mercados nacionais e/ou internacional e a facilidade do desvio de programas civis para fins militares. Existe dois tipos de proliferação:



Fig. 3 – ADM Nuclear.

Fonte: www.google.pt/imgens/armadedestruicãomaciça

- Proliferação Horizontal: estratégia/reacção de um país à produção de armas ADM por parte de país vizinho/hostil de forma a igualar ou contrabalançar as suas capacidades, existindo a possibilidade de implosão de um Conflito Regional com recurso a ADM. Pode ter como objectivo a preservação de um regime (Coreia do Norte) ou como sendo uma imposição do quadro de Segurança regional (Irão).
- Proliferação Vertical: resulta numa produção qualitativa e quantitativa dos arsenais NBQR, de forma a compensar uma eventual superioridade dos arsenais convencionais (Equilíbrio pelo terror entre EUA-URSS).

Não obstante, há que atender ao facto de que a posse de uma ADM é, sem dúvida, uma vantagem estratégica, um meio de neutralização face a um país hostil, oferecendo um sentido de Segurança e de prestígio nacional e internacional.

A proliferação de ADM é um fenómeno inerente ao Terrorismo e ao Crime Organizado. Por um lado, as organizações de Crime Organizado podem ter como uma das suas actividades o tráfico de armas NBQR (materiais, tecnologia e know-how); por outro lado, os movimentos terroristas podem utilizar estas armas para alcançar os seus propósitos políticos e/ou ideológicos.

Verifica-se, desta forma, a ineficácia do **Tratado de Não Proliferação Nuclear** (TNP)²⁷ e de outros Tratados que procuram evitar a produção de armas NBQR, bem como o ineficaz controlo dos arsenais convencionais e não convencionais e a incorrecta eliminação dos seus lixos, o que facilita a produção deste tipo de armas.

*“The NTP is the conerstone of the nuclear nonproliferation regime”*²⁸ e tem como objectivo evitar que os países não nucleares produzam ou adquirem armas nucleares, o desarmamento das potências nucleares e facilitar o acesso à tecnologia e know-how de produção de energia nuclear para fins pacíficos.²⁹ O TNP reconhece formalmente como potências nucleares cinco países: os EUA, China, Rússia, Reino Unido e França, que por curiosidade são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Não obstante, este Tratado não conseguiu evitar o nascimento de novos países nucleares como a Índia, o Paquistão, Israel, o Irão e a Coreia do Norte.

A par do TNP, existem outros Tratados que procuram evitar a produção de ADM como o Tratado de Mísseis Antibalísticos (1972), o Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (1996), o Tratado de Supressão de Material Físsil (a ser negociado), a Convenção sobre Armas Químicas (1997), e a Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas (1975). Contudo, continua a não existir nenhum Tratado, Acordo ou Lei que proíba a construção dos vectores de transporte e lançamentos das ADM.

Apesar da existência destes Tratados, persiste a proliferação de ADM por todo o mundo. É preciso que a Nova Ordem Mundial seja respeitadora do TNP e dos Tratados acima mencionados e que a redução do arsenal de armas NBQR seja uma medida de *confidence-building* entre os Estados, de forma a reduzir a dependência nas ADM como factor de Segurança e evitar a produção destas armas nos países considerados como preocupantes, como a Coreia do Norte ou o Irão.

c) Conflitos Regionais

“Far from promoting peace and stability, the end of the cold war invited disorder and conflict. It took the lid off confrontations thought too dangerous at a time of superpower showdown, unleashed rivalries and competitions whose fires had been banked by the chill of the East-West standoff, and fostered a succession of violent eruptions that the world could not ignore, even though they occurred in parts of the globe long considered peripheral to the central security dynamic”³⁰

Michael Moodie

²⁷ É um compromisso efectuado entre 189 Estados – nucleares e não nucleares, tendo entrado em vigor em 1970. Ver Artigos Nº 1, 2 e 3 do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares sobre os objectivos.

²⁸ Muller, Harald, op. cit. p. 3

²⁹ Rodrigues, Alexandre Reis (2007) - **As Novas Ameaças: A Proliferação de Armas de Destruição Maciça**. Negócios Estrangeiros. Nº 10. Lisboa. p. 257

³⁰ Moodie, Michael (2009) - **Conflict Trends in the 21st Century**. Joint Force Quarterly. Nº 53. Washington. p. 20

O Conflito pode ser entendido como uma confrontação entre dois ou mais Estados que procuram alcançar objectivos que são incompatíveis, podendo ter o carácter inter-estatal, interno ou em resultado da formação de novos Estados (Guerra étnicas, de sucessão, de auto-determinação, Conflitos territoriais ou luta pelo Poder); neste âmbito, salientam-se os **Conflitos Regionais**. A eclosão de Conflitos Regionais pode ter diversas causas, como:

- Disputa de fronteiras;
- Boicotes económicos;
- Animosidades históricas;
- Hostilidade étnica, religiosa, política ou outra;
- Controlo de recursos naturais e/ou valiosos;
- Invasão territorial;
- Nacionalismo de carácter étnico – afirmação de nacionalidade/identidade comum face às grandes mudanças sociais e económicas provocadas pela Globalização;



Fig. 4 - Conflito Regional no Terceiro Mundo. Fonte: www.google.pt/imagens/conflito_territorial

Neste sentido, compreende-se que as causas da maioria dos Conflitos Regionais existentes não deriva de rivalidades ou ideologias políticas, mas sim de causas estruturais dos próprios países envolvidos. Para Michael Moodie, *“they [conflicts] usually are not motivated by political ideology as were the major conflicts of the 20th century, but rather by the age-old goal of control – of territory, resources or political, economic, and social power.”*³¹

A sua grande maioria ocorre em países do chamado Terceiro Mundo, que são países em desenvolvimento, como no Médio Oriente (Conflito Israelo-árabe), África (Região dos Grandes Lagos) e Ásia (Coreia do Norte e Coreia do Sul; Caxemira) e na Europa (Cáucaso, Balcãs).

Os Conflitos nem sempre são protagonizados por actores convencionais, ou seja, estes podem ser protagonizados por países e actores não convencionais como os movimentos terroristas e os grupos criminosos organizados, sendo por vezes difícil a identificação das partes envolvidas, devido aos interesses políticos, económicos e estratégicos escondidos, que incentivam a continuação do Conflito, ao contrário da sua negociação/resolução. A maioria das vítimas são civis e não militares,

³¹ Moodie, Michael, op. cit. p. 22

entre as quais se destacam as mulheres e as crianças no aspecto de violação de Direitos Humanos, provocando enormes massas de migração para outros países.

A existência de Conflitos Regionais é uma questão preocupante para a Segurança, estabilidade e prosperidade do mundo, criando instabilidade junto das fronteiras e nos governos nacionais, condicionando o seu desenvolvimento sócio-económico e por terem um impacto directo ou indirecto nos interesses dos actores internacionais, na medida em que *“they destroy human lives and social and physical infrastructures; they threaten minorities, fundamental freedoms and human rights. Conflict can lead to extremism, terrorism and state failure; it provides opportunities for organised crime. Regional insecurity can fuel the demand for WMD. The most practical way to tackle the often elusive new threats will sometimes be to deal with the older problems of regional conflict.”*³²

d) Outras Ameaças

Paralelamente às ameaças enunciadas pela EES, salientam-se outras ameaças ligadas aos recursos naturais e ao ecossistema que são igualmente importantes como: a exploração excessiva de recursos naturais, a degradação ambiental, as alterações climáticas e as pandemias infecciosas – *“El proceso de progresiva consolidación de la sociedad industrial – la llamada tecnosfera – ha tenido efectos perturbadores notables sobre el entorno físico y natural del planeta – la biosfera -, dando origen a problemas que afectan, de forma agregada – o global -, a los equilibrios básicos sobre los que se constituye la vida.”*³³ (Ver anexo I)

Para fazer face a esta degradação ambiental e exploração excessiva de recursos naturais será necessário uma cooperação internacionais, sendo essencial que todos os países dêem o seu contributo, uma vez que um país sozinho não é capaz de fazer frente a estes problemas, mas o contributo de vários países pode marcar a diferença.

³² **European Council: A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy** - <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>. p. 4

³³ Cuadernos de Estrategia (2003) - **Nuevos Riesgos de la Sociedad del Futuro**. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Nº 120. Madrid. p. 73

3. A Problemática do Estado Falhado

*“Since the end of the Cold War, weak and failing states have arguably become the single most important problem for international order.”*³⁴

Francis Fukuyama

3.1 Descrição do Fenómeno

A problemática do Estado Falhado, apesar de actualmente ser debatida por vários analistas e *think tanks* europeus e internacionais, não é um fenómeno actual. Este existe desde do início da criação do Estado Moderno, tendo este fenómeno sido exacerbado pelo final da II Guerra Mundial (1939-1945), pelo fim do colonialismo (1950) e fim da Guerra-Fria (1989-1991).

Com efeito, a Resolução 1514 das NU reconhece o direito de auto-determinação das ex-colónias e dos territórios sob tutela de outro país concedeu a universalização do Estado-Nação, da igualdade e da auto-determinação a todas as colónias, incluindo integridade territorial, independência política e soberania. Contudo, muitos dos países que foram reconhecidos internacionalmente enquanto Estados soberanos não cumpriam as condições mínimas de governabilidade exigentes como a independência e legitimidade política, instituições estatais básicas e capacidade de realização de reformas económicas - *“La descolonización créa, por tanto, las condiciones para la aparición del Estado falido al proliferar nuevos Estados con graves carencias institucionales.”*³⁵

Neste seguimento, a Nova Ordem Mundial resultante destas dinâmicas é caracterizada, entre outros factores, pela emergência e proliferação de novos Estados, que se viram confrontados com sérias dificuldades no seu desenvolvimento enquanto plenas democracias e no estabelecimento de fortes infra-estruturas estatais básicas, constituindo, desta forma, Estados fracos, frágeis, falhados ou colapsados.

Esta vaga de formação e de desintegração de novos Estados lançou novamente a discussão sobre a problemática do **Estado Falhado**, cujo anterior enfoque centrava-se essencialmente no prisma das crises e intervenções humanitárias e como uma questão regional, não tendo desta forma um enfoque estratégico nem mundial.

Contudo, o 11 de Setembro de 2001 veio a alterar este panorama, considerando os Estados Falhados como um problema de grande dimensão estratégica e securitária dentro da arena internacional, traduzida como uma grande ameaça transnacional devido à possibilidade de utilização

³⁴ Fukuyama, Francis (2004) - *State-Building: Governance and World Order in the 21st Century*. Cornell University Press. Nova Iorque. p. 92

³⁵ Cuadernos de Estrategia (2003), op. cit. p. 204

do seu território por grupos terroristas e/ou criminosos organizados como base de planeamento, de condução de operações, actividades e ataques e de logística. Por esta razão, este fenómeno foi incorporado nas estratégias de Segurança dos principais actores internacionais como os EUA na sua *National Security Strategy* de 2002 e a UE na sua EES de 2003 – “*No longer were state failure and its consequences simply viewed through the prism of humanitarian emergencies and occasionally of threats to regional security and stability, but state failure had become an issue of utmost importance for international security.*”³⁶

A preocupação com os Estados Falhados decorre da capacidade para mitigar a estabilidade e Segurança internacionais, contribuindo para a instabilidade regional, complexificação do processo de consolidação democrática e do Estado de Direito e a possibilidade do uso do seu território pelos actores internacionais não convencionais, levando Stephen Krasner a considerar o Estado Falhado como “[one] of the most important foreign policy challenges of the contemporary era.”³⁷

3.2 Caracterização: Síntese

“Bad governance – corruption, abuse of power, weak institutions and lack of accountability – and civil conflict corrode State from within.”³⁸

ESS

Para definir um Estado Falhado, é preciso primeiramente **definir o que é um Estado**. Na História do Estado e do Estado Moderno são inúmeras as contribuições dos pensadores políticos desde do seu nascimento no século XV. **Nicolau Maquiavel** (1459-1527) foi um dos primeiros teorizadores do Estado Moderno, tendo definido o Estado enquanto “*uma entidade política secular, dotada de fins próprios, moralmente isolada e soberana, desprovida de qualquer laço de subordinação a Deus, ao direito natural ou à igreja, e que encontra a sua razão de ser tão somente na convicção dos homens de que a autoridade estatal é indispensável para garantir a segurança individual.*”³⁹

Igualmente importante no estudo do Estado Moderno é o contributo de **Max Weber** (1864-1920) que descreve o Estado enquanto “*uma comunidade humana que, dentro de um determinado*

³⁶ **State Failure in a Regional Context** - <http://www.stefanwolff.com/files/state-failure.pdf>. p. 3

³⁷ Krasner, Stephen D.; Pascual, Carlos (2005) - **Addressing State Failure**. Foreign Affairs. Vol. 84 – Nº 4. Nova Iorque. p. 153

³⁸ **European Council: A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy** - <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>. p. 4

³⁹ Importa ainda referir que, para Nicolau Maquiavel, o Estado existe para proteger cada indivíduo contra a violência e, ao mesmo tempo, para defender a colectividade contra ataque que poderá advir de seus inimigos externos; rodeado como se acha de inimigos atuais ou virtuais, deve o Estado precaver-se, fortalecendo-se adequadamente, pois a sua segurança e sobrevivência repousam fundamentalmente na força. A capacidade de um Estado de defender-se depende também da popularidade do governo, que será tanto maior quanto maior for o sentimento de segurança que conseguir transmitir a seus cidadãos *In* Escorel, Lauro (1979) - **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. p. 82-83

*território (o «território» é elemento definidor), reclama (com êxito) para si o monopólio da violência física legítima. O Estado é a única fonte do «direito» à violência.»*⁴⁰

No pensamento político português sobre o Estado, salienta-se a definição de **Marcello Caetano** (1906-1980): “a noção de Estado é a de um povo fixado num território, de que é senhor, e que dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida colectiva e assegurem a respectiva execução.”⁴¹ Para Marcello Caetano, o Estado tem três funções principais: a Segurança, a justiça e o Bem-Estar social.

Neste contexto, verifica-se que a principal responsabilidade do Estado é o fornecimento de determinados bens e serviços à população e a sua força ou fraqueza é medida em função desse fornecimento. Assim, os Estados devem desempenhar quatro funções: a Segurança – a sua principal função; legitimidade política; oportunidades económicas; e Bem-Estar social.⁴²

Quadro Nº 1 – Funções do Estado

Segurança	É a função primordial do Estado que consiste na manutenção do monopólio do uso exclusivo da força; edificar Segurança face a ameaças internas (violência e outros crimes) e externas (invasão e perda de parcelas territoriais); controlo de fronteiras e do território nacional; e a manutenção da ordem interna.
Legitimidade Política	Consiste na edificação de instituições estatais, económicas e sociais legítimas e eficazes, baseada numa <i>good governance</i> ⁴³ , responsabilidade política, protecção de liberdades e Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável e promoção da participação cívica.
Oportunidades Económicas	Existência de políticas macro e micro económicas e fiscais, de sistema bancário e monetário, um ambiente de oportunidades económicas, de investimento, de competitividade e de crescimento económico.
Bem-Estar Social	Resposta satisfatória às necessidades dos cidadãos, como investimento nos serviços de saúde (acesso a cuidados médicos, hospitais e clínicas), de educação (escolas, universidades e formação), de meios de transportes e de comunicação e um sistema judicial justo, equitativo e imparcial (códigos, leis e procedimentos que regulam a sociedade).

Fonte: Elaboração da Autora.

⁴⁰ Weber, Max (1973) - *O Político e o Cientista*. Editorial Presença. 2ª edição. Lisboa. p. 49

⁴¹ Caetano, Marcello (1959) - *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional*. Coimbra Editora Limitada. 3ª Edição. Volume I - Págs. 108-109 e 122-124

⁴² Patrick, Stewart (2006) - *Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers”*. Nº 73. Washington. p. 29

⁴³ O conceito de good governance encontra-se associado governance entendido como o processo de tomada de decisão e da sua respectiva implementação, que pode ser utilizado na área económica como nas empresas multinacionais ou na área política, ao nível internacional ou governamental. Para ser uma good governance tem que respeitar oito requisitos: 1. Participação; 2. Estado de Direito; 3. Transparência; 4. Capacidade de Resposta. 5. Consensos Orientados; 6. Equidade e Inclusão; 7. Eficácia e Eficiência. 8. Responsabilidade. A *good governance* é um ideal que nem todas as sociedades conseguem alcançar, no entanto é preciso continuar a respeitar estes requisitos para tornar este ideal numa realidade.

Uma forma de avaliar o insucesso dos Estados que poderá culminar no fenómeno de Estado Falhado é a realização de uma avaliação do fornecimento destes bens e serviços essenciais, segundo o qual um Estado é classificado segundo quatro categorias: o Estado forte, o Estado Fraco, o Estado Falhado e o Estado colapsado:

Quadro Nº 2 – Categorização do Estado

Estado Forte	É caracterizado pelo controlo total do seu território e fornecimento total e satisfatório dos bens e serviços aos seus cidadãos em todos os domínios. Possui um moderado a bom Produto Interno Bruto (PIB) e PIB <i>per capita</i> e consequentemente um moderado a bom crescimento económico. Estes países têm uma boa performance no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Índice de Transparência Internacional de Percepção de Corrupção e no Relatório do <i>Freedom World</i> . Ex: Finlândia.
Estado Fraco	Geralmente contém tensões étnicas, religiosas, linguistas ou outra que limitam ou diminuem a capacidade do Estado no fornecimento dos bens e serviços básicos. O seu PIB e o PIB <i>per capita</i> encontra-se em decréscimo tal como o crescimento económico. É caracterizado por um Estado de Direito fraco e corrupção das elites no Poder. Esta terminologia engloba vários níveis de fraqueza: Estados fracos devido a restrições geográficas, físicas ou económicas; Estados fortes temporariamente fracos devido a Conflitos internos, corrupção ou intervenção externa; e Estados autocráticos. Ex: Coreia do Norte.
Estado Falhado	Fornecer debilmente os seus bens e serviços aos seus cidadãos. É caracterizado por um declínio do PIB e PIB <i>per capita</i> e por um crescimento económico praticamente nulo. O Estado Falhado será analisado mais detalhadamente neste capítulo. Ex: Afeganistão
Estado Colapsado	É a versão extrema de um Estado Falhado, caracterizado com um vazio de autoridade, que pode ser tomado por actores não-governamentais, criando um ambiente de caos, desordem e anarquia. Predomina a política dos fortes, logo não existe nem Segurança nem um Estado-Nação.

Fonte: Elaboração da Autora.

É preciso ainda referenciar outros dois conceitos geralmente associados com a fraqueza do Estado: o Estado frágil e o Estado em vias de falhar. Um **Estado frágil** é um Estado “*que enfrenta severos desafios de desenvolvimento como uma governação fraca, limitada capacidade administrativa e herança de conflito*”⁴⁴; enquanto que um **Estado em vias de falhar** é um Estado que “*não possui a capacidade de garantir a eficácia das leis, regulamentos e políticas do território e do sistema social estratificado, mantendo o aparente bom funcionamento das instituições estatais, que*

⁴⁴ World Bank (2007) - *Millennium Development Goals, Confronting the Challenges of Gender Equality and Fragile States*. Global Monitoring Report 2007. Washington. p. 40 (tradução própria)

pode ser definido enquanto uma relação com baixo grau de institucionalização entre o Estado e a Sociedade.”⁴⁵

É importante mencionar o contributo de Robert Jackson na criação do conceito de **quasi-states**, que procura explicar a realidade dos novos Estados que nasceram do processo de descolonização, caracterizados, na sua maioria, por grandes desigualdades políticas e económicas. Segundo Robert Jackson, os *quasi-states* são “*países descolonizados soberanos que não possuem as características institucionais de países soberanos definidos pelo direito internacional, cuja existência é devida do reconhecimento internacional. Uma das suas principais características é o empenho da sociedade internacional contemporânea para promover o seu desenvolvimento político e económico.*”⁴⁶

Não existe um consenso sobre o número de Estados fracos, falhados ou colapsados porque não existe uma definição universal. Existem várias denominações para definir a fraqueza do Estado que poderá conduzir ao fenómeno de Estado Falhado, como Estado frágil, em vias de falhar, falhado, *Weak Performers* (Centre for Global Development) e colapsados, ou definições que realçam uma determinada particularidade dos Estados como *warlords countries*, *quasi-states*, Narco-Estados e LICUS (Low Income Countries Under Stress – World Bank). Contudo, o mais importante é “[to] understand how far and quickly a country is moving from and toward stability than it is to categorize a state as failed or not.”⁴⁷

Neste sentido, destacam-se as seguintes definições de Estado Falhado:

a) “*A nominally sovereign state that is no longer able to maintain itself as a viable political and economic unit. It is a state that has become ungovernable and lacks legitimacy in the eyes of the international community.*”⁴⁸ (Martin Griffiths, Terry O’Callaghan)

b) “*State failure may manifest itself through incapacity of the state to prevent or curb pervasive violence and insecurity, mitigate ethnic or religious conflicts, or to contain arbitrary and oppressive action by its army or other state agencies.*”⁴⁹ (Martin Doornbos)

c) “*Nation-states fail because they are convulsed by internal conflict and can no longer deliver positive political goods to their inhabitants. Their governments lose legitimacy, and the very nature of the particular nation-state itself become illegitimate in the eyes and in the hearts of a growing plurality*

⁴⁵ **Failed States or Weak Democracies? The state in Latin America (Open Democracy)** - http://www.opendemocracy.net/democracy-protest/state_violence_3187.jsp

⁴⁶ Jackson, Robert (1990) - **Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World**. Cambridge Press. Newcastle. p. 21-22.

⁴⁷ **Fragile States Strategy (USAID)** - http://www.usaid.gov/policy/2005_fragile_states_strategy.pdf p. 1

⁴⁸ Griffiths, Martin; O’Callaghan, Terry (2002) - **International Relations – The Key Concepts**. Routledge. Londres. p.105

⁴⁹ Doornbos, Martin (2006) - **Fragile States or Failing Models? Accounting for the Incidence of State Collapse**. FRIDE. Madrid. p. 19

of its citizens. (...) A failed state is a polity that is no longer able or willing to perform the fundamental of a nation-state in the modern world."⁵⁰ (Robert Rotberg)

Devido à variedade de definições deste conceito, pode-se concordar que a sua definição incorpora as seguintes **características**:

- a) Fragilidade e/ou colapso das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar os bens e serviços básicos aos cidadãos;
- b) Instabilidade política e económica por vezes associada a forte contestação social;
- c) Perda do monopólio legítimo do uso da força e legitimidade do Poder, cujas decisões políticas não têm grande aceitação por parte da população;
- d) Incapacidade de controlo efectivo sobre o território nacional (incluindo fronteiras, zonas costeiras e arquipélagos);
- e) Inexistência de um clima de Segurança, obediência e de ordem interna, derivado do aumento da violência e da criminalidade, e possibilidade de exploração deste ambiente pelas organizações criminosas e/ou terroristas;

É importante mencionar que existem países com restrições involuntárias à soberania em consequência de um embargo, sanções políticas/económicas ou ocupação militar (presença de forças militares estrangeiras ou outras restrições militares como uma *no-fly zone*), como Cuba, Iraque e Líbia, que apesar de não reunirem as condições acima referidas, constituem casos de Estados Falhados.

O processo que conduz ao *State failure* é gradual e prolongado e nenhum Estado apresenta inicialmente uma pré-disposição para falhar, logo não é possível adivinhar os Estados que se tornarão falhados num futuro próximo. Contudo, é preciso atentar à existência de determinados factores (políticos, económicos e sociais) que ajudam a determinar a iminência do *State failure* - por exemplo, perceber se um Estado forte se está a tornar num Estado fraco ou se um Estado fraco se encontra fragilizado ou mesmo em vias de falhar. Neste sentido, é preciso atentar aos seguintes factores:

- a) Decréscimo do PIB e do PIB *per capita*, do crescimento económico, do poder de compra e aumento da inflação;
- b) Grande disparidade económica entre as classes sociais;
- c) Corrupção das elites no Poder;
- d) Degradação ambiental;
- e) Incapacidade de agir enquanto actor internacional nas Relações Internacionais;
- f) Aumento do Poder e da influência de actores não-estatais;
- g) Aumento da criminalidade e da violência;
- h) Mortalidade infantil elevada (factor indirecto em consequência de mudanças políticas e económicas)

⁵⁰ Rotberg, Robert (2004) - ***When States Fail: Causes and Consequences***. Princeton University Press. New Jersey. p. 1-6.

- i) Democracia defeituosa: resposta insatisfatória aos pedidos dos cidadãos;

Face ao exposto, pode-se chegar à conclusão de uma definição de Estado Falhado - um Estado que não tem controlo sobre a totalidade do seu território, nem é garante da Segurança dos seus cidadãos porque não tem o monopólio legítimo da força, o que impossibilita a manutenção da ordem interna, não tendo capacidade para assegurar os bens e serviços públicos à sua população, o que implica um aumento da violência da criminalidade e da existência de um clima de insegurança e desordem.

3. 3 Porque falham os Estados?

“State failure is man-made, not merely accidental nor-fundamentally – caused geographically, environmentally, or externally. Leadership decisions and leadership failures have destroyed states and continue to weaken the fragile policies that operate on the cusp of failure.”⁵¹

Robert Rotberg

Nem todos os Estados falham pelas mesmas razões, nem todos preenchem os mesmos requisitos e não existe um caminho padrão para o *State failure*, sendo por esta razão diversas as suas causas. É preciso atentar ao contexto histórico, à situação económica e à existência de fragmentações sociais, religiosas e culturais dentro do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que as **principais causas** que conduzem ao *State failure* são:

- a) Processo de descolonização e Guerras de auto-determinação;
- b) Incapacidade de construção de uma forte entidade estatal (incorrecta gestão de recursos humanos e materiais e corrupção das elites);
- c) Estados autocráticos em processo de democratização (durante este processo de transição não está definido quem detém o Poder político, existindo, um vazio de Poder que é preenchido por grupos políticos – legítimos ou ilegítimos);
- d) Ingerência externa;
- e) Conflito interno de grandes proporções (incapacidade de manutenção da ordem interna e conduta regida por leis e códigos.

Cada Estado quando falha, falha à sua maneira - *“As Tolstoy might have said: all happy families are happy alike; while every unhappy family is unhappy in its own way (...) It is tempting to say the same thing of states.”*⁵² Neste sentido, um Estado pode estar em vias de falhar como a Geórgia – que foi alvo de uma invasão externa; pode ser fraco como o Sri Lanka – Conflito interno grave de carácter separatista; ou pode no seu extremo colapsar, como é o caso da Somália – existência de uma Guerra Civil, ingerência de países vizinhos, situação de emergência humanitária e

⁵¹ Rotberg, Robert, op, cit. p. 93

⁵² Citado por Chesterman, Ignatieff, Thakur (2004) - Making States Work: From state failure to state-building. International Peace Academy Nova Iorque *In* Faria, Fernanda; Ferreira, Patrícia Magalhães (2007) - ***Situações de Fragilidade: Desafios a uma Estratégia de Resposta Europeia***. Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Lisboa. p. 11

colapso económico. Verifica-se que não existe um único caminho para o Estado falhar – é um caminho gradual e persistente de decadência institucional, política e económica.

A existência de um Conflito ou de uma Guerra Civil dentro de um Estado tem sido associado à tendência para falhar ou até mesmo ao *State failure*. Contudo, esta não é razão *sine qua non* para explicar o *State failure*, ou seja, a existência de Conflito ou de uma Guerra Civil pode conduzir ao fenómeno de Estado Falhado mas não numa lógica de obrigatoriedade, veja-se o caso da Colômbia ou da Indonésia – “*Yet, violence alone does not condition failure, and the absence of violence does not necessarily imply that the state in question is not failed.*”⁵³

Por outro lado, existem Estados que devido à sua fraca capacidade institucional e recursos humanos e económicos não são capazes de explorar e comercializar os recursos naturais como petróleo, diamantes, madeira, para atrair o investimento estrangeiro e aumentar as trocas comerciais com outros parceiros económicos. O que torna estes países mais vulneráveis a Conflitos por parte de outros actores não convencionais como Senhores da Guerra (*warlords*) e carteis criminosos que desejam apoderar-se de tais recursos, como no caso da Nigéria e Angola.

Felizmente, “*state failure is not always a one-way street*”⁵⁴: A África do Sul e a Índia são o exemplo de dois países que se encontravam em vias de falhar mas que conseguiram ser bem-sucedidos em sair daquele abismo. A Índia era um país caracterizado por rápido crescimento demográfico, uma economia desregulada, fome, pobreza, porém actualmente, é a maior democracia do mundo com uma economia competitiva e faz parte dos BRIC – as potências emergentes. A África do Sul encontrava-se à beira de uma Guerra racial derivado do regime de Apartheid, mas a hábil liderança de Nelson Mandela conduziu ao final desta Guerra que ameaçava o seu país, instituindo uma constituição liberal e destruindo o programa nuclear. Em ambos os casos, foi um processo que demorou décadas e implicou a implementação de inúmeras reformas políticas, económicas e sociais.

Para Robert Rotberg, “*state failure is largely man made, not accidental. Institutional fragilities and structural flaws contribute to failure, but those deficiencies usually hark back to decisions or actions of men (rarely women). So it is that leadership errors across history have destroyed states for personal gain; in the contemporary era, leadership mistakes continue to erode fragile polities in Africa, Asia, and Oceania that already operate on the cusp of failure.*”⁵⁵ Na realidade, o que impede um Estado de se tornar falhado é a vontade política dos governantes legítimos e, consequente, das suas atitudes e decisões, tendo em vista fortalecer o Estado e resolver os problemas que os tornam candidatos a falhar.

⁵³ Rotberg, Robert, op. cit. p. 4

⁵⁴ **Environmental and Demographic Forces Threaten State Failure (Global Issues – Lester R. Brown)** - <http://www.globalissues.org/news/2011/02/09/8468>

⁵⁵ Rotberg, Robert, op. cit. p. 22

Para não ser um Estado Falhado é essencial uma *good governance*⁵⁶, Estado de direito e o respeito pelos Direitos Humanos que são condições necessárias à existência de estabilidade, Segurança, justiça e desenvolvimento - *“Humanitarian rights, religious tolerance, the rule of law and independent judiciary, representative government and so on are not merely for the fortunate few, but the inalienable rights of all mankind. (...) weak, failing and failed states are places in which those values are denied, sometimes violently.”*⁵⁷

3.4 Consequências do State Failure

“The world’s weakest states aren’t just a danger to themselves. They can threaten the progress and stability of countries half a world away.” (...) The threats of weak states, in other words, ripple far beyond their borders and endanger the development and security of nations that are their political and economic opposites.”⁵⁸

Foreign Policy

Com anteriormente referenciado, a preocupação primordial com os Estados Falhados era uma preocupação humanitária, derivada da necessidade de intervenção de carácter humanitário. Actualmente vigoram outras preocupações com as **consequências** decorrentes deste fenómeno, entre as quais se salientam as seguintes:

- a) Situação de emergência humanitária, associada à violação dos Direitos Humanos, pobreza, fome e refugiados;
- b) Instabilidade regional e aumento da insegurança em função da degradação/desintegração dos Estados e do aumento da criminalidade;
- c) Conflitos de natureza diversa (étnica, religiosa, política) ou insurgência;
- d) Colapso económico derivado do comércio desregulado e do decréscimo do crescimento económico;
- e) Destruição do tecido social da sociedade e descontentamento social;
- f) Disseminação de outras ameaças transnacionais como a proliferação de ADM, pandemias
Infecciosas e degradação ambiental;
- g) Espaço de edificação de actividades dos movimentos terroristas e do Crime Organizado;

⁵⁶ O conceito de *good governance* encontra-se associado *governance* (governança) entendida como o processo de tomada de decisão e da sua respectiva implementação (ou não implementação), que pode ser utilizado na área económica como nas empresas multinacionais e corporativas, ou na área política, ao nível internacional, governamental ou do poder local. Para ser uma *good governance* tem que respeitar oito requisitos: 1. Participação; 2. Estado de Direito; 3. Transparência; 4. Capacidade de Resposta. 5. Consensos Orientados; 6. Equidade e Inclusão; 7. Eficácia e Eficiência. 8. Responsabilidade. A *good governance* é um ideal que nem todas as sociedades conseguem alcançar, no entanto é preciso continuar a respeitar estes requisitos para tornar este ideal numa realidade.

⁵⁷ Williamson, Richard (2007) - *Nation-Building: The Dangers of Weak, Failing and Failed States*. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. EUA. p. 14

⁵⁸ Foreign Policy (2007) - *Failed States Index 2007*. Washington. Nº 161. p. 54-55

Os Estados Falhados quando confrontados com uma crise de carácter político, económico ou um desastre natural, tornam-se mais vulneráveis, pois não possuem as condições necessárias para se defenderem, degradando ainda mais o Estado - *but weak states are weak precisely because they lack the resiliency to cope with unwelcome – and unpleasant – surprises*.⁵⁹ A maioria das intervenções humanitárias ocorre em Estados Falhados como violação massiva dos Direitos Humanos (Coreia do Norte), genocídio (Ruanda) e ondas de refugiados e deslocados internos, pobreza e fome (Haiti).

Neste ponto é preciso salientar **duas consequências importantes** de carácter internacional: a instabilidade regional - os Estados não se tornam fracos ou falhados em isolamento, ou seja, a instabilidade provocada por estes Estados é disseminada pela restante região, conduzindo a um aumento da vulnerabilidade e fraqueza dos restantes países, podendo conduzir ao *State failure* desses países. O genocídio que ocorreu no Darfur (Sudão) em 2003 conduziu a uma enorme massa de refugiados para o Chade, país com o qual faz fronteira, tornando-o num Estado Falhado (entre outras razões). A existência de Estados Falhados pode criar um fenómeno de instabilidade e falhanço regional, como regiões falhadas.

Outra consequência internacional muito importante é a possibilidade do uso do território dos Estados Falhados como espaço de fixação de actividades terroristas e/ou criminosas. O Afeganistão, enquanto *safe haven* para os movimentos terroristas e a Somália enquanto país incubador de pirataria marítima, são exemplos de Estados Falhados e colapsados, que a comunidade internacional se arrependeu de ter ignorado. A interligação entre Estado Falhado e o Crime Organizado será abordada mais detalhadamente no Capítulo V.

3. 5 Índice dos Estados Falhados

“Failed States have made a remarkable odyssey from the periphery to the very center of global.”⁶⁰

Foreign Policy

Em 2005 surgiu a primeira edição do IEF, que é uma colaboração entre o *Fund for Peace* e a revista *Foreign Policy*, que utiliza 12 indicadores de carácter económico, político e militar para medir o grau de vulnerabilidade, de violência interna e de deterioração societal de 177 países⁶¹, organizado de forma hierarquizada num *ranking*.

O **objectivo deste Índice** é destacar as principais pressões que os Estado enfrentam e identificar quais as pressões que principiam o *State failure*. Através do destaque das questões

⁵⁹ Foreign Policy (2007), op. cit. p. 66

⁶⁰ Foreign Policy (2005) - ***Failed States Index 2005***. Washington. Nº 149. p. 57

⁶¹ Dos 196 países que compõem o mundo, são apenas analisados 177 devido a informações insuficientes.

pertinentes que os Estados fracos e em vias de falhar, o IEF procede á avaliação dos riscos políticos destes e dá um alerta precoce aos principais actores internacionais e ao público, no geral.⁶²

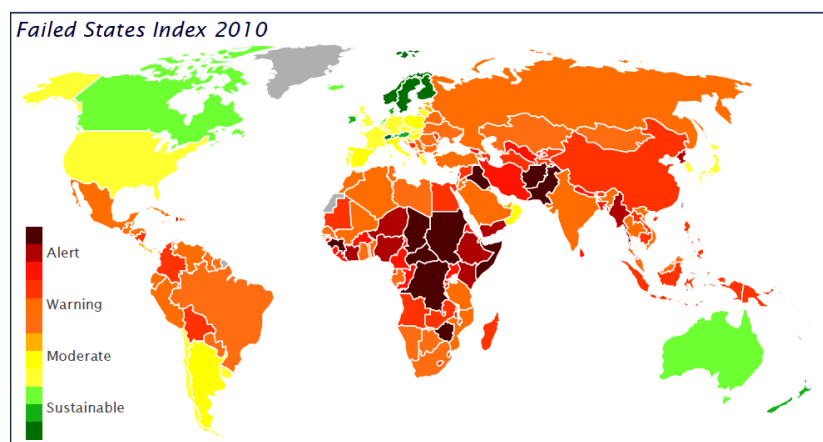


Fig. 5 – Índice dos Estados Falhados. Fonte: www.foreingpolicy.com/articles

Para a realização do ÍEF é utilizado o software CAST (Conflict Assessment System Tool) como metodologia que parametriza os resultados obtidos, permitindo a identificação do grau de vulnerabilidade do país e o grau do risco de violência num período de um ano, através da avaliação de 12 indicadores de Conflitos ou de pressão do Estado (mais de 90.000 fontes abertas – artigos e relatórios – adquiridas entre Maio e Dezembro desse ano). Os 12 **indicadores** encontram-se divididos em três categorias (Ver Anexo II):

Quadro Nº 3 – Indicadores do Índice dos Estados Falhados

Indicadores Sociais	1. Pressões Demográficas; 2. Refugiados e Deslocados; 3. Reclamações dos Cidadãos; 4. Êxodo Colectivo;
Indicadores Económicos	5. Desenvolvimento Desigual; 6. Pobreza e Declínio Desigual;
Indicadores Políticos e Militares	7. Legitimidade do Estado; 8. Progressiva Deterioração dos Serviços Públicos; 9. Violação dos Direitos Humanos e Estado de Direito; 10. Forças de Segurança (Monopólio do uso legítimo da força); 11. Divisão entre Elites; 12. Intervenção de Actores Externos;

Fonte: Fund For Peace & Foreign Policy

⁶² Fund For Peace (2010) – The Failed States Index 2010. Washington. p. 4

Segundo o IEF de 2010/2011, a pluralidade dos Estados Falhados ou em vias de falhar encontram-se no continente africano (África Subsariana), no Médio Oriente e na Ásia Central e Sul. Na sua grande maioria são países em desenvolvimento, sendo caracterizados por um baixo nível de riqueza, de desenvolvimento sustentável e de democratização. Existe uma maior incidência de países que foram colonizados ou que alvo de invasão (Afeganistão, Iraque) ou que foram palco de Conflitos internos (Kosovo, Timor-Leste, Sudão). Podem existir regiões falhadas, como acontece em África, como podem ser casos isolados como o Sri Lanka (Ásia), Haiti (América do Sul), Geórgia (Europa do Leste) e as Ilhas Salomão (Oceânia), o que explica a universalidade deste fenómeno.

Afirmar que todos os Estados Falhados são fonte de ameaças é uma hipérbole, pois nem todos são considerados extensões de territórios passíveis de serem utilizados por organizações terroristas (Afeganistão) nem todos albergam redes internacionais de Crime Organizado (Colômbia, Burma) e de movimentos terroristas (Afeganistão) nem todos abrigam refugiados (República Dominicana) ou têm crises humanitárias (violação de Direitos Humanos como na Coreia do Norte ou genocídio, como no Ruanda), ou seja, nem todos os Estados Falhados ameaçam a Segurança e a estabilidade do mundo. Não obstante, existem Estados que causam maior preocupação do que outros, como os países com grandes pandemias como Angola e a República Democrática do Congo e os países pertencentes ao clube nuclear, de que são exemplo o Paquistão e a Coreia do Norte.

O IEF representa um ponto de partida para a comunidade internacional para delinear estratégias para fortalecer os países frágeis ou em vias de falhar, cujos resultados demonstram a *“profile of the new world disorder of the 21st century”*⁶³

⁶³ Foreign Policy (2005), op. cit. p. 58

4. A Teia do Crime Organizado Transnacional

4.1 Definição da Ameaça

“In the era of globalization, Transnational Organized Crime has increased in significance (the consequences are more dangerous) and for that reason it is important to determine whether, in what way and how it represents a threat to national and international security.”⁶⁴

Sasa Dordevic

O crescimento do crime organizado transnacional tem emergido como o principal factor de segurança na era pós Guerra-Fria⁶⁵, constituindo, desta forma uma ameaça latente à Segurança e estabilidade mundial, provocando a erosão dos órgãos de soberania e de Segurança, que por sua vez, mitigam o Estado de Direito e a ordem política interna. É uma ameaça real principalmente para os pequenos Estados que se encontram em transição democrática ainda não consolidada, como também para os países com legitimidade de Poder, cujos indícios de corrupção podem criar desconfiança da sua legitimidade e eficácia.

Na década de 90, o **Crime Organizado**, incluindo a sua vertente transnacional, teve um renovado interesse na investigação política e foi novamente colocado nas agendas de política externa dos principais actores internacionais devido às dinâmicas sociais e económicas contemporâneas, à Globalização e à Revolução Tecnológica que o mundo testemunhou. Contudo, os atentados do 11 de Setembro desviaram a atenção do Crime Organizado para o Terrorismo Internacional, centrando as suas atenções na luta contra o Terrorismo, permitindo um crescimento e desenvolvimento desta ameaça longe das objectivas dos principais actores internacionais. José Manuel Anes alerta para “os políticos dos diversos países, na sua maioria, só dão atenção às suas manifestações visíveis e esquecem ou ignoram as suas dimensões invisíveis, subterrâneas e permanentes que vão corroendo as sociedades.”⁶⁶



Fig. 6 – Crime Organizado.

Fonte: www.google.pt/imgens/crime_organizado

⁶⁴ Dordevic, Sasa (2009) – *Understanding Transnational Organized Crime as a Security Threat and Security Theories*. Carl Schmitt and Copenhagen School of Security Studies – Scientific Paper N° 13. Copenhagen. p. 41

⁶⁵ Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military (US Army War College) (site), op. cit.

⁶⁶ Anes, José Manuel (2010) – *Organizações Criminosas: Uma Introdução ao Crime Organizado*. Universidade Lusíada Editora – Coleção Ensaios. Lisboa. p. 13

O crescimento exponencial nas últimas décadas e os lucros dos grupos criminosos que ascendem às centenas de biliões de dólares e a sua possível associação aos grupos terroristas e a utilização de Estados Falhados reconduziram novamente a atenção para esta ameaça transnacional.

O Crime Organizado não é ameaça decorrente da Globalização, é um fenómeno da Era Moderna, tendo sido exacerbado pela proliferação de novos países, pelo desmembramento da URSS e da Jugoslávia, pelo processo de descolonização, da maior porosidade das fronteiras e mobilidade das pessoas, mas também pela própria dinâmica da Globalização. Tal como afirma Francisco Proença Garcia: *“o crime organizado transnacional não é o resultado da simbiose entre o crime organizado clássico e a globalização, não se pode reduzir o fenómeno a uma criminalidade comum cujo factor distintivo é a capacidade de operar além-fronteiras.”*⁶⁷

As origens mais conhecidas da criminalidade organizada remontam às máfias italianas, aos *gangs* de carácter étnico, religioso ou familiar, ao cartéis de drogas e às milícias armadas que faziam valer os seus interesses através da intimidação e da violência. Os grupos criminosos mais conhecidos a nível nacional e internacional e geralmente mencionados nas investigações de Relações Internacionais são os Yakuza do Japão, a Máfia Siciliana de Itália, os cartéis colombianos de Medellín e Cali, a Máfia Russa e os grupos criminosos da Nigéria. A universalidade deste fenómeno permite verificar que esta ameaça tem a capacidade de afectar países com estruturas políticas e económicas fortes como o Japão, Rússia, Itália e a China, como afecta estruturas mais fracas e facilmente corruptíveis como no México, Panamá, Colômbia, Tailândia, Moçambique e Angola.



Fig. 7 - Principais Grupos Criminosos.

Fonte: Mestrado Estratégia – Aulas de Teoria da Estratégia

⁶⁷ Garcia, Francisco Proença, op. cit. p. 355

Antes de compreender os factores que impulsionaram o crescimento do Crime Organizado, como este se encontra estruturado, quais as suas principais características e quais as actividades ilícitas a que se dedica, é essencial definir o seu conceito. À semelhança do Estado Falhado, não existe um conceito universalmente aceite de Crime Organizado. Para o efeito, as definições utilizadas são de dois actores relevantes da comunidade internacional: UE e ONU.

Segundo a UE, o Crime Organizado é definido como “*a structure association, established over a period of time, of 2 or more persons, acting in a concerted manner with a view to committing offences which are punishable by deprivation of liberty or a detention order (...) whether such offences are an end in themselves or a means of obtaining material benefits and, where appropriate, of improperly influencing the operation of public activities.*”⁶⁸ Existem 11 critérios que definem este fenómeno⁶⁹:

1. Colaboração de mais de duas pessoas;
2. Tarefas específicas atribuídas a cada uma delas;
3. Num período de tempo suficiente longo ou indeterminado;
4. Com uma forma de disciplina e controlo;
5. (com pessoas) suspeitas de terem cometido infracções penais graves;
6. Actuando a um nível internacional;
7. Recorrendo à violência ou a outros meios de intimidação;
8. Utilizando estruturas comerciais ou do tipo comercial;
9. Dedicando-se ao branqueamento de dinheiro;
10. Exercendo influência sobre meios políticos, os meios de comunicação, a Administração Pública (AP), ou Poder judicial ou a economia;
11. Actuando pelo lucro e/ou pelo Poder;

A ONU define esta ameaça enquanto “*a structured group of three or more persons, existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crime or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit.*”⁷⁰

O atributo transnacional foi atribuído para focar a **natureza transnacional** dos grupos criminosos e das suas actividades ilícitas, que operam de forma transfronteiriça, como uma rede criminosa transnacional. Para a ONU, o atributo transnacional é adquirido quando o acto criminoso: “*a) it is committed in more than one State; b) it is committed in one State but a substantial part of its preparation, planning, direction or control takes place in another State; c) it is committed in one State but involves an organized criminal group that engages in criminal activities in more than one State; or d) it is committed in one State but has substantial effects in another State.*”⁷¹

⁶⁸ Joint Action 98/733/JAI de 21 de Dezembro de 1998 - <http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/l33077.htm>.

⁶⁹ Enfopol 161/1994 Anexo C - Crime Organizado *In* Anes, José Manuel, op. cit. p. 16

⁷⁰ UNODC (2000) – **United Nations Convention Against Transnational Organized Crime**. Viena. p. 5

⁷¹ UNODC (2000), op. cit. p. 6

Para Felia Allum e Renate Siebert uma razão que ajuda a explicar o facto de não existir uma definição universalmente reconhecida de Crime Organizado é que as origens de cada grupo não podem ser reduzidas a uma simples explicação comum, uma vez que cada grupo tem a sua própria *raison d'être* política, económica social e cultural.⁷²

O crescimento desta ameaça é resultado da evolução da conjuntura da cena política, económica, social e tecnológica mundial, entre os principais factores, destacam-se os seguintes:

Quadro Nº 4 - Factores do Desenvolvimento do Crime Organizado

Dinâmica	Factores
Política	<p>→ A incapacidade do Estado em fornecer os serviços básicos e os bens essenciais aos cidadãos, conduzindo ao desempenho dessas funções por parte de grupos criminosos que mitigam as estruturas estatais e, no seu extremo, usurpam essas estruturas;</p> <p>→ Alteração do paradigma do conceito de Segurança;</p> <p>→ Maiores níveis de corrupção das elites políticas, económicas e militares;</p>
Económica	<p>→ A Globalização através da dissolução das barreiras económicas, liberalização económica, aumento das trocas comerciais e expansão dos mercados nacionais e internacionais de bens e serviços, que por sua vez, facilitam as trocas comerciais ilegais e a expansão de mercados ilegais.</p>
Social	<p>→ A porosidade das fronteiras físicas – livre circulação de pessoas, bens e serviços principalmente dentro da UE, incluindo uma maior mobilidade de cidadãos;</p> <p>→ Existência de Conflitos ou Guerras Civis;</p>
Jurídica	<p>→ Desarmonia entre as legislações nacionais dos países que constituem a comunidade internacional, principalmente dos países onde operam os grupos criminosos: existência de diversas e divergentes definições de Crime Organizado Transnacional e as suas actividades, criando uma confusão jurídica;</p>
Tecnológica	<p>→ Desenvolvimento tecnológico: novos meios de comunicação e de transporte que possibilitam novas formas de actuação, novas tecnologias e desenvolvimento de novos softwares;</p>

Fonte: Elaboração da Autora.

⁷² Allum, Felia; Siebert, Renate (2003) – *Organized Crime and the Challenge to Democracy*. Routledge. Nova Iorque. p. 11

Face ao exposto, pode-se afirmar que o desenvolvimento e o crescimento do Crime Organizado é o resultado da alteração das dinâmicas políticas, económicas, sociais e tecnologias, traduzindo no alargamento das actividades ilícitas e das zonas geográficas.

4.2 Objectivos e Características

“At times, it is easy to forget that the two main objectives of organized crime gangs are power and money; they seek economic gain at all costs. Their power is invisible but touches the lives of everyday citizens in many different ways. It is therefore a fundamental feature of organized crime, because it is through power that it reaches its prime objectives.”⁷³

Felia Allum & Renate Siebert

O **objectivo** das organizações criminosas é a aquisição de fundos monetários - o lucro ilícito - que é obtido através de actividades ilegais como os crimes financeiros, os crimes tecnológicos, o tráfico de armas, drogas ou pessoas (imigração ilegal e *smuggling*), e de outros bens como o álcool e o tabaco, pretendendo alcançar, em última instância, um grande Poder económico-financeiro e capacidade de influência. Para José Manuel Anes, o objectivo dos grupos criminosos é “o poder económico como única meta, sendo o poder político ou mesmo bélico apenas uma ferramenta para garantir a prossecução daquele.”⁷⁴

Em termos de capacidade de influência, o seu objectivo não é o derrube do Poder estatal, nem a imposição de uma ideologia política hostil, mas antes uma neutralização das instituições mais importantes como AP, os tribunais, a polícia e os militares. Contudo, como último recurso, estes grupos podem atentar ao derrube do Poder para prosseguir livremente com as suas actividades criminosas.

A estrutura dos grupos criminosos é equiparável à de uma empresa, é definida hierarquicamente, sendo constituída por pequenas unidades independentes, em constante mutação do seu *modus operandi*, permitindo uma maior mobilidade e capacidade de adaptação a novas realidades, a zonas geográficas e a novos mercados, de forma fácil e rápida. As principais **características** da criminalidade organizada podem ser sintetizadas do seguinte modo:

- Estrutura fluída, flexível e dinâmica;
- *Networks* como a principal forma de organização;
- Hierarquia consolidada para controlo de elementos de grupos (possibilidade de uso de força para disciplina interna) com divisão e especialização de células e actividades;
- Criação de redes de extorsão e de influência;
- Secretismo dos grupos e das actividades, permitindo uma maior liberdade de acção;

⁷³ Allum, Felia; Sibert, Renate, op. cit. p. 9

⁷⁴ Anes, José Manuel, op. cit. p. 219

- Alto grau de operacionalidade e racionalidade;
- Violência, intimidação, coacção, corrupção e subornos para controlar território, mercados e autoridades;
- Cooperação com outros grupos criminosos transnacionais e grupos terroristas;
- Utilização de “*shadowy sovereign-free areas*”⁷⁵ como países em Conflitos, Estados Falhados, o ciberespaço e *offshores* (paraísos fiscais) como plataformas para as suas actividades e operações;

A sua capacidade de adaptação a novas realidades, de expansão a novos territórios e novos mercados, e de agir na clandestinidade explicam como este fenómeno têm resistido no tempo e no espaço, e como têm escapado às autoridades que combatem o Crime Organizado – “*é nesta capacidade de adaptação que reside o cerne da sua eficácia, característica que se tem mostrado suprema na existência de qualquer organização criminosa.*”⁷⁶

Outras duas características que merecem um especial destaque são a violência e a corrupção. Estes grupos recorrem à **violência** não discriminada e à corrupção para alcançar os seus fins, de forma a viabilizar as suas actividades ilegais e proteger os seus interesses. As suas acções têm um carácter violento, como pode ser verificado no narcotráfico na América Latina, caracterizado por várias confrontações violentas entre os grupos criminosos e o governo; outro exemplo é o do tráfico humano principalmente de mulheres e crianças que, por vezes, são forçadas à prostituição, à escravatura sexual ou sendo vítimas de tráfico de órgãos. Pode-se, afirmar, portanto que o Crime Organizado é inerentemente violento ou coercivo⁷⁷, principalmente quando o seu objectivo é a destruição ou neutralização dos entraves às suas actividades.

A **corrupção** da polícia, militares e da entidade estatal é essencial para o fomento da actividade criminosa, uma vez que permite uma maior liberdade de acção do grupo criminoso, actuando nas áreas onde existe um menor controlo do Estado. Estes grupos detêm uma grande capacidade de penetração nas instituições políticas, económicas e sociais: “*Transnational organized crime reduces weak state capacity still further, as criminals deploy corruption as a tool to gain protection for themselves and their activities and to open avenues for profit.*”⁷⁸ A questão da corrupção será abordada no sub-capítulo seguinte.

Importa ainda mencionar o papel da Revolução Tecnológica na estruturação dos grupos criminosos e nas suas actividades, que possibilitaram o seu fomento e crescimento. As novas tecnologias (softwares, encriptação, fibra óptica), as novas formas de transporte mais rápidas e

⁷⁵ Cockanye, James (2007) – *Transnational Organized Crime: Multilateral Responses to a Rising Threat*. International Peace Institute – Working Papers Series. Nova Iorque. p. 1

⁷⁶ Anes, José Manuel, op. cit. p. 215

⁷⁷ Williams, Phil (2003) – *Strategy for a New World: Combating Terrorism e Transnational Organized Crime* in Baylis, John et al (2007) – *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies*. Oxford University Press. Nova Iorque. p. 155

⁷⁸ Patrick, Stewart (2006) - *Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers*. Washginton. p. 20

modernas, as novas formas de comunicação (telemóveis, computadores e internet), o desenvolvimento do ciberespaço e dos sistemas de informação, uma maior mobilidade humana e a existência de um sistema financeiro global, permitiu aos grupos criminosos trabalhar de uma forma mais rápida, eficaz, sofisticada e à distância, bem como uma maior capacidade de aquisição de lucros. As novas tecnologias permitiram criar novos tipos de crime, como o *romance fraud*, como também melhorar os processos de falsificação de moeda, documentos e/ou cartões de crédito.

Estes grupos utilizam as tecnologias de última geração, os recursos materiais mais sofisticados e os recursos humanos com maiores habilitações de forma a obter uma maior vantagem, aumentando, assim, as oportunidades de tráfico de produtos ilícitos, possuir uma maior capacidade de velocidade de comunicação e de coordenação à distância de transacções e das actividades ilegais.

Compreende-se que o Crime Organizado constitui uma ameaça transnacional à estabilidade, prosperidade e Segurança internacional, tendo em conta a sua capacidade para mitigar as normas e as instituições internacionais que fundamentam as Relações Internacionais, tal como as estruturas estatais e económicas através da corrupção e da violência; e a sua capacidade para destabilizar a ordem pública e o sentimento de paz e Segurança dos cidadãos.

4. 3 Criminalidade no Estado

“The richer and more powerful they become [transnational criminal groups], the greater the threat they pose to national, regional and global security as well as undermining development and the rule of law.”⁷⁹

Walter Kemp

A **Criminalidade no Estado** é um fenómeno recente que teve um maior reconhecimento devido ao crescimento e transnacionalidade do Crime Organizado e dos maiores níveis de corrupção dos Estados. Quando se fala em Criminalidade no Estado, refere-se à utilização da corrupção e das redes de influência, de extorsão e de coacção pelos grupos criminosos, debilitando as instituições estatais, económicas e sociais pelas suas práticas corrosivas. A mitigação do Estado de Direito e da ordem interna e a corrupção generalizada criam um ambiente propício ao Crime Organizado, sendo instigado pela existência de um governo que seja incapaz de fornecer os bens e serviços básicos à sua população.

O Estado pode desempenhar dois papéis distintos neste segmento: Estado criminoso, enquanto um participante activo envolvido directa ou indirectamente nas actividades ilícitas, ou existir uma Criminalidade no Estado, enquanto um actor passivo que é corrompido pelos grupos criminosos.

⁷⁹ **Organized Crime: A Growing Threat to Security** (Stockholm International Peace Research Institute - <http://www.sipri.org/media/newsletter/essay/feb10/?searchterm=criminalization%20of%20the%20state>

O **Estado** é **criminoso** quando existe um envolvimento directo ou indirecto nas actividades ilícitas perpetuadas pelos grupos criminosos, enquanto um actor activo. Como por exemplo, na facilitação do processo de branqueamento de capitais, negligenciar a supervisão dos mercados de prostituição e para o tráfico humano, facilitar a livre circulação dos grupos e actividades. O Estado criminoso dificulta a imposição de medidas de combate ao Crime Organizado, ao mesmo tempo que facilita a sua actuação dos mercados ilegais.

Por outro lado, pode-se dar a **Criminalidade do Estado** através da corrupção e do estabelecimento de redes de influência, extorsão e coacção entre classe política, económica e militar e os grupos criminosos para facilitar a sua actuação e ao mesmo tempo poder ludibriar e escapar às autoridades. Os grupos criminosos utilizam as instituições e instrumentos políticos e económicos ao serviço do Estado, como a diplomacia, imunidade, serviços de *intelligence* e apoios financeiros.

Em última análise, é preciso referir que embora possa haver um Estado Criminoso, serão sempre poucos os representantes desse mesmo Estado ou funcionários do mesmo, a beneficiar com os lucros das actividades ilícitas e nunca o Estado enquanto sociedade que o compõe. Um Estado Criminoso patrocina activamente e deliberadamente actividades criminosas, ao passo que a concepção de Criminalidade no Estado leva-nos a querer que este pode estar a ser alvo de coacção por parte de um grupo criminoso que se apresenta muito mais forte e organizado do que o próprio Estado. Neste último caso, por falta de força, o Estado surge com um papel passivo, contrariamente ao protagonismo activo que se apresenta num Estado Criminoso.

Phil Williams – analista que escreve muitos artigos sobre o Crime Organizado - têm uma outra perspectiva sobre o papel do Estado nas actividades ilegais praticadas por estes grupos, defendendo que o Estado pode ser cúmplice ou confrontal nas suas políticas referentes ao Crime Organizado e representar um dos seguintes papéis: *home states, host or market states, transshipment states or service states*.

Quadro Nº 5 – Categorização do Papel do Estado nas Actividades Criminosas

Home States	O Estado é considerado enquanto uma base de operação, onde existe liberdade de circulação e impunidade dos actos cometidos. A corrupção é utilizada com o objectivo de transformar o Estado num <i>safe haven</i> , de forma a neutralizar os agentes do Estado e as forças de Segurança e, simultaneamente, procurar agentes corruptíveis capazes de prestar serviços e informações de interesse e evitar que esse país se torne alvo de combate ao Crime Organizado por parte da cena internacional. Nesta situação, este tipo de corrupção sistemática enfraquece o Estado e suas estruturas políticas e económicas. Em última instância, estes grupos podem usurpar o Poder total do Estado. A corrupção aqui é utilizada para obter verditos favoráveis e evitar detenções e sentenças da judicária; evitar a
--------------------	--

	promulgação de leis de combate ao Crime Organizado e medidas que dificultam o processo de branqueamento de capitais da AP.
Host or Market States	Este tipo de Estados possuem mercados lucrativos para as actividades criminosas e são o principal destino dos produtos ilícitos, no entanto podem ser Estados que sejam activos no combate ao Crime Organizado e resistentes à corrupção, sendo por isso difícil a criação e desenvolvimento de redes de influência e extorsão. A corrupção neste caso é destinada a agentes estatais encarregues dos serviços de alfândega e do controlo de fronteiras do território nacional.
Transshipment States	São Estados de passagem dos produtos e serviços ilícitos para os <i>host/market states</i> . Estes Estados são escolhidos em conformidade com acesso ao mercado de destino, a maior liberdade de circulação e menor controlo e acção do Estado. Neste caso, a corrupção tem um carácter selectivo destinada a facilitar a passagem dos produtos ilícitos, cujos alvos são os serviços de alfândega, os agentes de controlo de fronteiras (aérea, marítima e terrestre) e os serviços de imigração. Devido à incapacidade de controlo da totalidade do território nacional, da maior facilidade de corrupção dos agentes estatais e de liberdade de acção, os países em desenvolvimento são os principais alvos dos grupos criminosos.
Service States	São Estados utilizados para os crimes financeiros, caracterizados por um sector financeiro desenvolvido, capaz de fornecer serviços fundamentais para movimentar, esconder, proteger o dinheiro oriundo do lucro ilícito. Os serviços bancários destes países possuem medidas como o sigilo bancário, têm mecanismos como os fundos fiduciários e outras companhias que possam ser processadas por branqueamento de capitais (que permite que as verdadeiras companhias não sejam processadas), uma atitude muito tolerante sobre o dinheiro que se encontre sob a sua jurisdição e desrespeito pela máxima de conhecer o seu cliente. A comunidade internacional tem exercido pressão nestes <i>off-shores</i> ⁸⁰ , de forma a dificultar o branqueamento de capitais e em última instância, combater o Crime Organizado. Ex: Ilhas Caimão, Suíça, Israel, Ilhas Marshall, Liechtenstein, Hong Kong, Macau, Panamá, Bahamas e Rússia, entre outros.

Fonte: Phill Williams (2000).⁸¹

Na Criminalidade do Estado a principal arma é a **corrupção** – “*from an organised crime perspective, corruption is not so much a condition as an instrument.*”⁸² Os grupos criminosos para

⁸⁰ Os offshores, também conhecidos por paraísos fiscais são utilizados devido a facilidade de realização de transacções bancárias de grandes quantias, sem necessidade de identificação da pessoa e justificação da origem do dinheiro.

⁸¹ Williams, Phil (2000) – **Crime and Corruption: The Role of State Collusion**. Jane's Intelligence Review. Surrey. Vol. 12 – Nº 9. p. 10-11

⁸² Williams, Phil (2000), op. cit. p. 10

poderem actuar livremente e escapar ao controlo das autoridades, recorrem a corrupção de agentes do Estado, das estruturas económicas e das autoridades militares e policiais. Neste sentido, a corrupção tem como objectivo facilitar o tráfico transnacional dos produtos ilícitos, dos crimes financeiros e do tráfico humano.

Os principais sectores afectados são o governo, a AP e a judiciária, como também os serviços alfandegários, serviços de imigração, principalmente os serviços encarregues de protecção e controlo de fronteiras. Quanto maior for o número de agentes corrompidos, menor será o risco dos grupos criminosos serem apanhados.

As actividades criminosas que apresentam maiores níveis de corrupção são o tráfico humano e o narcotráfico. Ambos têm uma maior necessidade de corromper os agentes alfandegários, de imigração e de controlo de fronteiras para assegurar a continuidade das operações e agir em impunidade. Para tal, necessitam de informações sobre os investigadores e as operações decorrentes de fiscalização e combate ao Crime Organizado e garantir o monopólio do mercado local. O tráfico humano, na sua qualidade de imigração ilegal e prostituição, necessita de garantir a entrada e a continuidade ilegal das pessoas traficadas e *smuggled*.

Os países em desenvolvimento apresentam maiores indícios de corrupção em comparação com os países desenvolvidos, devido ao funcionamento errático das forças de segurança e sistema judicial, maior susceptibilidade de cooperação com os altos estatutos do governo, e por serem Estados que estão mais comprometidos na resolução dos seus problemas internos.

A utilização da corrupção em vez do uso da força excessiva é preferível, pois a corrupção tende a formar uma aliança entre o grupo criminoso e o agente alvo de corrupção, que serve os interesses de ambos num período esporádico ou, por vezes, por um período longo e contínuo. A violência ao exercer uma pressão física e psicológica sobre o indivíduo e por temor a punições e a agressões físicas não é a melhor opção pois não forma uma ligação de confiança entre ambos – *“therefore, it is not surprising that ‘while violence and intimidation remain a constant for organized crime, corruption has become a primary resource’*.⁸³

A corrupção generalizada conduz, em última instância, à Criminalidade no Estado, na medida em que agentes da AP, da estrutura económica, da judiciária e das forças de Segurança servem os seus interesses pessoais que paralelamente servem os interesses dos grupos criminosos. A Criminalidade no Estado conduz, por sua vez, à corrupção das instituições do sistema internacional, como a soberania, a imunidade diplomática e a cortesia judicial, que facilitam o Crime Organizado Transnacional.⁸⁴

⁸³ *The Public Sector Corruption and Organised Crime: The Case of the Fertiliser Subsidy Programme in Malawi (International Relations and Security Network)* – <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=112067> p. 21-22

⁸⁴ Cockanye, James (2007), op. cit. p. 8

4. 4 Actividades do Crime Organizado

“The intense media coverage devoted to the war on terrorism, however, obscures five other similar global wars that pit governments against agile, well-financed networks of highly dedicated individuals. These are the fights against the illegal international trade in drugs, arms, intellectual property, people and money.”⁸⁵

Moisés Naím

Actualmente podem ser encontradas marcas da criminalidade organizada em diversas actividades, reflexo da tentativa de escapar à legislação produzida e de reduzir os riscos da concentração numa só actividade. Geralmente, estes grupos encontram-se envolvidos em mais do que uma actividade ilícita, contudo poderá existir uma especialização numa determinada actividade. Em seguida serão abordadas de uma forma breve as principais **actividades ilícitas** às quais os grupos criminosos se dedicam:

Crimes Financeiros

São exemplo de **crimes financeiros**: fraude, criação de redes de extorsão e de influência, falsificação de cartões de crédito e dinheiro, evasão fiscal e o branqueamento de capitais. Os crimes financeiros são a principal forma de penetração nas estruturas estatais e económicas, gerando um grande Poder económico-financeiro e político com grandes consequências a nível da disrupção dos mercados financeiros e económicos, com lucros estimados de 800 bilhões a 2 triliões por ano, o que significa perto de 2% a 5% do PIB mundial⁸⁶.

O **branqueamento de capitais** é a actividade mais lucrativa, que abrange todos os procedimentos que ocultam a sua verdadeira origem, ou seja, o dinheiro ilícito é transformado em dinheiro lícito, sendo posteriormente incorporado na economia legal. Este processo envolve bancos, casas de câmbio, casinos, restaurantes e o lucro oriundo do narcotráfico, que é a principal fonte para branqueamento de capitais.

Este processo é constituído por três fases: *Placement*, *Layreing* e *Integration*. *Placement* é a fase inicial que consiste na entrada do dinheiro ilícito no sistema financeiro, razão pela qual é a fase mais vulnerável de todo o processo; *Layering* é a realização de várias transacções que pretendem esconder a verdadeira origem do dinheiro ilícito, geralmente estas são movimentadas para diversos bancos, principalmente para os *offshores*⁸⁷ e posteriormente são utilizadas em outros investimentos; *Integration* é a fase final na qual o dinheiro ilícito é assimilado na economia lícita.

⁸⁵ Naím, Moisés (2003) – *The Five Wars of Globalization. Foreign Policy*. Nº 134. Washington. p. 29

⁸⁶ Naím, Moisés, op. cit. p. 34

⁸⁷ **Money Laundering: Special Session on the World Drug Problem** (UN General Assembly) - <http://www.un.org/ga/20special/presskit/themes/money-5.htm>

Os grupos criminosos aproveitam as condições e os sistemas económico-financeiros criados para as empresas e os desenvolvimentos tecnológicos para proliferar as suas actividades. Assim, compreende-se que no que diz respeito aos crimes financeiros que “o crime organizado deixou de ser um simples problema da economia de mercado para passar a ser uma ameaça que diz respeito à existência dos próprios países. Ao alcançar um nível de poder que anteriormente era reservado exclusivamente a Estados, este fenómeno adquiriu a capacidade de destabilizar económica, social e ainda politicamente os países onde opera.”⁸⁸ São crimes difíceis de controlar e de detectar devido à criação de redes densas e eficazes de ocultação da origem ilícita dos grandes lucros económicos.

Crimes Tecnológicos ou Cibercrime

Os **crimes tecnológicos** constituem um conjunto específico de crimes relacionados com a utilização de computadores e meios informáticos para a realização de actividades ilegais através do recurso a meios informáticos⁸⁹, das quais resultam grandes compensações económicas e a destabilização da economia global através da penetração nas instalações estatais e económicas e sistemas de Segurança nacional. Os lucros ascendem na sua totalidade aos 750 biliões.⁹⁰ Estes crimes direccionam as suas actividades em três áreas:

- a) Actividades contra os indivíduos: incluem assédio, extorsão, fraude⁹¹ e roubo de dados pessoais. A pornografia infantil é a questão mais preocupante, pois a internet facilita o acesso a *sites* com imagens e vídeos de crianças, cujos serviços podem ser acedidos através de um pagamento electrónico, permitindo o anonimato da transacção. Outra grande preocupação é o roubo de dados pessoais, que se encontra ligado a transacções bancárias electrónicas e ao correio electrónico.
- b) Actividades contra a propriedade, engloba-se o vandalismo informático através da propagação de vírus susceptíveis de danificar computador e *sites*; e a interceptação de dados, para a obtenção de informações comerciais e crimes financeiros. Neste tipo de actividades, os alvos são geralmente as empresas.
- c) Actividades contra o Estado abrangem igualmente o vandalismo informático, a fraude e a interceptação de dados. O Estado torna-se aliciante devido às grandes quantidades de recursos económicos e financeiros que movimenta e a pela posse de informações que poderão ser uma mais-valia para outros Estados ou grupos terroristas, em troca de grandes compensações económicas.

É importante sublinhar que, para além de provocar danos directos às suas vítimas, este tipo de ataques cibernéticos também constituem uma ameaça à economia global no sentido em que estes minam a confiança nas novas tecnologias e, simultaneamente, providenciam um meio para a intimidação e chantagem.

⁸⁸ Garcia, Proença Francisco, op. cit. p. 358

⁸⁹ Carrapiço, Helena, op. cit. p. 16

⁹⁰ **European Commission: Home Affairs: Organised Crime: Cybercrime** - http://ec.europa.eu/home-affairs/policies/crime/crime_cybercrime_en.htm

⁹¹ Outros exemplos de fraude informática é o esquema do *romance fraud*, onde os utilizadores do *site* de encontros on-line são impelidos a efectuar um pagamento para conhecer pessoas; a cópia de propriedade privada como músicas e filmes.

Tráfico de Armas

O **tráfico de armas** engloba as armas ligeiras e as ADM. Para o tráfico são utilizadas, geralmente, as mesmas rotas que o tráfico de droga e o tráfico de seres humanos. O tráfico de armas para as zonas de Conflito (étnico, religioso ou civil) têm ajudado a perpetuar os Conflitos existentes, através do fornecimento de armas a insurgentes. Actualmente encontram-se em circulação, cerca de 18 milhões de armas de pequeno porte, cujos lucros rendem anualmente perto de um bilião de dólares⁹². Actualmente, encontra-se em voga os *arms brokers*, um novo actor no tráfico ilícito de armas que actua no mercado negro e no mercado cinzento (acesso a arsenais legais).⁹³

A possibilidade de grupos terroristas obterem armas NBQR através do contrabando realizado pelas organizações criminosas assume uma dimensão deveras preocupante, tema que será abordado no sub-capítulo seguinte.

Tráfico Humano

O **tráfico humano** é uma das actividades mais rentáveis da criminalidade organizada, que inclui o tráfico de seres humanos e o apoio à imigração ilegal, também conhecido com *smuggling*. Esta actividade encontra-se em expansão: 2.5 milhões de pessoas são traficadas por ano com um lucro de 20 bilhões⁹⁴. Existe alguma confusão sobre os termos acima referidos, por isso, é essencial diferencia-los:

O tráfico humano é um acto forçado não voluntário, que implica coerção e violência e é entendido enquanto a “*human rights issue, a violation of labour and migration laws, and as undermining national and internacional security through its links to organised crime and corruption.*”⁹⁵ As principais vítimas são as mulheres para a prostituição forçada e/ou escravatura (que também poderá ser de carácter sexual) e para entrar na indústria pornográfica, estando sujeitas a abusos físicos e psicológicos. Apesar de muitas mulheres serem traficadas contra a sua própria vontade, muitas optam por escolher este caminho para fugir à situação do seu país natal. As crianças são traficadas com o intuito de entrar na indústria pornográfica e como alvo de pedofilia, sendo também vítimas de abusos sexuais, físicos e psicológicos. Por seu turno, os homens são traficados para trabalhos forçados e/ou escravatura. No tráfico humano também se inclui o tráfico de órgãos humanos: córneas, rins e fígados são os órgãos mais comuns à venda no mercado negro, juntamente com a oferta de serviço de transplante.

Na esperança de uma vida melhor (trabalho, qualidade de vida, instabilidade política e económica no país de origem), muitos indivíduos pedem ajuda aos grupos criminosos para entrarem

⁹² Naím, Moisés, op. cit. p. 31

⁹³ Makarenko, Tamara (2003) – *Tracing the Dynamics of the Illicit Arms Trade*. Jane's Intelligence Review. Vol. 15 – Nº 9. Surrey. p. 10

⁹⁴ Standing, André (2010) – *Transnational Organized Crime and the Palermo Convention: A Reality Check*. International Peace Institute – IPI Publications. Nova Iorque. p. 2

⁹⁵ Bastick, Megan; Grimm, Karin (2007) – *Security Sector Responses to Trafficking in Human Beings*. Center for Security, Development and the Rule of Law - Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Policy Paper Nº 21. Genebra. p. 1

num determinado país, como uma prestação de um serviço, sendo esta uma situação de ilegalidade, conhecida como apoio à imigração ilegal/smuggling. Inicialmente são utilizados vistos temporários de trabalho ou de férias para manter uma situação de legalidade. Geralmente, estes indivíduos como forma de pagar as suas dívidas (pagamento do serviço) são vítimas de extorsão, exploração sexual, escravatura, prostituição, independente do sexo e da idade.

As rotas utilizadas para ambos os casos são frequentemente coincidentes. É importante mencionar que existem poucas informações e conhecimentos sobre os métodos, os meios, as quantias envolvidas devido ao secretismo destas actividades.

Narcotráfico

O **narcotráfico** (inclui cultivo, produção, distribuição) é a actividade mais associada ao Crime Organizado e uma das mais rentáveis – 800 biliões de dólares por ano⁹⁶ e utiliza, geralmente, as mesmas rotas do tráfico de armas e de seres humanos. O produto mais comercializado e rentável é a cocaína, seguida da heroína e cannabis. São igualmente comercializados substâncias sintéticas e psicotrópicos como estupefacientes, ecstasy e anfetaminas.

Os maiores centros de produção são o Crescente do Ouro no Sudoeste Asiático composto por Afeganistão, Paquistão e Irão, o Triângulo do Ouro no Sueste Asiático do qual fazem parte Birmânia, Laos e Tailândia, e a América Latina, principalmente Peru, Bolívia e Colômbia. Outros centros englobam países africanos, europeus e da Oceânia. Vejamos um pouco mais detalhadamente as principais drogas produzidas e comercializadas:

Quadro Nº 6 - Narcotráfico: As Principais Drogas

Cocaína	Os principais produtores são a Colômbia (50%), Peru (32%) e Bolívia (18%), sendo o produto processado pela Venezuela, Chile e Argentina, destinado aos mercados norte-americano e europeus. São produzidos anualmente cerca de 865 toneladas em 170.000 hectares (Colômbia – 450; Peru – 302; Bolívia – 113), com lucro entre 75-100 biliões por ano. Tem um mercado entre os 14 e 21 milhões de consumidores ao nível mundial. ⁹⁷
Heroína	O principal produtor é o Afeganistão que está encarregue de 90% da produção (situada principalmente em duas grandes províncias Nangarhar e Hilmand); outros produtores são Birmânia, Paquistão, Laos e Tailândia. O Afeganistão têm uma produção média de 6.900 toneladas, o que significa 95% da produção mundial, enquanto a

⁹⁶ *The Globalization of Crime 2010* (United Nations Office on Drugs and Crime) - www.unodc.org/documents/data-and.../TOCTA_Report_2010_low_res.pdf p. 16-17

⁹⁷ Existe um decréscimo da cultura da cocaína: 211, 700 hectares em 1990 para 141, 100 hectares em 2010 - *The Globalization of Crime 2010* (United Nations Office on Drugs and Crime) (site), op. cit. p. 91 – 105.

	Birmânia e Laos 50 toneladas, com um mercado de 16 a 18 milhões de consumidores, com principal destino à Europa, obtendo mais de 70 biliões de dólares em lucro nas vendas. A maior parte do lucro é repartida entre os Taliban que controlam a produção de ópio. ⁹⁸
Cannabis	É uma planta que pode ser consumida em duas formas: cannabis herbácea que se fuma como tabaco, cujo maior produtor é América do Norte (14.000 toneladas); e a resina de cannabis, vulgarmente conhecida como haxixe, produzida por Marrocos (80%). O cannabis também é produzido no Paquistão, Afeganistão, Índia e Jamaica. Por ser uma planta que tem capacidade para crescer em qualquer zona do mundo e poder ser plantada em pequenos terrenos ou mesmo dentro de casa, é uma droga que é consumida e cultivada um pouco por todo o mundo, sendo por essa razão difícil estimar os lucros obtidos e a quantidade de consumidores.
Substâncias Sintéticas/Psicotrópicas	Verifica-se um aumento da produção e consumo de drogas sintéticas e de estupefacientes mais comuns e populares, como o ecstasy, metanfetaminas e anfetaminas. O principal produtor de metanfetaminas é a China (50%), Birmânia (43%) e Filipinas (43%); anfetaminas: Países Baixos (42%), Polónia (30%), Bélgica (24%), Lituânia (15%), Bulgária (9%) ⁹⁹ ; e em relação ao ecstasy, os maiores produtores países baixos (75%), Bélgica (23%), Alemanha (8%). A evolução tecnológica a nível de inovações de equipamentos e técnicas facilitou a produção deste tipo de substâncias dentro da UE. O lucro destas substâncias ronda os 44 biliões anuais. ¹⁰⁰

Fonte: Elaboração da Autora.

As sociedades que sobrevivem do tráfico de drogas e que se encontram à mercê das organizações criminosas são denominadas de sociedade *narco-bem-estar*¹⁰¹, que se dedicam ao narcotráfico e movimentam milhões de capitais, possuindo uma capacidade ilimitada de investimento, pretendendo em última instância substituir o Estado, exemplo disso é o caso das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) na Colômbia. Com os lucros gerados desta actividade, os grupos criminosos adquirem um Poder económico significativo, podendo influenciar a eleição de um governo, ou, como já acontece na Colômbia, administrarem partes significativas de um determinado território, colocando desta forma os conceitos tradicionais de soberania e integridade territorial em

⁹⁸ Tal como no caso da cocaína, verifica-se a diminuição da cultura do ópio: 262, 800 em 1990 e 195, 700 em 2010. In *The Globalization of Crime 2010* (United Nations Office on Drugs and Crime) (site), op. cit. p. 109-126

⁹⁹ Ebo, Isabel Jesus (2008) – *A Geopolítica da Droga*. UTL-ISCSP. Lisboa. Geopolítica da droga p. 81-85

¹⁰⁰ *World Drug Report 2005 – Vol I* (UNODC) – www.unodc.org/pdf/WDR_2005/volume_1_web.pdf p. 127

¹⁰¹ Oreja, Jaime Mayor - *Terrorism, Crien Organizado y Política de Seguridad*. Política Exterior. Madrid. Vol 12 – Nº 64. Julho/Agosto de 1998. p. 15

causa, conduzindo ao enfraquecimento do Estado através da corrupção dos seus órgãos de soberania e funcionários.¹⁰²

Diversos Tráficos

Nos tráficos diversos estão incluídos outras actividades que os grupos criminosos se dedicam em menor escala, como o contrabando de álcool, tabaco e cigarros, o roubo de veículos, pedras/metais e recursos naturais preciosos como diamantes, madeira, entre outros; espécies em vias de extinção (esturjão – caviar; marfim de elefantes; tigres e elefantes para zoológicos privados, entre outros), produtos contrafeitos (propriedade intelectual, medicamentos), e tráfico de arte roubada como pintura e escultura roubada de museus, galerias e casas privadas – 2 a 6 biliões de lucro por ano.¹⁰³

O número de actores e a estruturas utilizadas numa determinada actividade ilícita pode mudar em conformidade com a actividade cometida, por exemplo, os actores, a estrutura e a rede de conhecimentos e de influência do tráfico humano é diferentes dos actores e estruturas dos crimes financeiros. É difícil obter uma estimativa correcta dos lucros totais das actividades ilícitas, principalmente quando não existe um consenso sobre a definição deste fenómeno e das suas actividades e do secretismo envolvido nestas. Os lucros das actividades ilícitas podem ajudar a compreender as dinâmicas e características do Crime Organizado, bem como revelar novas informações sobre a sua estrutura, meios utilizados, criação de redes de influência e de corrupção e a sua extensão e impacto a nível mundial.

4. 5 Crime Organizado Transnacional e Terrorismo: Que Ligação?

“The merging of international terrorist organizations with transnational organized crime is one of the most serious threats that our society faces today.”

Lyudmila Zaitseva¹⁰⁴

Um novo debate emergiu recentemente nas Relações Internacionais sobre a possibilidade de uma aliança em determinadas áreas e actividades entre estes dois fenómenos, tendo em conta o mediatismo do Terrorismo Internacional e do desenvolvimento exponencial do Crime Organizado. Apesar de existir uma convergência na sua organização (estrutura hierárquica, consolidada e organizada por células e trabalho por *networks*) e dos meios (utilização do uso da força indiscriminada e corrupção), a verdade é que existe uma grande divergência em termos de motivações/objectivos.

Os grupos terroristas têm motivações político-ideológicas, associadas ao derrube do Poder estatal; enquanto os grupos criminosos têm motivações económicas, cuja finalidade é a maximização

¹⁰² Garcia, Francisco Proença, op. cit. p. 358

¹⁰³ Naím, Moisés, op. cit. p. 32

¹⁰⁴ Zaitseva, Lyudmila (2007) – ***Organized Crime, Terrorism and Nuclear Trafficking***. Center for Contemporary Conflict – Strategic Insights. Vol. 6 – Nº 5. California. p. 1

do lucro, tendo muito raramente objectivos políticos que incluam a conquista do Poder. Para os terroristas é fundamental obterem a atenção dos meios de comunicação para transmitirem a sua ideologia; os grupos criminosos procuram o secretismo e clandestinidade, evitando ao máximo a exposição aos meios de comunicação. Para Phil Williams, a diferença entre os dois grupos é: *“Organized crime is, in essence, a continuation of business by criminal means, while terrorism is the continuation of politics through the use of indiscriminate violence by non-state actors.”*¹⁰⁵

Quando existe uma **aliança entre grupos terroristas e criminosos**, é preferível que esta seja secreta, não só para evitar que os seus objectivos sejam descobertos, mas também para os terroristas não perderem credibilidade política ao aliarem-se com grupos criminosos, na sua demanda para a satisfação ideológica. Por seu lado, os grupos criminosos preferem afastar-se dos grupos terroristas devido à notoriedade das suas acções (recurso ao uso da força e à imposição de terror nas populações) e cobertura por parte dos meios de comunicação e associação a uma causa política, uma vez que para os criminosos *“solving social and political problems would put it out of business.”*¹⁰⁶

Com efeito, pode-se esperar uma aliança entre os grupos criminosos e terroristas em três áreas principais: o narcoterrorismo, o tráfico de ADM e no financiamento de ataques, operações e branqueamento de capitais.

a) Narcoterrorismo

Este fenómeno pode ser encarado com uma subdivisão do Terrorismo e não do Crime Organizado, na medida em que para os grupos criminosos, o narcotráfico é uma actividade exclusivamente utilizada para a maximização do lucro, enquanto os grupos terroristas dedicam-se ao narcotráfico para o financiamento das suas operações e ataques, com objectivo político-ideológico. Eventualmente, os grupos criminosos podem recorrer aos grupos terroristas para protecção das suas actividades - interesses comerciais – através da prestação de serviços como assassinatos e raptos. O maior exemplo é o caso da Colômbia onde os grupos terroristas FARC e AUC (Auto-defesas Unidas da Colômbia) são financiados pelo narcotráfico de cocaína; outro exemplo é o regime Taliban no Afeganistão que têm beneficiado do narcotráfico do ópio e heroína – controlam 90% da área de cultivo.

b) Tráfico de ADM

Esta é, sem dúvida, a aliança mais temida, na qual os grupos terroristas se aliam aos grupos criminosos para comprar a ADM ou ter acesso aos materiais, aos meios e ao *know-how* necessários para a sua construção. *“The threat of having a few individuals [terrorists], rather than just rogue states, coming to possess such weapons is ever more real. A black market in nuclear, biological and chemical materials is emerging, and growing links between organised crime and terrorism further fuels this*

¹⁰⁵ Williams, Phil (2003), op. cit. p. 195

¹⁰⁶ Holmes, Leslie (2007) – *Terrorism, Organised Crime and Corruption: Networks and Linkages*. Edward Elgar Publishing Limited. Reino Unido. p. 39

feared.¹⁰⁷ Exemplo disso são as várias tentativas, sem sucesso, por parte da Al-Qaeda em obter as ADM.

Segundo a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), *“there is a persistent problem with illicit trafficking in nuclear and other radioactive materials, with thefts, losses and other unauthorized activities and events.”*¹⁰⁸ Segundo a sua base de dados, entre 1993-2008 foram confirmados 1562 incidentes de tráfico ilegal, dos quais 336 incidentes são de posse não autorizada de materiais relacionados com actividades criminosas; 421 são incidentes que reportam roubos ou perdas; e 724 são incidentes relacionados com actividades e eventos não autorizados.¹⁰⁹

c) Financiamento de Operações, Ataques, Branqueamento de Dinheiro

Com o intuito de financiar as operações e os ataques, os terroristas formam cooperações esporádicas com os grupos criminosos, a fim de utilizarem as infra-estruturas, os meios materiais e até as suas redes de branqueamento. Procuram, igualmente, obter meios para a realização das suas operações, como armas, capitais e recrutar efectivos; eventualmente podem utilizar as estruturas e os meios de transportes dos grupos criminosos para movimentação de operações e bases de logística.

José Manuel Anes dá três exemplos de cooperação entre o Crime Organizado e o Terrorismo:

- a) Utilização instrumental do Terrorismo nas actividades do Crime Organizado: vários atentados das diversas «máfias» e outras organizações com maior ou menor grau de estruturação – vide a actual dramática sucessão de incidentes violentes e terroristas dos cartéis mexicanos;
- b) Ligação entre o Terrorismo laico ou político e o Crime Organizado: exemplos disto são as acções terroristas das FARC que se reclamavam de uma ideologia revolucionária mas que evoluíram para a utilização sistemática do Crime Organizado;
- c) Ligação entre o Terrorismo religioso e o Crime Organizado: vários exemplos podemos encontrar em diversas latitudes: os atentados de 11 de Março em Madrid foram planeados e executados por um grupo islamita que se dedicava a diversos negócios escuros e os explosivos utilizados foram obtidos junto de um traficante espanhol por troca directa com haxixe que conseguiram em Marrocos junto de jihadistas locais¹¹⁰;

Face ao exposto, podemos concluir que estes dois grupos podem formar alianças, numa esporádica cooperação, em três áreas distintas: o narcoterrorismo, o tráfico de ADM e no financiamento de operações, ataques e branqueamento de capitais. Os movimentos terroristas aliam-se aos grupos terroristas geralmente para o financiamento das suas operações, nomeadamente através do branqueamento de capitais. Por seu turno, para os grupos criminosos que só procuram a

¹⁰⁷ Holmes, Leslie, op. cit. p. 33

¹⁰⁸ Internacional Atomic Energy Agency (2009) – *Illicit Trafficking Database*. IAEA-ITDB Factsheet. Viena. p. 2

¹⁰⁹ International Atomic Energy Agency, op. cit. p. 2-4

¹¹⁰ Anes, José Manuel, op. cit. p. 17

maximização do lucro, a sua cooperação é efémera e quando não acarretar muitos riscos pela exposição mediática. É, no entanto, improvável que estabeleçam uma contínua cooperação, devido à inexistência de uma base comum política e ideológica entre os dois grupos.

Consequentemente, torna-se imperativo evitar o estabelecimento de alianças entre estes dois grupos, uma vez que a associação destas duas ameaças constitui um perigo real à Segurança mundial, porque “*acumula a capacidade financeira (dos grupos criminosos) e as motivações políticas (dos grupos terroristas)*”.¹¹¹ É por essa razão que o Terrorismo e o Crime Organizado são encarados como *the dark side of globalization or the new evil empire*.¹¹²

O Crime Organizado e a sua vertente transnacional demonstra ser uma enorme ameaça para a Segurança internacional, nacional e humana, devido à sua capacidade para ameaçar o Bem-Estar físico, económico e social dos cidadãos, para desregular a economia e as finanças do Estado-Nação e como motor de instabilidade e insegurança mundiais.

¹¹¹ Garcia, Proença Francisco, op. cit. p. 360

¹¹² Hubschle, Annett (2004) – *Unholy Alliance? Assessing the Links Between Organised Criminals and Terrorists in Southern Africa*. Institute for Security Studies. Nº 93. Africa do Sul. p.4

5. Guiné-Bissau: O pequeno país da África Ocidental

“Africa’s current insecurity predicament is neither a natural nor an inevitable state of affairs. It is the product of human choices taken under the influence of powerful international forces such as colonialism, capitalism, statism and globalization, as well as factors more specific to Africa. True security in Africa must therefore be about changing odious configurations of power and authority, and finding alternatives to the business-as-usual mentalities that got the continent where it is today”¹¹³.

Paul D. Williams

Para o mundo ocidental, a Nova Ordem Mundial foi marcada pelo fim da Guerra-Fria, pela emergência de novos actores e novas ameaças transnacionais, no entanto para o Terceiro Mundo esta Nova Ordem foi principalmente marcada pelo fim do regime de Apartheid (1994), pelo fim de ciclo de Conflitos violentos e pela proliferação de novos Estados, em resultado da descolonização em África e na Ásia e da independência dos países do Leste (ex-repúblicas soviéticas).

África é actualmente uma das prioridades na agenda internacional devido à sua importância crescente na cena internacional; às condicionantes internas dos países africanos como a necessidade de construção das instituições estais e erguer um Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do desenvolvimento sustentável e da *good governance*; à natureza transnacional das novas ameaças; e à importância dos recursos naturais deste continente como o petróleo, a madeira, o gás que são essenciais aos países desenvolvidos.

A maior atenção que agora recai sobre este continente é resultado da alteração do paradigma de Segurança, dos atentados do 11 de Setembro, das novas ameaças transnacionais e do crescimento da influência dos novos actores não-estatais: *“I do not recall a time when Africa had more prominence on our general strategic agenda than it does today. That does not mean it is at the center of our agenda but it is certainly no longer on the periphery.”¹¹⁴* O continente africano é uma paisagem de contrastes, apresentando uma grande diversidade política, económica, étnica, cultural e religiosa. É um continente caracterizado por inúmeras ameaças e desafios regionais e globais, como a pobreza e fome, a discriminação, a corrupção, a criminalidade organizada, as alterações climáticas, a destruição dos ecossistemas (desflorestação e desertificação), escassez de água potável e por doenças infecciosas (tuberculose, malária, HIV).

¹¹³ Williams, Paul (2007) – *Thinking about Security in Africa*. International Affairs. Vol 82 – Nº 6. Oxford. p. 1023

¹¹⁴ Whelan, Teresa (2006) – *Africa’s Ungoverned Spaces*. Nação e Defesa – Nº 114. 3ª Série. Lisboa. p. 63

A instabilidade evidenciada neste continente é resultado da ausência do Estado de Direito e da *good governance*, de Conflitos armados intra-estatais, violação dos Direitos Humanos, do subdesenvolvimento, da desigualdade económica e social e do baixo nível de qualidade de vida, que são, em parte, resultado da colonização europeia. Para Nuno Severiano Teixeira: *“É paradoxal que um continente com a riqueza do continente africano – com os seus recursos naturais, energéticos e humanos – seja, ao mesmo tempo, um palco constante de guerras, de pobreza, de Estados frágeis e falhados, de terrorismo e tráfico ilegais. (...) Por isso, num contexto de globalização, os problemas de desenvolvimento, segurança e estabilidade, em particular em África, constituem um dos desafios mais difíceis e mais complexos com que se defronta não só o continente africano como toda a Comunidade Internacional.”*¹¹⁵



Fig. 8 - África – Um País de Contrastes.

Fonte: www.google.pt/imagens/áfrica

Em África, a emergência dos nacionalismos ocorreu durante as duas Guerras Mundiais, tendo o seu aumento sido evidenciado no final da II Guerra Mundial com a eliminação dos antigos impérios europeus no continente africano e asiático, caracterizado por *“uma profunda repercussão nas mentalidades e nas culturas dos povos descolonizados e na política e nas atitudes dos novos Estados.”*¹¹⁶

A maioria dos países africanos conquistou a sua independência nas décadas de 50, 60 e 70, libertando-se do poderio exercido pelas potências colonizadoras europeias como Portugal, Reino Unido, França, Espanha e Bélgica, que utilizavam estes territórios para a exploração do comércio e dos recursos naturais. Nos anos 50, o reconhecimento internacional do processo de independência das colónias implicava o preenchimento obrigatório de determinados requisitos como a criação de estruturas políticas, administrativas, institucionais, económicas e sociais, tendo em vista a criação de um novo Estado com estruturas fortes capazes de implementar um Estado de Direito, uma *good governance*, respeito pelos princípios democráticos e Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável.

Contudo, face à crescente proliferação de novos Estados africanos que exigiam de imediato o reconhecimento da sua independência, a Assembleia-Geral das NU (AGNU) em 14 de Dezembro de 1960 promulgou a Resolução 1514 – Declaração sobre a Concessão da Independência aos Territórios e Povos Coloniais, também conhecida como a Carta Magna da Descolonização, tendo sido um marco no processo de descolonização, segundo a qual *“the subjection of people to alien*

¹¹⁵ Teixeira, Nuno Severiano (2008) – *Europa, África e os Desafios à Segurança Internacional*. IDN. Lisboa. p. 3-4

¹¹⁶ Monteiro, Ramiro (2001) – *A África na Política de Cooperação Europeia*. 2ª Edição. UTL-ISCSP. Lisboa. p. 22

*subjugation, domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and co-operation.*¹¹⁷

Desta forma, o reconhecimento da independência tornou-se algo artificial, o que conduziu à emergência de novos Estados, cujas estruturas estatais, económicas e sociais eram defeituosas, cujos líderes não estavam preparados suficientemente para a administração política e económica e gestão do novo território. Como refere João Marques Almeida: *“Such states have an international legal existence but very little domestic political existence. They exist because the outside world recognizes them and respects their sovereignty regardless of their domestic conditions. They have a juridical existence but little if any empirical existence.”*¹¹⁸ Pode-se afirmar, portanto, que foram os próprios processos de descolonização e de independência algumas das principais causas de *State failure* no continente africano, o que explica a maior incidência de Estados Falhados neste continente.

Mesmo após 50 anos de independência política, a maioria dos Estados africanos ainda não são capazes de exercer as funções principais do Estado como a manutenção do monopólio do uso exclusivo da força e de um clima de Segurança interno e externo, edificação de estruturas estatais, económicas e sociais fortes e legítimas e proporcionar um Bem-Estar social aos seus cidadãos. Vejamos agora o caso de um país da África Ocidental, antiga colónia portuguesa, a Guiné-Bissau.

5. 1 Breve História e Caracterização da Guiné-Bissau

“Há pouco mais de trinta anos que a Guiné-Bissau atingiu a sua tão desejada independência, mas nem por isso conseguiu uma tão almejada estabilidade política, social e económica. As razões prendem-se com um desfolhar de golpes, contra-golpes, revoluções e episódios manchados por sangue e violência.”¹¹⁹

Luís Cabral Menezes

A Guiné-Bissau é um país com uma parte continente e uma parte insular (Arquipélago de Bijagós e outros pequenos ilhéus como Jete, Pecixe e Bolama) que faz parte da África Ocidental, como uma área territorial de 36.125 km², que faz fronteira terrestre a norte com o Senegal e a este e sudeste como a Guiné-Conacri e a oeste e sul com o Oceano Atlântico.

¹¹⁷ **Resolução 1514 do CSNU** - <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/152/88/IMG/NR015288.pdf?OpenElement>

¹¹⁸ Almeida, João Marques – *Failed States in Western Africa, International Security and the European Union* in Franco, Manuela (2007) – *Estratégia e Segurança na África Austral*. IV Conferência Internacional. Fundação Luso-Americana & Instituto Português das Relações Internacionais. Lisboa. p. 41

¹¹⁹ Menezes, Luís Cabral (2005) – *Guiné-Bissau: Novas Eleições, Velhos Protagonistas*. IDN Newsletter - Nº5. Lisboa. p. 8

O tipo de governo é uma República, cuja Constituição foi adoptada em 1984 com uma relativa independência dos Poderes executivo (Chefe de Estado, Chefe de Governo e Concelho de Estado), legislativo (Assembleia Nacional Popular) e judicial (Tribunal Supremo e outros tribunais). A sua capital é Bissau, entre outras cidades destacam-se Bafatá, Gabú, Mancôa, Chacheu e Farim. Tem 9 regiões administrativas, sendo um país predominantemente rural com alguns centros urbanos.



Fig. 9 - Mapa da Guiné-Bissau.

Fonte: www.google.pt/imagens/mapaguinebissau

Apresenta uma população de 1.596.677 habitantes, que se encontra dispersada por todo o território, o que explica a sua baixa densidade populacional. No entanto, contrariamente à população ocidental é uma população jovem e os altos índices de fertilidade e de crescimento populacional.

Quadro Nº 7 – Análise Demográfica da Guiné-Bissau

População	1.596.677
Crescimento Populacional	1.98 %
Taxa de Natalidade	35.15 / 1.000
Taxa de Mortalidade	15.27 / 1.000
Taxa de Urbanização	30%
Taxa de Mortalidade Infantil	96.23 / 1.000
Taxa de Fertilidade	4.51 crianças
Esperança Média de Vida	48.7 anos (homens: 46.8 / mulheres: 50.67)
Taxa de Analfabetização	53.9 (FMI) - 2010)

Fonte: CIA – World Fact Book

a) Breve Análise Histórica

Guiné Portuguesa era assim conhecida a Guiné-Bissau, quando foi colonizada por Portugal, tendo conquistado a sua **independência** em 1974, após uma Guerra de guerrilha entre as forças colonizadoras portuguesas e o movimento de libertação – PAIGC¹²⁰ (Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde). Foi uma Guerra caracterizada por uma extrema violência, uma vez que Portugal não queria conceder a independência à sua colónia. Após um Golpe de Estado em Portugal no dia 25 de Abril de 1974, foi reconhecida a independência às colónias

¹²⁰ O PAIGC foi um movimento de libertação constituído por activistas e intelectuais urbanos de nacionalidade guineense e cabo-verdiana durante a Guerra de Libertação, conseguindo reunir as diversas etnias nesta Guerra. Posteriormente a esta transformou-se num partido político, liderado por Amílcar Cabral, que tutelava a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, de ideologia marxista. A adopção da ideologia socialista-marxista advém da protecção e apoio logístico por parte da URSS dos movimentos de libertação, criando uma relação de dependência destes movimentos à URSS.

portuguesas, incluindo a Guiné-Bissau. A independência unilateral da Guiné-Bissau foi proclamada no dia 24 de Setembro de 1973, tendo esta independência sido reconhecida por cerca de 80 países no sistema internacional, no entanto só no dia 10 de Setembro de 1974, Portugal reconhece a independência de jure da República da Guiné-Bissau.

Após a independência, o PAIGC criou a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, que nomeia o Conselho de Estado e que indigita o Presidente (PR) e o Primeiro-Ministro (PM) pelo Conselho dos Comissários do Estado. O líder do PAIGC era automaticamente o PR de Guiné-Bissau, neste caso após a morte de Amílcar Cabral em 20 de Janeiro de 1973, o seu irmão, Luís Cabral subiu ao Poder. Teve início nessa altura um programa de reconstrução e desenvolvimento nacional de ideologia socialista.

Um **Golpe de Estado** no dia 14 de Novembro de 1980 efectuado pelo **Movimento Reajustador** liderado por João “Nino” Vieira, comandante militar de etnia papel, depôs Luís Cabral, tornando-se PR entre 1980 até 1999. Suspendeu a Constituição da República e criou o Conselho de Revolução¹²¹, levando à sua destituição do PAIGC. Uma das principais causas apontadas foi o descontentamento pela promoção de novos elementos de origem cabo-verdiana, *“que não tinham legitimidade para comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria”*.¹²²

Nas duas primeiras décadas da sua existência enquanto país independente e soberano (1974-1994), foi um Estado autocrático de sistema uni-partidário monopolizado pelo PAIGC. No início da década de 90 inaugura-se o período de **abertura democrática**: a nova Constituição consagrava o direito de eleições multipartidárias¹²³ e da eleição do PR por sufrágio universal para um mandato de 4 anos; que tiveram lugar no dia 3 de Julho de 1994, dando início ao processo de democratização, com a eleição de João “Nino” Vieira como PR legítimo, derrotando Kumba Yalá da etnia balanta do Partido da Renovação Social (PRS).

¹²¹ O Conselho de Revolução era constituído por nove membros, um presidente e um vice-presidente, e quatro assessores, nomeados pelo PAIGC e eleitos pela Assembleia Nacional. O Secretário-Geral do PAIGC era automaticamente o PR do Conselho da Revolução, Chefe de Estado e Chefe das Forças Armadas.

¹²² Zeverino, Guilherme Jorge (2005) – *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. IPAD. Lisboa. p. 41
Outras razões edificadas para a realização do Golpe de Estado liderado por Nino Vieira foram: o agravamento das condições económicas, a grande desigualdade entre as elites dirigentes e a população, a precaridade dos recursos alimentares; o descontentamento social com o governo, violação dos Direitos Humanos (repressão e violência) e o ressentimento pelo maior nível sociocultural e acesso à educação dos cabo-verdianos, que tinham colaborado com o poder colonial.

¹²³ Ver Anexo III para os principais partidos de Guiné-Bissau.

Quadro Nº 8 – Eleições Presidenciais de 1994

<i>Candidatos</i>	<i>Resultados % 1ª Volta</i> <i>03.07.1994</i>	<i>Resultados % 2ª Volta</i> <i>07.08.1994</i>
João Bernardo Vieira (PAIGC)	46.2 %	52.0%
Kumba Yala (PRS)	21.9 %	48.0%
Domingos Fernandes Gomes (RGB-MB)	17.4 %	

Fonte: African Elections Database¹²⁴

No mesmo dia, o PAIGC ganhou as eleições legislativas com uma maioria bastante significativa.

Quadro Nº 9 – Eleições Legislativas: 03.07.1994

<i>Candidatos</i>	<i>Resultados %</i>	<i>Nr Deputados</i>
PAIGC	46.0 %	62
RGB-MB	19.8 %	19
UM	12.7 %	12
PRS	10.3 %	6

Fonte: African Elections Database¹²⁵

Em Junho de 1998 teve o início uma **Guerra Civil** entre o governo legítimo de Nino e o JMCDPJ (Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça) criada por Ansumane Mané, brigadeiro guineense que foi acusado de participar no tráfico de armas com destino ao movimento separatista do Casamance no Senegal. Revoltado com estas acusações e com “a corrupção e clientelismo do governo, que enriquecia com os fundos destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do Estado”¹²⁶, liderou uma revolta militar que teve como objectivo derrubar o Poder instituído, com a justificação de:

- Melhorar as condições de vida dos soldados, nomeadamente dos antigos combatentes da Guerra de libertação, e
- Mudar o governo e principalmente o PR, em face da má governação e da corrupção;¹²⁷

Esta curta Guerra Civil de carácter político-militar teve a duração de um ano, tendo terminado em Maio de 1999, com a rendição de “Nino” Vieira, que saiu do Poder 18 anos depois e, foi obrigado a emitir um pedido de exílio a Portugal. Até às eleições presidenciais e legislativas seguintes, a

¹²⁴ Resultados dos outros partidos com menor expressão: Carlos Domingos Gomes – 5.7%; François Mendy (FLING) – 2.8%; Bubacar Djaló (UM) – 2.8%; Victor Saúde Maria – 2.1%; Antonieta Rosa Gomes – 1.8%.

¹²⁵ Resultados dos outros partidos com menor expressão: PCD – 53% (1) PUSD – 2.9%, FLING 2.6% (1), FCG-SD – 0.2%.

¹²⁶ Thaler, Kai (2009) – *Avoiding the Abyss: Finding a Way Forward in Guinea-Bissau*. IPRIS. Lisboa. p. 4

¹²⁷ Zeverino, Guilherme Jorge (2005), op. cit. p. 82

transição foi assegurada pelo **Governo de Unidade Nacional**, tendo sido indigitados como PR Malam Bacai Sanhá e como PM Franciso José Fadul entre Maio de 1999 até Fevereiro de 2000.

As eleições legislativas e presidenciais foram ambas marcadas para o dia 28 de Novembro de 1999. As eleições legislativas foram vencidas pelo PRS (37.25%). Por não existir uma maioria nas eleições presidenciais, à 2ª volta Kumba Yalá também do PRS ganhou com 72% dos votos. O novo PR apelava à importância do espaço rural, da cultura e da tradição e era um considerado um homem carismático.

Quadro Nº 10 – Eleições Legislativas: 28.11.1999

<i>Candidatos</i>	<i>Resultado %</i>	<i>Nr Deputados</i>
PRS	37.25 %	38
RGB	28.43 %	29
PAIGC	23.53 %	24

Fonte: African Elections Database¹²⁸

Quadro Nº 11 – Eleições Presidenciais de 1999

<i>Candidatos</i>	<i>Resultado % - 1ª Volta</i> <i>28.11.1999</i>	<i>Resultado % - 2ª Volta</i> <i>16.01.2000</i>
Kumba Yalá (PRS)	38.8 %	72.0 %
Malam Bacai Sanhá (PAIGC)	23.4 %	28.0 %
Faustino Imbali (RGB)	8.2 %	
Fernando Gomes	7.2 %	

Fonte: African Elections Database¹²⁹

O novo governo mostrou incapacidade e ineficácia na resolução dos principais problemas que assolavam o país, como a grave crise económica, a desigualdade económica e social da população, a degradação dos serviços de saúde, de educação e serviços sociais, perda da credibilidade internacional, fraqueza das estruturas estatais, desemprego, assistindo-se a uma crescente contestação por Ansumane Mané e da JMCDPJ devido à “balantização da elite militar e política.”

Esta contestação crescente e descontentamento dentro do PRS com o governo de Yalá conduziram à convocação de eleições legislativas antecipadas, por sua própria iniciativa. Contudo, o constante adiamento das eleições e a crescente instabilidade política foram os factores principais que conduziram ao **Golpe de Estado** liderado pelo General Veríssimo Seabra no dia 14 de Setembro de 2003.

¹²⁸ Resultados dos outros partidos com menor expressão: AD – 2.94 % (3); UM – 2.94% (3); PSD – 2.94% (3); FDS – 0.98% (1), UNDP – 0.98% (1). FCG-SD, LIPE, PUSD e Fling sem expressão de voto.

¹²⁹ Resultado de outros partidos de menor expressão: João Tatis Sá – 6.5%; Abubacar Baldé – 5.4%, Bubacar Rachid Djaló – 3.2%, Joaquim Baldé – 2.3%; Salvador Tchongo – 1.8%; José Catengul Mendes – 1.4%; Mamadú Uri Baldé – 0.9%; Antonieta Rosa Gomes – 0.8%.

O processo de transição foi assegurado por Henrique Rosa como PR interino e Artur Sanhá foi nomeado PM até às próximas eleições. Na **Carta de Transição Política** foram agendadas as eleições legislativas para Março de 2004, que foram vencidas pelo PAIGC, e Carlos Gomes Júnior foi nomeado como PM.

Quadro Nº 12 – Eleições Legislativas: 24.03.2005

<i>Candidatos</i>	<i>Resultado %</i>	<i>Nr Deputados</i>
PAIGC	33.9 %	45
PRS	26.5 %	35
PUSD	17.6 %	17

Fonte: African Elections Database ¹³⁰

Abril de 2005 é a data de retorno de João “Nino” Vieira do exílio em Portugal desde da Guerra Civil político-militar de 1998-1999, numa altura em que se preparavam as eleições presidenciais de Junho de 2005. Em Maio de 2005, o PR deposto Kumba Yalá afirmou que continuava a ser o PR de Guiné-Bissau, tentando ocupar o lugar na Presidência que considerava que era seu, o que conduziu a um novo aumento de instabilidade e incerteza neste pequeno país.

As condições políticas, económicas e sociais continuam a degradar-se e nesta altura, a Guiné-Bissau começa a tornar-se num entreposto transnacional de narcotráfico dos grupos sul-americanos com destino ao mercado europeu. Devido a este ambiente de instabilidade e incerteza e reflexo da preocupação da comunidade internacional, a UE decidiu realizar uma missão de observação das eleições presidenciais que tiveram lugar no dia 19 de Junho de 2005, vencidas à 2ª volta pelo antigo combatente João “Nino” Vieira, enquanto candidato da PRID.

Quadro Nº 13 – Eleições Presidenciais de 2005

<i>Candidatos</i>	<i>Resultado % - 1ª Volta</i> <i>19.06.2005</i>	<i>Resultados % - 2ª Volta</i> <i>24.07.2005</i>
João “Nino” Vieira	28.9 %	52.4%
Malam Bacai Sanhá (PAIGC)	35.5 %	47.7%
Kumba Ialá (PRS)	25 %	

Fonte: African Elections Database ¹³¹

A missão de observação declarou que estas eleições foram de carácter livre e transparentes e em conformidade com os princípios democráticos. Carlos Gomes Júnior não aceitou a vitória de João

¹³⁰ Resultados dos partidos políticos com menor expressão: Plataforma – 4.8% (0), EU – 4.3% (2); PDS – 2.1% (0); UM – 2% (0); RGB-MB – 1.9% (0); PUN – 1.5% (0); APU – 1.4% (1); UNDP – 1.2% (0); FCG-SD – 1% (0); MDG – 1%; PMP – 0.8% (0); PS-GB – 0.2% (0).

¹³¹ Resultados dos partidos políticos com menor expressão: Francisco Fadul – 2,9 %; Aregado Manteque Té – 2%; Mamadú Iala Djaló – 1.6%; Mário Lopes da Rosa – 1.1%; Idrissa Djaló (PUN) – 0.8%; Adelino Mano Queta – 0.6%; Faustino Fudut Imbali (PMP) – 0.5%; Paulino Empossa Ié – 0.5%; Antonieta Rosa Gomes – 0.4%; João Tatis Sá (PPG) – 0.3%.

“Nino” Vieira, o que levou o novo PR eleito a demitir o PM e o seu governo. Aristide Gomes foi, então, nomeado PM. Até as próximas eleições legislativas de Novembro de 2008, o PR Nino Vieira iria sofrer muitos contra-tempos e obstáculos.¹³² A presidência e o governo, a par das condições económicas e sociais degradadas e das constantes divergências, tinham agora que unir esforços para o combate ao narcotráfico, que assumia novas e preocupantes dimensões.

Finalmente, a 16 de Novembro de 2008 foram realizadas as eleições legislativas, que a comunidade internacional considerou novamente como livres, justas e transparentes, vencidas pelo PAIGC, que voltou a nomear como PM, Carlos Gomes Júnior.

Quadro Nº 14 – Eleições Legislativas: 16.11.2008

<i>Candidatos</i>	<i>Resultado - %</i>	<i>Nr Deputados</i>
PAIGC	49.52 %	67
PRS	25.21 %	28
PRID	7.48 %	3

Fonte: African Elections Database¹³³

No dia 1 de Março de 2009 o General das Forças Armadas Batista Tagme Na Waie foi morto num ataque-bomba no quartel-geral militar. Na manhã seguinte, o PR João “Nino” Vieira foi assassinado por um grupo de soldados no Palácio Presidencial, que pretendiam vingar a morte do General Tagme. Até hoje ninguém reclamou oficialmente os **assassinatos** destas duas figuras de Bissau, todavia, parece que estes assassinatos foram um ajuste de contas entre os homens leais a João “Nino” Vieira e Tagme Na Waie.

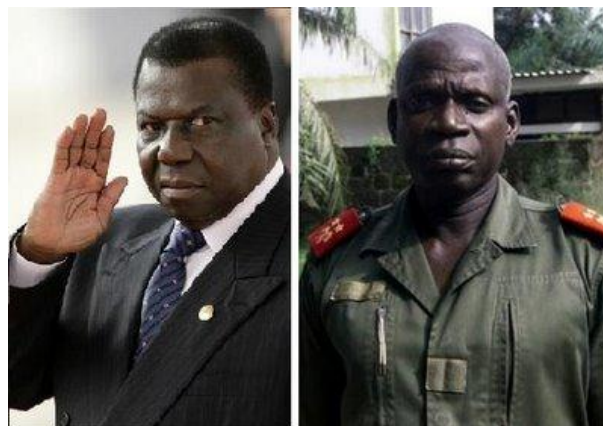


Fig. 10 - Nino Vieira e Tagme Na Waie.

Fonte: www.google.pt/imgens/ninovieiratagmenawaie

O **governo de transição** foi assegurado por Raimundo Pereira até às eleições de 28 de Junho de 2009. Neste período, um novo clima de insegurança assombrou Bissau, com assassinatos e

¹³² A Assembleia Popular Nacional aprovou um voto de não confiança ao PM Aristides Gomes, deixando “Nino Vieira” com apenas duas opções: dissolver a Assembleia e convocar eleições legislativas antecipadas ou nomear um novo PM. Optando pela segunda opção, “Nino Vieira, com muita resistência, nomeou Martinho Ndafe Cabi como o seu novo PM. A influência excessiva dos partidos políticos sobre a Assembleia Nacional Popular era considerada como anti-constitucional pelo Tribunal Supremo, e neste sentido o PR Nino resolveu dissolver o governo e demitir o PM Ndafe Cabi, e consequentemente, nomear novamente um outro PM. A escolha recaiu sobre Carlos Correia até às eleições seguintes.

¹³³ Resultados dos partidos políticos com menor expressão: PT – 2.4% (0); PND – 2.34% (1); PUSD – 1.68% (0); PADEC – 1.54% (0); AD – 1.38% (1); PSD – 1.38% (0); AFP – 1.38% (0); CD – 1.18% (0); PDP – 1.17% (0); PP – 0.67% (0); PDG – 0.67% (0); UPG – 0.61% (0); PDS – 0.37% (0); UNPD – 0.29% (0); PRN – 0.17% (0); PS-GB – 0.14% (0); MDG – 0.14% (0); LIPE – 0.05% (0).

espancamentos de membros do PAIGC, do governo, da justiça e antigos ministros. Nas eleições presidenciais, à 2ª volta Malam Bacai Sanhá vence Kumba Yalá, tomando posse no dia 08 de Setembro de 2009.

Quadro Nº 15 – Eleições Presidenciais de 2009

<i>Candidatos</i>	<i>Resultados – 1ª Volta</i> <i>28.06.2009</i>	<i>Resultados – 2ª Volta</i> <i>29.07.2009</i>
Malam Bacai Sanhá (PAIGC)	39.59%	63.31%
Kumba Yalá (PRS)	29.42%	36.69%
Henrique Pereira Rosa	24.19%	

Fonte: African Elections Database¹³⁴

O último acontecimento político relevante foi a **intervenção militar** traduzida pelos raptos dos Chefe de Estado-Maior da Defesa - Zamora Induta – e o PM Carlos Gomes Júnior pelo Vice-Chefe de Estado-Maior de Defesa, António Indjai, no passado dia 1 de Abril de 2010, que contou com a ajuda, após a sua libertação, de José Américo Bubo Na Tchuto. Posteriormente, estes dois indivíduos foram libertados e a comunidade internacional rapidamente tornou pública a sua indignação e condenação dos actos cometidos.

Neste seguimento, António Indjai foi nomeado o novo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e Bubo Na Tchuto foi promovido novamente a Chefe de Estado das Forças Marítimas. A comunidade internacional, incluindo as organizações de ajuda financeira e outros países/instituições como a UE, a França e a Espanha, decidiram retirar parte (ou a totalidade) do seu apoio financeiro às reformas do país como forma de reprovação da promoção destes dois militares autores da última intervenção militar.

Para o PR Malam Bacai Sanhá, 2011 será o ano da *“reconciliação nacional e da consolidação da paz e estabilidade”*, apelando *“mais uma vez ao espírito de coesão e ao sentimento de unidade nacional, enquanto valores fundamentais que devem caracterizar a sã e fraterna convivência entre os guineenses.”*¹³⁵ O ano de 2011 é, também, marcado pelo perdão da dívida externa do país em 90% (900 milhões de dólares num total de 1.2 biliões)¹³⁶, pelo crescimento da economia nacional e pela continuação das reformas da AP e da Reforma do Sector de Segurança (RSS), tento em vista fortalecer as instituições estatais, o desenvolvimento sustentável e cumprir com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

¹³⁴ Resultados dos partidos políticos com menor expressão: Mamandú Iaia Djaló (PDN) – 3.11%; João Gomes Cardoso – 1.22%; Serifo Baldé (PDSSG-PJ) – 0.53%; Aregado Manteque Té (PT) – 0.51%; Ibraima Djaló – 0.44%; Francisca “Vinha” Vaz Turpin (UPG) – 0.36%; Luís Nancassa – 0.35%; Paulo Mendonça – 0.28%.

¹³⁵ *Gazeta de Notícias*: Ano XIII – Nº 444 – 05.01.2011. p. 6

¹³⁶ O clube de Paris também perdoou a dívida externa no valor de 283 no total de 285 milhões de dólares, como forma de recompensa pelo esforço, no Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

b) Breve Análise Económica e Social

Em termos económicos, o percurso da Guiné-Bissau encontra-se intimamente ligado às opções políticas, económicas e sociais desde da independência até actualidade. A sua economia tem por base a agricultura de subsistência – arroz, mandioca e milho – e a pesca. A manufactura é utilizada na transformação de matérias-primas. Apesar da existência de importantes recursos naturais neste país, a economia guineense baseia-se na agricultura (55% do PIB) e na exportação de castanha de cajú, que recentemente verificou um aumento do preço devido a uma maior procura.



Fig. 11 - Bandeira da Guiné-Bissau.

Fonte: www.google.pt/imagens/bandeiraguiné-bissau**Quadro Nº 16 - Principais Recursos Naturais, Agrícolas e Indústrias**

<i>Recursos Naturais</i>	Peixe, madeira, frutos tropicais, fosfato, bauxite, barro, granito, argila, calcário, depósitos inexplorados de petróleo.
<i>Produtos Agrícolas</i>	Arroz, milho, tapioca, amendoim, castanha de cajú, semente de palmeira, algodão, madeira e peixe.
<i>Produtos Industriais</i>	Produtos agrícolas processados.

Fonte: CIA – World Fact Book

Nos últimos dois anos assistiu-se a um ligeiro aumento do **crescimento económico** de 3% em 2009 para 3.5% em 2010, em consequência do aumento do preço das castanhas de cajú, da produção de agricultura de subsistência, e de projectos de construção de casas e de infra-estruturas. Como se pode verificar no quadro em baixo, a agricultura produz cerca de 55% do PIB e a indústria 13%, o que permite concluir que é uma **sociedade pouco industrializada** e predominante agrícola.

Quadro Nº 17 - Principais Indicadores Macroeconómicos

<i>PIB</i>	1.784 biliões dólares - 2010
	1.724 biliões dólares – 2009
	1.674 biliões dólares - 2008
<i>Crescimento do PIB</i>	3.5% - 2010
	3 % - 2010
	3.2 % - 2009
<i>PIB per Capita</i>	1.100 dólares – 2010
	1.100 dólares – 2009

	1.100 dólares – 2008
Orçamento do Estado – Militar	3.1 % do PIB
Taxa de Inflação	2.5 %
PIB por Sector	Agricultura – 55.2 %
	Indústria – 12.8 %
	Serviços – 32 %
Reserva de Ouro	168.8 milhões (2009)
Dívida Externa	941.5 milhões (est.2010)

Fonte: CIA – World Fact Book

O sector privado encontra-se em estado débil e consiste em pequenas actividades informais; o sector bancário está restrito a 2-3% da população; há uma elevada taxa de desemprego na população jovem e rural. Em termos de **investimento**, existe um fraco investimento estrangeiro, ao que passo que apenas 25% do investimento nacional é destinado à reconstrução de infra-estruturas, principalmente as que ficaram destruídas na Guerra Civil de 1998-1999 e à modernização da capacidade de produção, o que explica a sua fraca produção nacional, associado às infra-estruturas de energia, comunicação e transporte deficientes, resultando na incapacidade de fomentar um ambiente rico em oportunidades económicas e crescimento económico. A Guiné-Bissau no ranking *Doing Business Survey* ficou em 176 de 183 países.¹³⁷

Em termos de **exportações e importações**, verifica-se um aumento em ambos os casos entre 2009 e 2010. Os principais parceiros são a China, o Brasil e a Índia que se encontram envolvidos em relações bilaterais de cooperação e em projectos de reconstrução de infra-estruturas públicas, principalmente as de carácter social como a educação e saúde.¹³⁸

Quadro Nº 18 – Exportações e Importações

	Exportações	Importações
Produtos	Peixe, camarão, castanha de caju, amendoim, sementes de palmeira e madeira	Produtos alimentares, maquinaria, equipamentos para transportes e produtos petrolíferos
Valor das	117,5 milhões dólares – 2009	202,3 milhões dólares – 2009

¹³⁷ World Bank; *Doing Business – Guinea-Bissau* - http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/guinea_bissau

¹³⁸ No que diz respeito aos países envolvidos numa cooperação bilateral: a China têm construído infra-estruturas importantes como hospitais, estádios de desporto, porto náutico e uma nova assembleia nacional e outras infra-estruturas estatais; o Brasil tem desenvolvido juntamente com Índia e África do Sul projectos de pesquisa para o fomento da produtividade agrícola; a Índia têm uma relação comercial bastante desenvolvida, principalmente pela importação de castanha de caju e tem um projecto de electrificação solar nas áreas rurais; as principais multinacionais de comunicação, de exploração de recursos naturais são da África do Sul; Angola têm um contrato para a construção de porto náutico em Buba e a MISSANG; e Portugal que é o maior parceiro da Guiné-Bissau devido aos seus laços históricos, culturais e linguísticos, encontra-se mais activo em projectos relacionados com a educação. No que diz respeito à cooperação multilateral, o FMI e o BM têm planos de ajuste estrutural económico para pagamento da dívida externa.

Transacções	126 milhões dólares – 2010	206,1 milhões dólares - 2010
Parceiros	Índia (69,7%) e Nigéria (24,1%)	Portugal (15,6%), Senegal (15,3%), Índia (11,6%), Holanda (8,4%), China (7,8%), Tailândia (4,7%), Brasil (4,1%)

Fonte: CIA – World Fact Book

Importa mencionar o elevado endividamento externo, a dependência na ajuda externa – a maior parte do orçamento nacional advém desta ajuda -, o elevado nível de pobreza (grande parte da população vive abaixo do limiar da pobreza), a precariedade alimentar, a falta de água potável e de acesso aos serviços sociais básicos. A Guiné-Bissau é um dos **países mais pobres** de África e do mundo, mostrando-se incapaz de alcançar os ODM, principalmente no que diz respeito à pobreza, encontrando-se em 175º lugar em 182 do IDH, no Índice de Percepção de Corrupção encontra-se 154º de 178 países, e em 32º no IEF.

Simultaneamente, este pequeno país é marcado por uma **grande diversidade étnica** - existem mais de 20 etnias - o que dificulta a construção de uma identidade e unidade nacional e, consequentemente, um verdadeiro Estado-Nação. A etnia que apresenta a maior percentagem é a etnia balanta, representando 30% da população. Esta predominância é também evidente dentro do exército (70-80% dos militares).

Quadro Nº 19 – Diversidade Étnica na Guiné-Bissau

Grupos Étnicos	%
Balanta	30 %
Fula	20 %
Manjaca	14 %
Mandinga	13 %
Papel	7 %
Europeus, mulatos e outros ¹³⁹	16 %

Fonte: CIA – World Fact Book

É também marcada por uma **grande diversidade religiosa** – a maioria da população guineense é islamizada e 40% partilham crenças animistas – um termo introduzida pelo estudo de Edward Burnette Tylor, que consiste na atribuição de consciência e de Poderes humanos a objectos inanimados a fenómenos naturais, a plantas e a animais.¹⁴⁰

¹³⁹ Outras etnias incluem: nalus, sossos, cassangas, banhuns, pajadincas, felupes, bijagós, beafadas, baiotes e brames (mancanhas).

¹⁴⁰ **Infopédia: Animismo** - [http://www.infopedia.pt/\\$animismo-\(religiao\)](http://www.infopedia.pt/$animismo-(religiao))

Quadro Nº 20 – Diversidade Religiosa na Guiné-Bissau

Religião	%
Islão	50 %
Crenças indígenas - animismo	40 %
Cristãos	10 %

Fonte: CIA – World Fact Book

A Guiné-Bissau segue uma **política de não-alinhamento**, como a maioria dos países africanos, procurando estabelecer relações bilaterais e multilaterais com parceiros e organizações estratégicos. Desde da sua independência que foram estabelecidas em Bissau e formalizadas as relações bilaterais, com diversos países, entre os quais: Portugal, Brasil, Cuba, China, Espanha e Rússia. Os EUA, Reino Unido, Alemanha, Itália, Bélgica e Canada estabelecem as suas relações diplomáticas através das embaixadas do Dakar (Senegal). É membro da ONU, FMI, BM, BAD, Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidental (CEDEAO), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), Organização da Conferência Islâmica (OCI), União Africana (UA), G-77, Organização Internacional Civil de Aviação (OICA), Organização para Alimentação e Agricultura (OAA) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

É importante mencionar a **questão de Casamance**, neste seguimento. Esta região situa-se a sul da Gâmbia e ao norte de Guiné-Bissau e foi uma região muito disputada pelos franceses e portugueses no século XVIII. A conferência de Berlim (1884-1885) teve como finalidade a atribuição das colónias às principais potências como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Espanha entre outras, e definiu novas fronteiras (naturais e artificiais), sem ter em consideração as ligações históricas e étnicas.



Fig. 12 - Região de Casamance. Fonte: www.google.pt/imagens/casamance

Após a conferência, Portugal e França estabeleceram um acordo bilateral, no qual Portugal comprometeu-se a ceder esta região aos franceses em troca do reconhecimento internacional da colonização de Angola e Moçambique (para posteriormente realizar o Mapa Cor-de-Rosa) e França cedeu a região de Cacine no sul da Guiné-Bissau. A questão de Casamance resulta, propriamente, da desconsideração das ligações históricas e étnicas ao povo da Guiné-Bissau e a Portugal. Luís Rosa sobre a questão da pertença e das ligações históricas de Casamance conta que, numa das suas rondas por aquela região, um militar guineense lhe contou que Casamance sempre foi para eles

considerada uma região portuguesa: “meu pai disse que seu pai disse que chão de Casamance é chão português.”¹⁴¹

Após o processo de descolonização do continente africano, Casamance deixou de ser uma colónia francesa, e em 1958 nasce a Federação do Mali que consiste na união desta região com o Senegal e o Sudão francês (Mali); dois anos depois, o Senegal pede independência desta Federação. Em 1982 iniciam-se os protestos pela independência de Casamansa que o Senegal não quer reconhecer, dando origem à criação do Movimento das Forças Democráticas do Casamance (MFDC), encontrando-se em Conflito com o governo senegalês há quase 30 anos. Uma das razões que prevalece para o governo não reconhecer a independência de Casamance, como sempre, é uma questão económica: possibilidade de existência de depósitos de petróleo nesta região.

Em relação à posição de Guiné-Bissau, verifica-se que esta é variável em conformidade com o Chefe de Estado. No Conflito de 1998-1999, o JMCDPJ auxiliou Ansumane Mané no Golpe de Estado para derrubar João “Nino” Vieira. Kumba Yalá (2000) apoiava o governo senegalês, afirmando que a Guiné não poderia ser uma base logística para o MFDC¹⁴².

Verifica-se, portanto, que a história política deste país, desde a sua independência, é marcada por uma constante instabilidade político-militar, incluindo raptos e a eliminação física de adversários, violência, por uma Guerra Civil e diversos Golpes de Estado e o desrespeito pelas práticas democráticas e pelos Direitos Humanos, que resultaram no agravamento da situação económica e social. Os conflitos internos, a migração da população, a fraqueza das estruturas administrativas, económicas e sociais, as limitadas perspectivas económicas são factores condicionantes da realidade política e económica da Guiné-Bissau.

Todos estes acontecimentos têm marcado de forma negativa o desenvolvimento económico, político e social deste país. O facto de que, desde o início da abertura política nunca nenhum governante legitimamente eleito ter completado o seu mandato, devido aos sucessivos Golpes de Estado efectuados pela elite militar, e pelo uso arbitrário de força como forma dos detentores de Poder reprimirem as ameaças e incentivos de revolta, ajuda a explicar o fraco progresso democrático e económico de Bissau - *“How to succeed in breaking this cycle of political and military instability, though, is the million-dollar question.”*¹⁴³

Perante este cenário, os maiores desafios da Guiné-Bissau nos próximos anos serão criar uma estabilidade política, económica e social; fomentar o crescimento económico e a sua capacidade produtiva, implementar reformas económicas e a RSS, bem como combater o narcotráfico que se instalou no arquipélago de Bijagós.

¹⁴¹ Entrevista com Luís Rosa (Ver Anexo da Entrevista).

¹⁴² **Guinea-Bissau-Senegal: Assassinations breed uncertainty in neighbouring Casamance** - <http://irinnews.org/Report.aspx?ReportId=83320>

¹⁴³ Gorjão, Paulo (2010) – **Guinea-Bissau – The Inescapable Feeling of Déjà Vu**. IPRIS. Lisboa. p. 2

5. 2 Guiné-Bissau: Um Estado Frágil, em vias de falhar ou Falhado?

“Weak and failing states pose a challenge to the international community. In today’s world, with its highly globalized economy, information systems and interlaced security, pressures on one fragile state can have serious repercussions, not only for that state and its people, but also for its neighbors and other states halfway across the globe.”¹⁴⁴

Fund For Peace

Face à breve análise histórica, política económica e social da Guiné-Bissau, coloca-se a seguinte questão: **A Guiné-Bissau encontra-se em que categoria de Estados?** Será um Estado Frágil, em vias de falhar, ou mesmo Falhado? Para responder a esta questão será necessário relembrar o conceito de Estado e de Estado Fraco, em vias de falhar e falhado.

No início do 2º capítulo sobre o Estado Falhado foram definidos os conceitos de Estado por Maquiavel, Max Weber e Marcello Caetano, para a presente discussão será útil a **definição de Max Weber do Estado** enquanto *“uma comunidade humana que, dentro de um determinado território (o «território» é elemento definidor), reclama (com êxito) para si o monopólio da violência física legítima.”¹⁴⁵* A par do monopólio do uso exclusivo de força, o Estado deve desempenhar quatro funções primordiais: a Segurança face a ameaças internas e externas; ter legitimidade política perante a população; oferecer oportunidades económicas para o crescimento económico; e assegurar o Bem-Estar social da sua população, permitindo avaliar a sua força ou a fraqueza.

Em relação ao conceito de **Estado Falhado**, como já referido não existe um conceito universalmente aceite, por essa razão, será utilizada a **definição de Robert Rotberg** - *“Nation-states fail because they are convulsed by internal conflict and can no longer deliver positive political goods to their inhabitants. Their governments lose legitimacy, and the very nature of the particular nation-state itself become illegitimate in the eyes and in the hearts of a growing plurality of its citizens. (...) A failed state is a polity that is no longer able or willing to perform the fundamental of a nation-state in the modern world.”¹⁴⁶*

Para responder à pergunta em supra irão ser analisadas as causas que conduzem ao fenómeno de Estado Falhado, as características que possuem este tipo de Estados e os factores estruturantes da Guiné-Bissau que principiam ou não o *State failure*.

Em relação às **causas que conduzem ao fenómeno de Estado Falhado**, este país da África Ocidental tem nas raízes, o processo de descolonização, uma Guerra de auto-determinação e uma Guerra Civil. Os processos de descolonização do continente africano foram processos de concessão

¹⁴⁴ Fund For Peace (2010) – *The Failed States Index 2010*. Washington. p. 8

¹⁴⁵ Weber, Max, op. cit. p. 49

¹⁴⁶ Rotberg, Robert (2004), op, cit. p. 1-6.

de independência artificiais, uma vez que os principais requisitos para a independência não foram confirmados. No caso da Guiné-Bissau a par de um **processo de descolonização** deficiente, a sua independência foi alcançada através de uma **Guerra violenta de auto-determinação** contra Portugal que durou 13 anos (1961-1974).

Após a independência em 1974, era evidente a dificuldade de construção de uma forte entidade estatal e a incapacidade de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros. O facto de Portugal não ser um país extremamente desenvolvido e com experiência na administração correcta e eficiente das instituições coloniais de carácter político, económico e social neste país constitui uma adversidade para o povo guineense, limitado pelas suas fracas habilitações académicas e uma elevada taxa de analfabetismo – *“Portugal’s own relative underdevelopment and low level of industrialization played a crucial role in explaining the lack of development progress in its African colonies.”*¹⁴⁷ Portugal, na altura da independência não era um país em plena prática democrática, logo a importação do modelo democrático seria algo artificial, incorrecto e baseado em suposições. Contudo, não se pode utilizar este facto como explicação única da situação de fraqueza e incapacidade das estruturas estatais guineenses.

O PAIGC quando tomou o Poder em 1974 era um partido constituído e liderado por elementos cabo-verdianos e guineenses; os primeiros tinham maiores qualificações académicas e por isso ficaram encarregues de administrar as novas instituições estatais. Esta divisão baseada nas capacidades académicas gerou grandes críticas por parte dos militares que defendiam ser eles que deviam governar o novo país independente (ou ter alguém no Poder que conseguissem controlar para defender os seus interesses) por terem sido eles que estavam na linha da frente a combater as forças coloniais; por outro lado, os guineenses consideravam existir uma discriminação baseada na falta de habilitações académicas e tinham uma má imagem dos cabo-verdianos que eram os colaboradores privilegiados do Estado colonial.

Posteriormente, o Golpe de Estado levado a cabo por João “Nino” Vieira em 1980 conduziu ao afastamento da elite cabo-verdiano do Estado guineense e uma divisão no PAIGC. Uma das razões evocadas era a suspeita de que a liderança cabo-verdiana em Bissau poderia transformar o novo país independente numa colónia cabo-verdiana¹⁴⁸, que ocupava os principais cargos da liderança do PAIGC e do novo Estado.

A **Guerra Civil** de carácter político-militar de 1998-1999 é também uma causa condicionante do *State failure*, na medida em que esta Guerra condicionou e retardou o desenvolvimento político e económico deste país com a destruição de inúmeras instituições e infra-estruturas estatais, económicas e sociais; inúmeras vítimas humanas; uma economia em recessão (decrésimo de 30% do PIB) e a degradação da qualidade de vida; fraca produtividade e elevado desemprego; *brain drain*

¹⁴⁷ Forrest, Joshua B. (2003) – *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Ohio University Press. EUA. p. 1

¹⁴⁸ International Crisis Group (2008) – *Guinea-Bissau: In Need of a State*. Africa Report – Nº 142. Dakar/Brusselas. p. 8

(emigração de indivíduos com habilitações literárias elevadas); intervenção externa pelo FMI que delineou um programa de ajuste económico estrutural; e poucos recursos humanos e financeiros (investimento) para a reconstrução e fortalecimento das infra-estruturas destruídas, investimento em sectores-chave e dos projectos de médio/longo-prazo de desenvolvimento económico.

Com efeito, pode-se afirmar que a Guiné-Bissau possui elementos condicionantes propícios ao *State failure*: o processo deficiente de descolonização, uma Guerra de auto-determinação e uma Guerra Civil. Vejamos, agora, as **principais características do Estado Falhado**, que no 2º capítulo foram definidas e de que forma estas características se encontram presentes neste país:

Fragilidade das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar as necessidades e os serviços básicos aos seus cidadãos

Desde da sua independência que foram realizados projectos no sentido de fortalecer e reconstruir as fracas instituições estatais. As estruturas existentes têm um funcionamento incorrecto e pouco satisfatório e burocratizado devido, principalmente, à falta de quadros com capacidade de gestão e administração e poucas habilitações literárias em conformidade com as funções exercidas. Como já referido, há neste país um elevado nível de analfabetismo e falta de cursos e quadros adequados para fazer face às necessidades do Estado. O próprio Estado tem uma diminuta capacidade de investimento, principalmente nas áreas prioritárias como a Segurança e economia; as outras áreas de investimento encontram abertas à cooperação bilateral e multilateral.

Salienta-se ainda a importação do modelo democrático, que não se encontra adaptado à realidade africana (diversidade étnica e patrimonialismo), o que resulta numa democracia defeituosa praticada pelos detentores de Poder guineenses: uma resposta insatisfatória às necessidades e pedidos dos cidadãos e no fornecimento dos serviços básicos. Álvaro Nóbrega relembra um dito popular que ouvia em África sobre a ausência do Estado: “*onde é que pára o Estado?*”¹⁴⁹ Este dito também se aplica a este país: fora da capital e das pequenas aldeias na sua periferia, a presença do Estado é pequena e a autoridade é exercida pelo Poder local.

Instabilidade política e económica por vezes associada a uma forte contestação social e Perda do monopólio legítimo do uso da força e legitimidade do Poder

Estas duas características não podem ser analisadas separadamente no contexto da Guiné-Bissau, uma vez que a instabilidade política deriva da rivalidade político-militar existente, que resulta na perda do monopólio legítimo do uso da força pertencente ao Estado, exemplificado pelos Golpes de Estado e intervenções militares. Associada à instabilidade político-militar, encontra-se a instabilidade económica resultante da disparidade económica entre a classe dirigente e a classe civil, da degradação da qualidade de vida da população, da pobreza extrema, o que conduz a uma tensão

¹⁴⁹ Conversa informal com o meu co-orientador, Prof. Álvaro Nóbrega, numa reunião de orientação da dissertação da Tese em Setembro de 2010.

e descontentamento social crescente. Esta instabilidade política e económica inviabiliza o processo de consolidação democrática e do Estado de Direito.

Incapacidade de controlo efectivo sobre o território nacional

A Guiné-Bissau possui um arquipélago (Bijagós) e alguns ilhéus (cerca de 80) sobre os quais não é exercido um controlo total devido à sua reduzida dimensão, pela maioria se encontrar desabitada (poucos meios de transporte e reduzida população) ou por se considerar enquanto “chão sagrado”¹⁵⁰. Esta limitada capacidade de controlo não permite averiguar algumas irregularidades, como é o caso da sua utilização como base logística para as actividades do Crime Organizado, assunto que será explorado no próximo capítulo.

Inexistência de um clima de Segurança, obediência e de ordem interna

A história deste país desde da sua independência é caracterizada por uma constante instabilidade político-militar resultante dos Golpes de Estado, principiando um clima de insegurança, de desordem, e de incerteza perante num novo ambiente de instabilidade. No domínio da sociedade, verifica-se que não tem níveis de violência extremos, mas há uma criminalidade crescente, incluindo no meio rural como, por exemplo, roubo de animais.

A polícia tem pouco efectivos, pouco treino e habilitações literárias e uma limitada capacidade de investigação dos actos criminais cometidos. O clima de desordem e de insegurança advém, igualmente, do fraco desempenho pelo Poder judicial, que tem um funcionamento deficiente (falta de recursos humanos e económicos), demonstrando ser pouco independente, demoroso e corrupto: é um Poder dependente da opinião dos governantes políticos e dos militares, que fazem pender os resultados em conformidade com os seus interesses. Os cidadãos como vêem que a Justiça tarda e falha, acabam por fazer a justiça pelas próprias mãos ou ficam frustrados pela situação em si ou, então, recorrem a outras instâncias como a feitiçaria.

A par das características apresentadas, salientam-se os **factores estruturantes** da história política, cultural e étnica da Guiné-Bissau. Estes factores estruturam as dinâmicas políticas, económicas e étnico-religiosas deste país, que propiciam o *State failure*: o Patrimonialismo e a luta pelo Poder; a rivalidade político-militar e a Criminalidade no Estado/Estado criminoso.

Patrimonialismo e Luta pelo Poder

A maioria das elites africanas tem uma **visão Patrimonial da concepção do Poder**. A Guiné-Bissau não é um país que escapa a este modelo, principalmente pela associação que existe entre riqueza/melhoria da qualidade de vida e pelo exemplo da colonização portuguesa, que deixou uma imagem das regalias e dos benefícios de trabalhar nas instituições estatais. O Patrimonialismo é uma

¹⁵⁰ O Chão Sagrado significa o chão onde vivem os irãs, que são figuras de divindade com poderes que os homens lhe atribuíram numa determinada área, que só podem ser habitadas após a realização de uma cerimónia.

característica comum do continente africano, mas não se cinge a este continente, nem à dimensão política – em África é mais evidente devido à extensão que assume.

Este modelo consiste na utilização dos bens materiais e económicos do Estado, considerados enquanto propriedade dos detentores de Poder e garante de uma boa qualidade de vida, procurando sempre maximizar os seus rendimentos. Para Álvaro Nóbrega, o Patrimonialismo *“funciona como um sistema de recompensas materiais que se vão desdobrando ao longo de todas as camadas hierárquicas da administração, criando caldeias de lealdade.”*¹⁵¹

Esta visão Patrimonial do Poder conduz ao enriquecimento dos detentores de Poder, da sua família e das suas relações sociais, que deverão partilhar os recursos económicos e materiais a que tem acesso e nomear cargos no Estado e no sector privado para a sua cadeia familiar e social. Os indivíduos são escolhidos para os mais diversos cargos com base nas suas relações sociais em vez das suas qualificações, pretendendo sempre obter o máximo de rendimentos e privilégios, que posteriormente irá distribuir pela sua família e relações sociais, num ciclo vicioso.

Estes bens materiais e económicos (casa, carro, pagamento de diversas despesas e outras mordomias) são encarados como pertencentes ao indivíduo uma vez alcançado o Poder e não ao cargo exercido, por essa razão, quando cessam as suas funções não pretendem devolver estes bens, considerando-os como recompensa da prestação dos seus serviços e do trabalho realizado. A ostentação do seu enriquecimento é algo aceite pela população, que nutre um sentimento de inveja e não de reprovação moral, como seria de esperar – *“É mais grave aos seus olhos a falta de generosidade, a não redistribuição da riqueza, do que a ilicitude da sua obtenção.”*¹⁵²

O facto de existirem poucas *instituições amortecedoras*¹⁵³ no país e perante um cenário de sub-desenvolvimento e de pobreza extrema na população guineense, gera-se um conflito latente entre os indivíduos que se encontram no Poder que gozam de elevados rendimentos, privilégios e outros regalias materiais, que não pretendem abdicar destes por nada, e aqueles que procuraram a todo o custo alcançar o Poder, para poderem ter uma melhor qualidade de vida. Esta luta pelo Poder conduz à exaustão dos recursos económicos e financeiros do Estado, condicionando o processo de consolidação democrática e do Estado de Direito e, simultaneamente, o crescimento económico.

Compreende-se desta forma que a luta pelo Poder está intimamente associada à visão Patrimonial da concepção do Poder neste pequeno país, sendo, por esta razão um dos factores estruturantes que propiciam o *State failure*, uma vez que apesar do Patrimonialismo ser um modelo que existe um pouco por todo o sistema internacional, a verdade é que neste continente e neste país

¹⁵¹ Nóbrega, Álvaro (2003) – *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. UTL-ISCSP. Lisboa. p. 183

¹⁵² Nóbrega, Álvaro (2008) – *A Africanização da Democracia na Guiné-Bissau*. Tese de Doutoramento. UTL-ISCSP. Lisboa. p. 223

¹⁵³ Entenda-se como espaços de trabalho com elevados rendimentos como a gestão de bancos, de empresas multinacionais, empresas de engenharia ou informática, universidades, entre outras.

assume uma dimensão muito superior, traduzida, numa luta constante pelo Poder. Como consta Álvaro Nóbrega: *“a luta que se trava pelo Poder é intensa, absorvendo todas as energias da elite política. Energias que deveriam ser postas ao serviço do Estado e da governação e são desviadas para os problemas práticos de conservação e de aquisição do poder, numa luta que domina a agenda política de todos os regimes, mesmo os mais estáveis.”*¹⁵⁴

Rivalidade Político-Militar

Desde sempre que a **rivalidade político-militar se encontra associada à luta pelo Poder** e à sua monopolização, uma vez que ambas as elites desejam ter acesso aos recursos económicos e ter uma boa qualidade de vida. Os militares pretendem controlar quem se encontra no Poder para que os seus pedidos sejam ouvidos e os seus interesses defendidos, acreditam que têm esse direito pois são eles os libertadores da pátria - esta é uma das principais razões que explicam os constantes Golpes de Estado realizados pela elite militar, a par das condições precárias dos equipamentos e do incumprimento do pagamento de salários. Na Guiné-Bissau, contabilizam-se três Golpes de Estado realizados com sucesso e tentativas que ultrapassam uma dezena.

Existe uma preocupação por parte dos detentores de Poder político na Guiné-Bissau em mobilizar os militares para ficarem do seu lado, pois a imprevisibilidade de um Golpe de Estado é muito elevada. *“A falta continuada de pagamento aos militares é frequentemente a sentença de morte de um regime. Por isso é preocupação de qualquer regime garantir, ao menos, que os homens das armas recebam o seu saldo e os seus chefes as regalias adequadas à sua satisfação, motivando-os a proteger o Poder contra as ameaças internas.”*¹⁵⁵

Associado ao incumprimento de salários, encontra-se a etnização dos efectivos militares, que tendem a agrupar-se e a estabelecer relações sociais com efectivos da mesma etnia, logo não existe uma coesão militar, que é agravada pelo favorecimento de uma determinada etnia em detrimento das outras (o caso mais flagrante é a balantização da elite militar no governo de Kumba Yala) e uma gestão incorrecta do património militar e da falta de efectivos humanos e de recursos materiais e financeiros para a modernização das instalações militares e meios de combate e de transporte.

Verifica-se que *“os militares não estão submetidos ao poder político, e que este encontra-se refém do poder militar; o seu único medo comum é o do inimigo externo”*.¹⁵⁶ Desta dinâmica decorre uma constante rivalidade político-militar, resultante da falta de diálogo e incapacidade de resolução de problemas políticos, económicos e sociais do país por vias não violentas, conduzindo a constantes Conflitos político-militares que destroem a estrutura da sociedade civil e que dilaceram o processo de consolidação democrática e da construção de um Estado de Direito.

¹⁵⁴ Nóbrega, Álvaro (2008), op. cit. p. 233

¹⁵⁵ Nóbrega, Álvaro (2008), op. cit. p. 310

¹⁵⁶ Conversa informal com o meu co-orientador, Prof. Álvaro Nóbrega, numa reunião de orientação da dissertação da Tese em Setembro de 2010.

Criminalidade no Estado/Estado Criminoso

Na Guiné-Bissau também existem elementos de Criminalidade no Estado e de Estado criminoso. Existe uma **Criminalidade no Estado**, no qual determinados sectores são criminalizados através da corrupção e de redes de influência, de extorsão e de coacção por parte dos grupos criminosos para facilitar a sua actuação e conseguir circular e trabalhar sem serem detectados, como indivíduos da elite política, militar e judiciária que procuram maximizar os seus rendimentos, que têm Poder pessoal e influência para adulterar resultados de tribunais e outras instâncias que favoreçam os interesses dos grupos criminosos; e por outro lado, existe um **Estado criminoso**, no qual determinadas entidades participam directa ou indirectamente em actos criminosos e/ou corruptos, nomeadamente no narcotráfico através da facilitação da sua circulação e até auxílio no transbordo das mercadorias ilícitas, a cocaína.

De acordo com a metodologia de Phil Williams sobre o papel do Estado nas actividades ilícitas, a Guiné-Bissau pode ser considerada como um **transshipment state** - um Estado de passagem na rota do tráfico de produtos ilícitos para os *host/market states*. Este país é um ponto de passagem da rota do narcotráfico com origem na América Latina com destino à Europa, pela sua posição geográfica e pelo seu fácil acesso à Península Ibérica. Neste Estado, as entidades que deveriam ser repressoras destas actividades, tornaram-se facilitadores, como tribunais, forças policiais, de Segurança e de alfândega e as Forças Armadas, e outras entidades políticas.

Será oportuno neste momento recorrer ao IEF, cujos indicadores de carácter político, económico e demográfico-social permitem tirar conclusões sobre a avaliação do Estado de Bissau. O quadro seguinte consiste numa esquematização da evolução dos principais indicadores numa linha temporal (2006-2011).

Quadro Nº 21 – A Guiné-Bissau no IEF (2006-2011) – Evolução

Guiné-Bissau	2006	2007	2008	2009	2010	2011	E
Lugar no IEF	43	38	32	27	22	18	↑
1. Pressões Demográficas	7.0	7.6	8.0	8.6	8.5	8.7	↑
2. Refugiados e Deslocados	4.9	6.5	6.5	6.5	6.8	7.2	↑
3. Reclamações dos Cidadãos	5.5	5.4	5.4	5.8	5.8	5.4	≈
4. Êxodo Colectivo	7.0	7.0	7.0	7.0	7.1	7.4	↑
5. Desenvolvimento Desigual	9.3	8.6	8.6	8.5	8.4	8.1	↓
6. Pobreza e Declínio Económico	7.4	8.0	8.2	8.5	8.3	8.7	↑
7. Legitimidade do Estado	7.8	7.2	7.9	8.6	9.1	9.2	↑
8. Progressiva Deterioração dos Serviços Públicos	8.0	8.5	8.5	8.7	8.8	8.4	↑
9. Violação do Direitos Humanos e Estado de Direito	7.9	8.0	8.0	8.0	8.1	7.8	≈
10. Forças de Segurança	7.5	8.0	8.4	8.5	8.9	9.3	↑
11. Divisão entre Elites	6.5	6.8	7.1	8.0	8.9	9.2	↑

12. Intervenção de Actores Extremos	6.6	7.2	7.7	8.1	8.5	8.8	↑
Total	85.4	88.8	91.3	94.8	97.2	98.3	↑

Fonte: The Fund For Peace

Este quadro permite evidenciar a evolução do crescimento no IEF, desde 2006 até a actualidade (2011), do 43º lugar para o 18º lugar, representado uma subida média de 5 lugares por ano (25). Quanto mais subir no IEF, mais próximo do *State failure* se encontra a Guiné-Bissau.

Verifica-se que nos indicadores demográfico-social, existe um aumento do crescimento demográfico, da taxa de mortalidade infantil e da esperança média de vida (1); como também um elevado número de refugiados e deslocados (2); e do êxodo colectivo para fugir à instabilidade com Casamance e a emigração de indivíduos que procuram melhores condições de vida (4).

A Guiné-Bissau continua a ser um dos países mais pobres do mundo, caracterizada por uma pobreza extrema e com um baixo crescimento económico (6), encontrando-se muito dependente da ajuda externa. Continua a existir uma grande desigualdade económica entre os estratos da sociedade, apesar da redução deste indicador económico (5) (9.3 em 2006 – 8.1 em 2011).

Os indicadores políticos registam todos uma subida nos seus indicadores: a legitimidade do Estado (7) tem sido fortemente contestada traduzida pelos constantes Golpes de Estado e instabilidade político-militar e descontentamento social; existe pouca capacidade de resposta do Estado no fornecimento dos serviços básico (8) e um fraco investimento nos serviços sociais. Persiste o tráfico de crianças para trabalhos esforçados para os campos de algodão no Senegal, violência doméstica e assédio sexual das mulheres guineenses que não constituem crimes puníveis por lei, pouca liberdade de expressão, principalmente dos meios de comunicação que são frequentemente vítimas de sequestro, assédio ou tortura devido ao conteúdo das notícias (narcotráfico e denegrir da imagem das elites políticas e militares), no entanto convém referir neste âmbito a provação da legislação da proibição da mutilação genital feminina em Junho deste ano (9). As forças de Segurança (polícia) têm poucos efectivos, estão mal treinadas, remuneradas e equipadas, logo favorece um aumento da criminalidade, da impunidade e da corrupção (10). O tribalismo, entendido enquanto rivalidade étnica, é um dos maiores obstáculos à constituição de uma união e coesão nacional para construir um verdadeiro Estado-Nação (11); e as intervenções externas pelos pacotes de ajuste económico estrutural por parte do FMI e BM põe em causa a credibilidade deste país (12).

Face o exposto e tendo em consideração as causas que propiciam o *State failure*, as características principais do Estado Falhado analisadas na Guiné-Bissau e os factores estruturantes, podemos **responder a pergunta de partida**: um Estado Falhado não tem controlo sobre a totalidade do seu território, contudo este não é o caso da Guiné-Bissau, pois na parte continental do seu país é efectuado um maior controlo sobre o território, mas no arquipélago de Bijagós e ilhéus no seu perímetro, já não existe um controlo efectivo sobre este; o Estado guineense não pode ser

considerado garante da Segurança dos seus cidadãos porque não detém o monopólio legítimo do uso da força, devido à rivalidade político-militar, o que impossibilita a manutenção da ordem interna e um clima de Segurança e obediência.

Um Estado Falhado é incapaz de assegurar o fornecimento dos serviços básico, mais uma vez, este não é o caso deste país, pois apesar ter um funcionamento débil, a verdade é que as instituições estatais existem e procuram dar a melhor resposta que possível aos pedidos dos cidadãos, dentro das suas capacidades literárias e financeiras. O facto de não existir dentro da AP trabalhadores com habilitações literárias elevadas é um obstáculo à eficiência destas instituições. A iliteracia e a precaridade de trabalhadores com habilitações académicas dificultam a interiorização de uma cultura democrática, o que constitui um obstáculo à consolidação da democracia, provocando, de forma inconsciente, o desrespeito pelos órgãos de soberania e pelas práticas democráticas.

Os jornais de Bissau estão repletos de notícias sobre os esforços que este país tem realizado no sentido da reforma urgente da AP, do apelo constante de uma maior estabilidade em Bissau e do combate sem tréguas ao narcotráfico pelo PR Malam Bacai Sanhá e o PM Carlos Gomes Júnior, de incentivo ao crescimento económico através de uma maior produção de bens alimentares e na exportação da castanha de cajú e outros produtos, e progressos nos sectores da saúde e sociais. O perdão da dívida externa, quase na sua totalidade, por duas grandes entidades (FMI e Clube de Paris) foi um feito extraordinário para este país, cuja população vive numa grande pobreza. Muitos têm sido os países que têm ajudado esta antiga colónia portuguesa, em projectos de carácter social como hospitais e escolas, como em termos de projectos de energias renováveis, principalmente solar e na Reforma do Sector de Segurança e Defesa (RSSD).

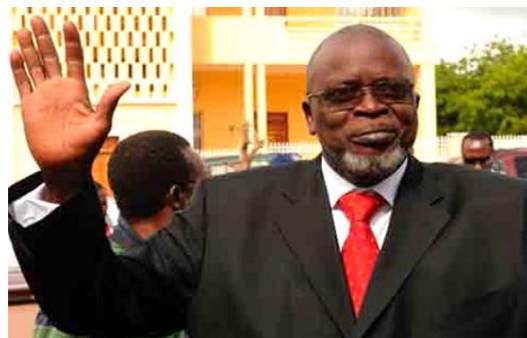


Fig. 13 - PR Malam Bacai Sanha. Fonte: www.google.pt/imagens/malambacaisanha

Portanto, dizer que a Guiné-Bissau é um Estado Falhado é estar a ditar uma sentença de morte a um país que têm feito muitos esforços para poder erguer-se como um verdadeiro Estado de Direito, com uma democracia consolidada, respeito pela dignidade humana e liberdades fundamentais, prosperidade económica e Segurança. A Guiné-Bissau deve ser antes considerada como um Estado Frágil – é um país cuja legitimidade política é posta em causa, como se verifica pelos diversos Golpes de Estado, que têm uma capacidade administrativa limitada principalmente devido à necessidade da reforma da AP e de poucos trabalhadores com habilitações académicas acima da média, com fraco Poder de coacção e que têm nas suas raízes históricas uma Guerra de independência e uma Guerra Civil de carácter político-militar. O IEF confirma que a *“Guinea-Bissau remains highly vulnerable to state failure. (...) The pressures on the state are very strong and the government remains fragile.”*¹⁵⁷

¹⁵⁷ Guinea-Bissau: Fund For Peace Country Profile (site), op. cit.

6. Correlação entre Estado Falhado e Crime Organizado

“As the Cold War concluded in the early 1990s, analysts became aware of an emerging international security environment, in which weak and failing states became vehicles for transnational organized crime, nuclear proliferation pathways, and hot spots for civil conflict and humanitarian emergencies (...)As with terrorist groups, international criminal organizations benefit from safe havens that weak and failing states provide.”¹⁵⁸

Liana Sun Wyler

Nos capítulos anteriores foi retratada a definição de Estado Falhado e de outros conceitos que se encontram associados como o Estado frágil, em vias de falhar e colapsado, bem como as suas causas e consequências e o conceito do Crime Organizado e os seus principais objectivos, características e actividades. Para agora poder responder à pergunta principal desta dissertação: **Existirá uma correlação entre o fenómeno de Estado Falhado e a fixação de actividades ligadas ao Crime Organizado Transnacional?**

É no vazio da existência de um Poder legítimo e efectivo, cujas instituições estatais e económicas não funcionam, onde não existe um controlo sobre o território nacional nem um verdadeiro Estado de Direito que desempenhe as suas principais funções (Segurança, legitimidade política, ambiente de oportunidade económicas e Bem-Estar social) e que respeite os valores humanos, que o Estado Falhado emerge como um espaço de edificação para as actividades do Crime Organizado como o tráfico humano, de armas e drogas e crimes financeiros. Como refere Stewart Patrick: *“Weak state are said to provide ideal bases for transnational criminal enterprises involved in the production, transit or trafficking of drugs, weapons, people, and other illicit commodities, and in the laundering of profits from such activities.”*¹⁵⁹

O Estado Falhado é um terreno fértil para a fixação das actividades do Crime Organizado como o tráfico de drogas, branqueamento de capitais, evasão fiscal e fraude, proporcionando um espaço para o estabelecimento das bases de operação, de planeamento, de comunicação e transportes e depósitos de produtos ilícitos dos grupos criminosos.

Neste tipo de Estados existe uma menor probabilidade de interferência interna, ou seja, têm a possibilidade de operar sem a interferência do Estado e da sociedade civil e, simultaneamente, de interferência externa ao fugir do controlo das autoridades internacionais. Uma das condições *sine qua non* da existência de um Estado Falhado é o facto do território nacional se encontrar parcialmente controlado, o que significa que existem espaços onde não existe nenhum controlo e onde os grupos

¹⁵⁸ Wyler, Liana Sun (2008) - *Weak and Failing States: Evolving Security Threats and US Policy*. Congressional Research Service. Washington. p. 5

¹⁵⁹ Patrick, Stewart (2006) - *Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers”*. Nº 73. Washington. p.19

criminosos podem planear e conduzir as suas operações sem preocupações – é uma relação parasítica¹⁶⁰.

É uma relação parasítica porque os grupos criminosos beneficiam da inexistência de uma *good governance*, da incapacidade de imposição do cumprimento de leis e de responsabilidade civil e de manter a ordem interna; das estruturas estatais frágeis, da corrupção de diversas entidades e da existência de determinados espaços não controlados pelo Poder; da sua localização geográfica e, de um ambiente com riscos mínimos de captura. É neste tipo de Estados que impera o Crime Organizado Transnacional – *“And, where the state is too weak to be dangerous, non-state actors might become too strong.”*¹⁶¹

No seu extremo, existe a possibilidade dos grupos criminosos organizados conquistarem efectivamente o Poder, como na Colômbia onde grandes regiões do país estão sob o controlo de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico – *“In Latin America, Colombia, has been labelled a ‘narco-democracy’ because of the penetration of drugs money into the fabric of the government and the use of violence by drugs gangs against the state’s representatives.”*¹⁶²

O Estado Falhado encontra-se associado não só ao Crime Organizado, como também ao Terrorismo – fenómeno que é largamente analisado. Convém, por esta razão, referir apenas que estes Estados podem ser, igualmente, utilizados por redes terroristas para instalar as suas fábricas, depósito de armas e equipamentos, campos de treino e de doutrinação, centros de comunicação e de planeamento e acesso a recursos financeiros, e enquanto zona de passagem. É conhecida a utilização do Afeganistão enquanto campo de treino e doutrinação do Terrorismo, e a utilização do Quénia e Iémen como base de operações e financiamento de operações.

Contudo, os Estados Falhados não são, necessariamente, Estados atractivos para os grupos criminosos e/ou terroristas – nem todos possuem características atractivas para o desempenho das actividades ilícitas. Por exemplo, para o branqueamento de capitais é necessário acesso aos sistemas financeiros e económicos mundiais, a sistemas de comunicação e transportes modernizados e outras infra-estruturas, que na sua generalidade os Estados Falhados não têm. É preferível um Estado mal governado, mas que funciona, cujos detentores de Poder sejam susceptíveis de serem corrompidos, com acesso a infra-estruturas logísticas e económicas da economia global, a serviços bancários e transportes e meios de comunicação modernos.

A utilização dos Estados Falhados por grupos criminosos ou por movimentos terroristas mitigam o Estado de Direito, o processo de consolidação democrática e os esforços realizados nas reformas da instituições estatais e da RSSD, minimizam a economia nacional, ameaçam a saúde da

¹⁶⁰ Pinto, Maria do Céu (2005) - *Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade*. Nação e Defesa. Nº 112. Lisboa. p. 28

¹⁶¹ Cooper, Robert, op. cit. p. 18

¹⁶² *Organised Crime, Security and the European Union* - <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws8/rees.pdf>.

população, rejeitam os valores democráticos e culturais dos países, implementando um clima de insegurança e de punição com violência.

Face ao exposto, pode-se afirmar que existe uma correlação entre estas duas ameaças, que resulta num espaço de edificação para a fixação de actividades de carácter ilícito num Estado incapaz de exercer o seu papel e de controlar o território nacional, do qual origina uma instabilidade regional, crises humanitárias e na mitigação dos esforços no desenvolvimento da democracia, da *good governance*, dos Direitos Humanos e da sustentabilidade económica. Para verificar esta correlação positiva com um exemplo concreto, será utilizado o caso da Guiné-Bissau que foi considerado pela UNODC como o primeiro Narco-Estado africano.

6.1 Guiné-Bissau: O Primeiro Narco-Estado Africano

"West Africa, a region plagued by poverty and instability, is becoming a hub for cocaine trafficked from South America to Europe."¹⁶³

UNODC

Como observado, o Estado Falhado é um espaço de edificação para o Crime Organizado Transnacional, sendo uma das principais actividades associadas a este espaço o tráfico de drogas. Em África encontra-se uma maior incidência deste tipo de Estados, razão pela qual os grupos criminosos têm optado pela utilização destes países, principalmente aqueles que se encontram a Ocidente como uma plataforma estratégica para outros mercados.

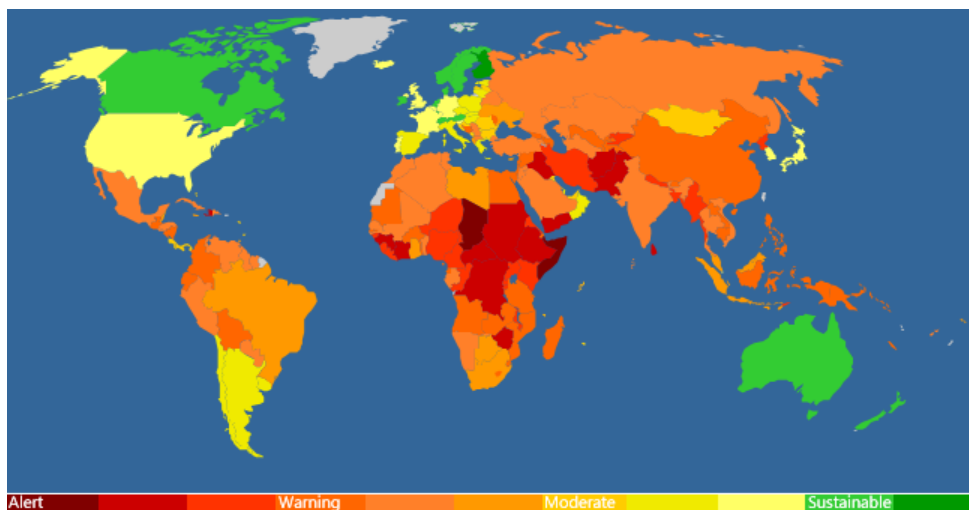


Fig. 14 – Mapa dos Estados Falhados – 2010. Fonte: www.fund for peace.com

É este o tipo de espaço que a África Ocidental tem providenciado ao longo da última década: um espaço onde não existe um controlo territorial total, um governo eficiente capaz de impor a lei e autoridade formal, que são explorados por grupos transnacionais criminosos procurando um novo entreposto para o tráfico dos seus produtos ilícitos – *“in recent years, transnational organized crime in*

¹⁶³ UNODC (2008) – Guinea-Bissau: A New Hub for Cocaine Trafficking. Viena. p. 4

*West Africa, or perpetrated by West Africans elsewhere in the world, has become a matter of major international concern. This has been perhaps most noticeable in regard to drug-trafficking, people-trafficking and fraud.*¹⁶⁴

Mas porquê a **escolha da África Ocidental**? Diversos factores explicam as razões que conduziram os narcotraficantes a escolherem a parte mais ocidental deste continente como um novo entreposto transnacional:

- Uma maior monitorização e interdição das habituais rotas do narcotráfico pela via aérea e marítima pelas autoridades norte-americanas e europeias com destino aos mercados Europeus. A alteração de rotas é também uma forma de ludibriar as autoridades;
- Maior procura pelos consumidores europeus e simultaneamente uma menor procura nos mercados norte-americanos – *“traffickers increasingly turned to Europe, where cocaine use grew significantly over the last decade*¹⁶⁵*”* e uma desvalorização do dólar face ao euro;
- Pela posição geográfica dos países da África Ocidental estrategicamente posicionados entre a América do Sul e a Europa, com rotas directas à Europa e Médio Oriente (existência de uma linha costeira, portos aéreos e marítimos), pelos laços históricos entre o continente africano e europeu (durante a colonização);
- Existência de Estados Falhados cujas costas e portos marítimos não são controlados nem vigiados, fronteiras porosas, instabilidade política, fracas instituições estatais e de Segurança, vulnerabilidade à corrupção, fragilidade económica, Conflitos, pobreza e pouca dedicação ao combate ao narcotráfico por falta de recursos humanos e financeiros, e em alguns casos falta de vontade política;

Devido aos factores referidos em supra, os grupos criminosos vislumbram nos países mais a Ocidente de África espaços ideais para estabelecerem uma plataforma estratégica de trânsito e como centros de organização e logística e condução de actividades ilícitas, como o tráfico de drogas (cocaína e heroína), armas e pessoas.

Anteriormente, os produtores da América Latina (Colômbia, Bolívia e Peru) transportavam a cocaína via América Central e Caraíbas até aos EUA e via Atlântico até à Europa do Sul, através de Portugal, Espanha, França e Itália. A necessidade de alteração destas rotas conduziu ao estabelecimento de um entreposto transnacional na África Ocidental de forma a ligar os produtos sul-americanos aos consumidores europeus.

¹⁶⁴ UNODC (2005) – *Transnational Organized Crime in the West African Region*. Viena. p. 1

¹⁶⁵ *Africa's Drug Problem* - <http://www.nytimes.com/2010/04/11/magazine/11Trade-t.html?ref=magazine>

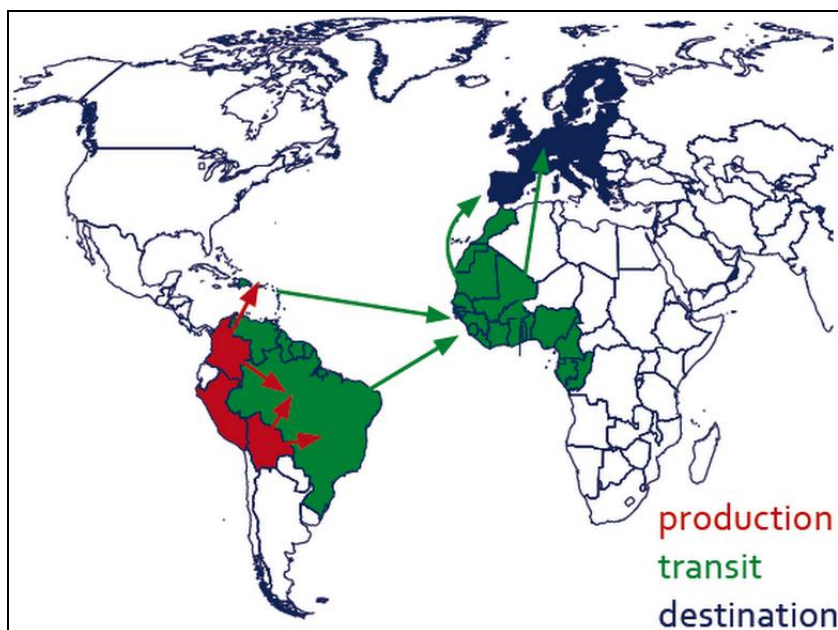


Fig. 15 - Produção, Zona de Passagem e Destino da Cocaína. Fonte: EUROPOL, 2009

Segundo um estudo da UNODC calcula-se que pelo menos 50 toneladas de cocaína da região Andina passam pela África Ocidental com destino à Europa todos os anos, e verifica-se o dobro das apreensões de cocaína: 1.32 toneladas em 2005, 3.16 toneladas em 2006 e em 2007 6.46 toneladas.¹⁶⁶

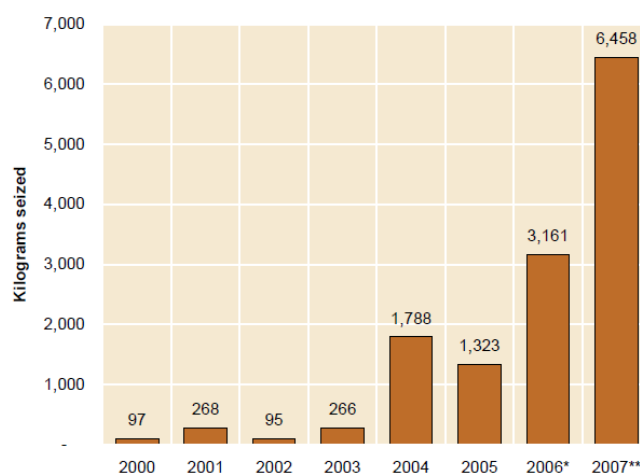


Fig. 16 - Apreensões Anuais de Cocaína em África (2000-2007) Fonte: UNODC, 2008a¹⁶⁷

Os grupos de traficantes, uma vez instalados nos seus entrepostos estratégicos, procuram estabelecer parcerias com outros membros de grupos criminosos locais/regionais¹⁶⁸ do Gana, Nigéria, Guiné-Bissau, Guiné, Togo e Senegal, que oferecem os seus préstimos como *couriers* ou

¹⁶⁶ UNODC (2007) – *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development (Special Reference to Guinea-Bissau)*. Viena. p. 8

¹⁶⁷ *2006 – dados preliminares de 2006 baseados em dados disponíveis de Novembro de 2007. **2007 – dados recolhidos pela UNODC de Janeiro-Novembro de 2007 in UNODC (2007)

¹⁶⁸ É de salientar que a estrutura e organização e os meios utilizados por estes grupos criminosos locais/regionais não são semelhantes à estrutura permanente e hierárquica dos grupos criminosos transnacionais.

smugglers, para funções de abastecimento/armazenamento e transporte. Estes países foram identificados como os principais pontos para o estabelecimento das bases dos grupos criminosos pela UNODC, EUROPOL (Serviço Europeu de Polícia) E DEA (US Drug Enforcement Agency).¹⁶⁹

Verifica-se, portanto, a crescente importância da parte mais Ocidental do continente africano, como demonstrado pelos diversos episódios de apreensão de centenas de quilogramas de cocaína de origem sul-americana com destino aos mercados europeus, permitindo *“underscore a significant evolution in key global drugs trafficking routes: the progressive transformation of Venezuela into the main drugs dispatch zone in South America and the parallel development of West Africa (Guinea-Bissau, Sierra Leone and Ghana) into a beachhead for drugs bound for Europe, where prices for cocaine are double those in the United States.”*¹⁷⁰

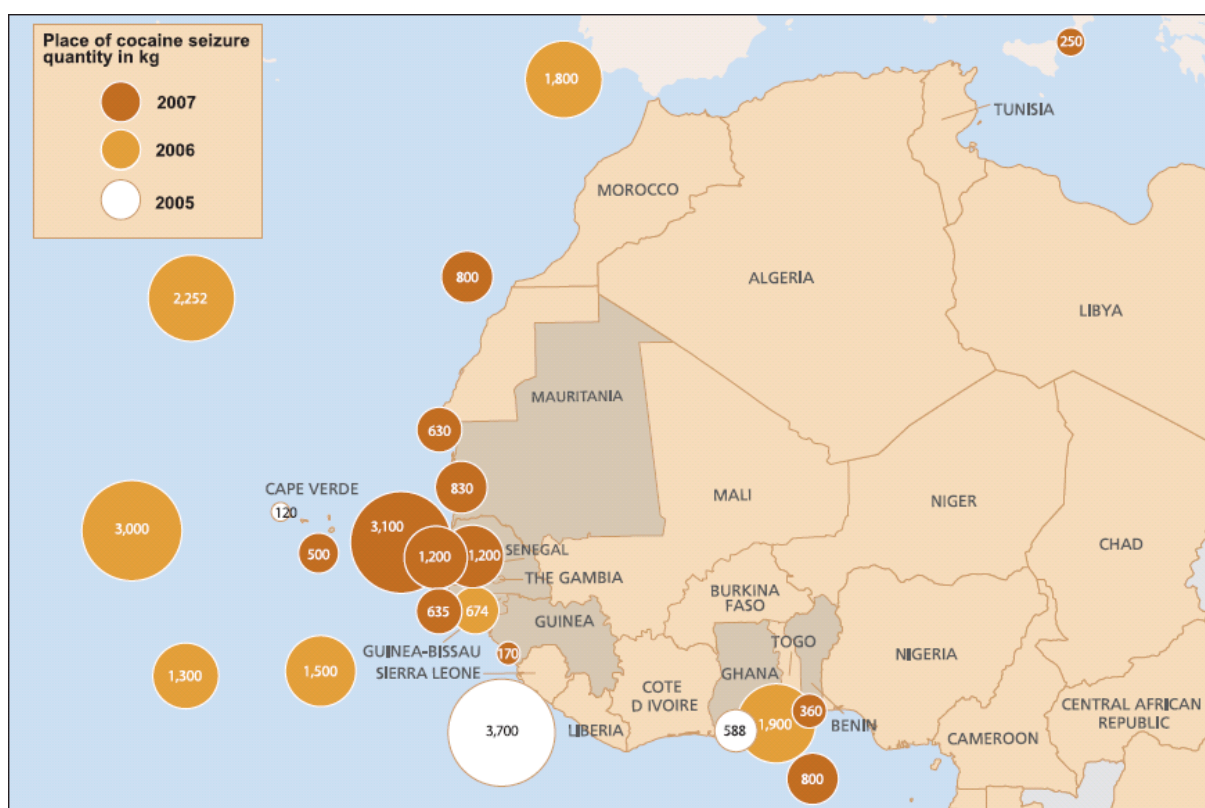


Fig. 17 - Apreensões de Grande Quantidade na África Ocidental (2005-2007) Fonte: UNODC, 2008a

O que é um **Narco-Estado**? Bybee define-o enquanto *“an area that has been taken over and it controlled and corrupted by drug cartels and where law enforcement is effectively nonexistent.”*¹⁷¹

Com efeito, a Guiné-Bissau foi considerada pelas Nações Unidas como o primeiro Narco-Estado africano em 2003, tendo em consideração o relatório da UNODC que estima que uma

¹⁶⁹ Wright, Joanna (2007) – *African Drug Trade: Drug Traffickers Head West*. Jane's Intelligence Review. Surrey. p. 38

¹⁷⁰ Webb-Vidal, Andy (2009) – *Cocaine Coasts: Venezuela and West Africa's Drug Axis*. Jane's Intelligence Review. Surrey. p. 46

¹⁷¹ Bybee, Ashley-Louise (2009) – *The Narco-Curse in West Africa*. George Mason University. EUA. p. 18

tonelada é transportada diariamente para a Europa¹⁷². Mas, mais uma vez, **porquê a escolha da Guiné-Bissau?**

Vejamos os seguintes factores:

- Posição Geográfica: é um país que se encontra na parte ocidental de África e possui laços históricos, culturais e linguísticos com países europeus como Portugal, que advém do processo de colonização;
- Estado Frágil: A própria identificação da Guiné-Bissau enquanto um Estado frágil, caracterizado pela instabilidade política, degradada situação económica e social, desemprego, dependência da ajuda externa, vulnerabilidade à corrupção, controlo parcial do território.
- Controlo Parcial do Território: não existe um controlo das fronteiras e da parte insular devido à falta de efectivos treinados, equipamentos como barcos em estado de prontidão e carros de polícia (e até combustíveis!) e de vigilância (rádios, computadores, radares). A frustração é visível por parte da polícia e das unidades encarregadas do combate ao narcotráfico - “*We have no cars, no petrol, no radio so what are we suppose to do? Bite them?*”¹⁷³ Existem exemplos da utilização dos ilhéus não habitados ao largo das Ilhas Bijagós (50 quilómetros de distância da costa da Guiné-Bissau) pelos grupos criminosos.
- Fraco Sistema Judicial: não tem prisões em condição para prender os infractores – há apenas uma que foi aberta em Setembro de 2010 que cumpre com os requisitos internacionais. Existe um receio de retaliação por parte dos juizes em caso de detenções e imposição de sentenças judiciais aos criminosos (preferem soltá-los do que exercer o seu dever enquanto representante do sistema judicial). Devido à corrupção e intimidação de juizes existe um menor risco de apreensão e detenção, o que atraiu a atenção dos narcotraficantes, fomentando uma cultura de impunidade.
- Estado Criminoso: diversas são evidências do envolvimento da elite política, elite militar e judicial no narcotráfico:
 - ➔ Elite Militar: os soldados ajudam a descarregar os pacotes de cocaína nas pistas de aterragem e ao longo das costas marítimas; aluguer de pistas de aterragem e de instalações navais. Os militares não são a favor de uma reforma no seu sector que os possa afastar do narcotráfico, o que poderá ajudar a explicar a dispensa de Zamora Induta e a sua substituição por Bubo Na Tchuto, reconhecido pelo seu envolvimento directo no narcotráfico. Corrine Dufkta do HRW (Human Right Watch) afirma que “*The army plays a key role in criminal activity. Instead of dedicating themselves to the security of the country, they are dedicating themselves to criminal exploits.*”¹⁷⁴
 - ➔ Elite Política: envolvimento de figuras políticas de forma indirecta e clandestina, dificultando a sua identificação. Apesar das acusações trocadas em 2005 entre

¹⁷² *Guinea-Bissau as an Emerging Narco State in West Africa* (Institute for Global Dialogue) – www.igd.org.za/index.php?option.p.1

¹⁷³ *Guinea-Bissau: Africa's First Narco State?* - http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/guinbisauhorta.html

¹⁷⁴ Gorjão, Paulo (2010) – *Guinea-Bissau – The Inescapable Feeling of Déjà Vu*. IPRIS. Lisboa. p. 5

Kumba Yalá e Nino Vieira sobre o envolvimento no narcotráfico, não existem provas concretas deste facto, tal como também não existem provas do envolvimento de Tagme na Waie. Até que ponto estas acusações são verdadeiras não se sabe... Zamora Induta em Janeiro de 2010 veio a público lamentar “o facto de ainda existir agentes do Estado metido na droga,”¹⁷⁵ após uma operação no sul da Guiné-Bissau em Quebo na qual foram presas quatro pessoas – duas de nacionalidade alemã e dois indivíduos nacionais, entre eles um oficial do Ministério do Interior.

- ➔ Elite Judicial: algumas decisões jurídicas questionáveis como libertação de traficantes que tinham sido presos por ligação ao narcotráfico, sem qualquer explicação; desaparecimento de apreensões de grandes quantidades de cocaína – o caso mais conhecido é o desaparecimento de 674 quilos em Setembro de 2006 do cofre do Ministério das Finanças, com o valor de 20 milhões de dólares no mercado de destino.
- Criminalidade no Estado: o narcotráfico fomenta a corrupção endémica no governo, nas forças de Segurança e da população, através de ameaça de força, intimidação e subornos infiltram-se nas estruturas estatais e militares de forma a agir em impunidade – “In countries like Guinea-Bissau, there are repeated allegations that high ranking officials in government and the militar are complicit in drug trafficking, and there have been a number of questionable judicial and executive decisions that appear to be corruption related. Corruption of this sort cannot but undermine the already tenuous confidence that many citizens of the region have in their governments.”¹⁷⁶
 - ➔ A População também participa no narcotráfico através da venda local ou como participantes nos meios de transporte para a Europa. É uma forma aceitável de sair da extrema pobreza em que se encontra.

Todos estes factores conjugados conduzem à conclusão de que “Guinea-Bissau is fast becoming Africa’s first narco-state.”¹⁷⁷

Produzida na América Latina, principalmente Colômbia, Peru e Bolívia, a cocaína é transportada por pequenos aviões ou por barcos-mães (navios contentores, barcos rápidos com grande capacidade de carga e autonomia, barcos comerciais) até à costa oeste de África. Já em território guineense, são utilizados os ilhéus junto do arquipélago de Bijagós onde é realizada a repartição das mercadorias em menores quantidades e o transbordo para barcos rápidos com motores melhorados, maior capacidade de carga e autonomia, em vez que as autoridades têm tido maior facilidade em interceptar os pequenos barcos de pesca.

¹⁷⁵ Última Hora – 01.02.2010 – “Infelizmente ainda há agentes do Estado ligadas ao processo de narcotráfico.”

¹⁷⁶ Andrés, Amado *Philip – Organised Crime, Drug Trafficking, Terrorism: The New Achilles’ Heel of West Africa*. FRIDE. Madrid. p. 6

¹⁷⁷ Foreign Policy (2009) - *Failed States Index 2009*. Washington. Nº 176. p. 84

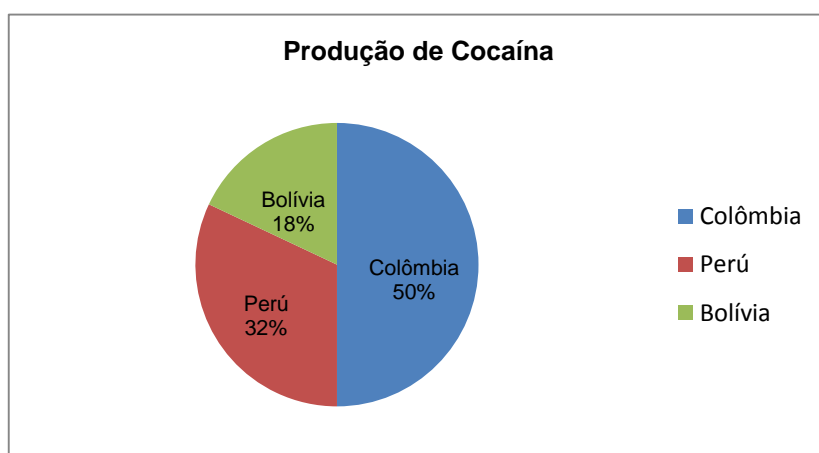
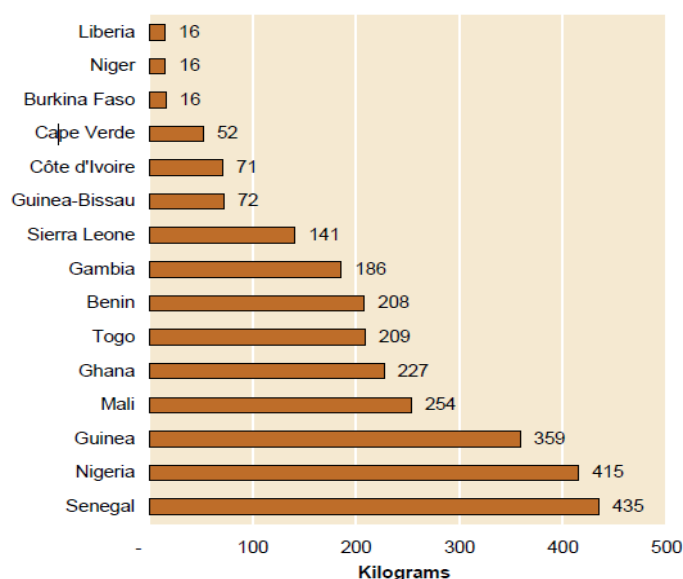


Fig. 18- Produção de Cocaína. Fonte: UNODC, 2007

Ao invés das rotas marítimas, estes grupos podem utilizar as ligações aéreas via Atlântico através de aviões privados e/ou modificados para voos transatlânticos (maior capacidade de carga e combustível). Para chegar à Europa, a mercadoria é redistribuída em pequenas quantidades por *couriers* humanos de nacionalidade africana (Nigéria, Gana, Guiné, Mali e Guiné-Bissau) nas ligações entre África e Europa.

Fig. 19 – Apreensões de Cocaína por País de Trânsito para a Europa Fonte: UNODC, 2008^a

O destino principal é a Europa, cujo principal ponto de entrada é a Península Ibérica, com destino a Espanha, Reino Unido, França, Bélgica e Portugal. Outros destinos incluem Médio Oriente, África do Sul e EUA, como forma de enganar as autoridades internacionais. Segundo os dados da UNODC, a procura da cocaína na Europa ronda os 135-145 toneladas.¹⁷⁸ Cem quilogramas de cocaína são vendidos por cerca de 50 milhões de dólares no mercado de destino ao retalho.¹⁷⁹

¹⁷⁸ UNODC (2007), op. cit. p. 8

¹⁷⁹ *Guinea-Bissau: Africa's First Narco State?* - http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/guinbisauhorta.html

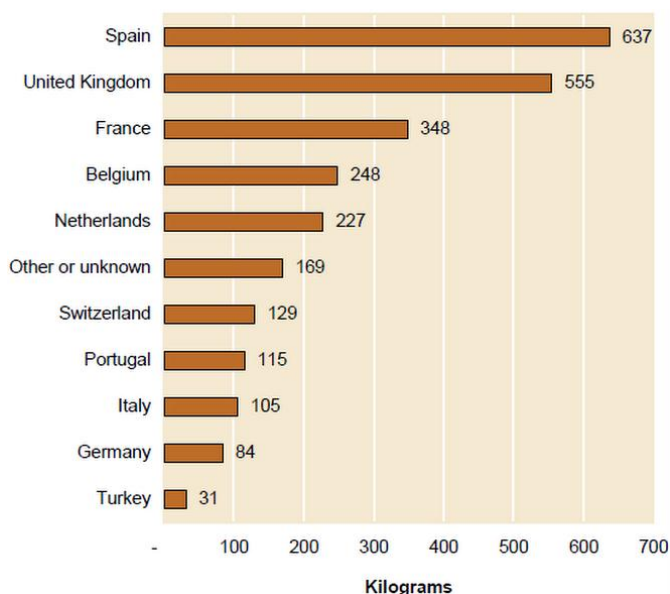


Fig. 20 - Apreensões de Cocaína em Voos Comerciais no País de destino Fonte: UNODC, 2008a

Os lucros do narcotráfico ultrapassam, muitas vezes, o PIB de muitos países africanos, que são dos mais pobres do mundo. Assim, tráfico de cocaína na Guiné-Bissau é bastante lucrativo, tendo em consideração que apenas 6 gramas deste produto equivalem ao salário anual. No ano de 2006, o PIB de Bissau foi 304 milhões de dólares, o que é pouco menos inferior ao preço de venda de 6 toneladas de cocaína no mercado europeu.¹⁸⁰ Assim, compreende-se como os cidadãos guineenses e as elites política e militar sejam atraídos a este tipo de actividades ilícitas. O tráfico de cocaína acaba por mitigar o crescimento económico ao tornar-se na principal actividade económica deste país empobrecido.

A comprovar o rótulo de Narco-Estado, a par da corrupção endémica e da instabilidade política e fragilidade económica, salientam-se as diversas apreensões de cocaína, como entre Janeiro de 2005 e Maio de 2006 de 28.3 toneladas destinadas à África Ocidental¹⁸¹; em Março e Abril de 2007 de 675 quilogramas e 650 quilogramas¹⁸² respectivamente, no valor de 11.8 milhões e 11.7 milhões de dólares, o que permite concluir que este país se tornou “one of the primary transit points for drugs trafficked through West Africa because of its geography and its exceptionally weak institutions.”¹⁸³

Recorda-se ainda a apreensão em Julho de 2008 de um avião que transportava 500 quilogramas de cocaína no aeroporto Osvaldo Vieira, cujo conteúdo foi descarregado por soldados guineenses. Foram presos três traficantes de origem venezuelana e um oficial das forças aéreas guineenses, que foram libertados sem explicação e a mercadoria apreendida também desapareceu.

¹⁸⁰ UNODC, 2007, op. cit. p. 10

¹⁸¹ Durante esta apreensão foram presos dois traficantes suspeitos de nacionalidade venezuelana, mas passadas duas semanas foram soltos e a cocaína foi removida por militares ou civis vestidos à militar – Wright, Joanna (2007), op. cit. p. 38

¹⁸² Por falta de aplicação das leis e da inexistência de prisões, os traficantes de origem desconhecida fugiram. - Andrés, Amado Philip (2008) – *West Africa Under Attack: Drugs, Organized Crime and Terrorism as the New Threats to Global Security*. UNISCI Discussion Papers – Nº 16. Madrid. p. 211

¹⁸³ Vidal-Webb, Andy, op. cit. p. 48

Este caso esteve associado ao Bubo Na Tchuto e a “Papa” Camará. Em Agosto de 2009, foi apreendido um avião que era suspeito de transportar 2 toneladas de cocaína. Novamente vários suspeitos de nacionalidade sul-americana foram levados sob custódia mas desapareceram depois de terem pago a fiança.

Outro caso que demonstra a cumplicidade dos detentores do Poder é o caso do barco *Lamu Star*, no qual o PM Carlos Gomes Júnior se encontra envolvido. Este barco foi encontrado por elementos das Forças Armadas nas águas da ilha Bubaque no passado dia 5 de Abril de 2009, contendo uma quantidade considerável de cocaína (que não foi revelada). O barco *Lamu Star* depois de ter sido apreendido “foi libertado com a carga [cocaína] intacta por ordem superior (do PM Carlos Gomes Júnior)”¹⁸⁴, segundo acusa Artur Silva, ex-Ministro da Defesa. Até hoje não restam provas da sua apreensão nem da sua carga que, misteriosamente, desapareceu.

Em Abril de 2010, Bubo Na Tchuto e Ibraima “Papa” Camará foram denominados como *narcotics trafficking kingpins*¹⁸⁵ pelo Departamento de Tesouro dos EUA, que sancionaram o seu comportamento através do congelamento dos bens e da proibição de estabelecimento de relações comerciais com estes dois indivíduos.



Fig. 21 – José Américo Bubo Na Tchuto.

Fonte: www.google.pt/imagens/bubonatchuto

O ano passado circulou por Bissau uma lista com o nome de indivíduos de nacionalidade guineense que estavam a dever um montante considerável aos narcotraficantes. Nesta lista estavam os nomes do PR João “Nino Vieira”, do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Tagme Na Waie, do ex-ministro da Defesa, Hélder Proença e ex-ministro da Administração Territorial Baricó Dabó. Curiosamente, todos foram assassinados entre Março e Junho de 2009.¹⁸⁶

O PM Carlos Gomes Júnior no Conselho de Segurança da ONU em Março de 2010 sobre a utilização da Guiné-Bissau como um entreposto refere que é “uma utilização abusiva, que condenamos, e que se traduz numa grave ameaça à paz e à estabilidade da nossa sub-região. (...) Como já o fizéramos antes, repetiremos mais uma vez que a Guiné-Bissau não é um Narcoestado e que, sozinha, a Guiné-Bissau não tem condições para enfrentar com sucesso o tráfico de droga e o terrorismo.”¹⁸⁷

¹⁸⁴ **Guiné-Bissau: Primeiro-Ministro é acusado de autorizar libertação de navio com drogas** (visão news) - http://www.visaonews.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6594:guin%C3%A9-bissau:-primeiro-ministro-%C3%A9-acusado-de-autorizar-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-navio-com-drogas&catid=72:guine-bissau&Itemid=125

¹⁸⁵ USA State Department (2011) - **International Narcotics Control Strategy Report – Money Laundering and Financial Crimes**. Vol 2. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. Washington. p. 103

¹⁸⁶ Diário Bissau. Ano XV – Nº 796. 15.04.2010 – “**Administração de Barack Obama decide punir Ibraima Papa e Bubo Na Tchuto.**”

¹⁸⁷ Gazeta de Notícias: Ano XIII – Nº 449 – 03.03.2011-“**A Guiné-Bissau deixou de ser abruptamente um Narcoestado.**” p.3.

Nesta região, o tráfico de seres humanos é facilitado pela existência de Guerras Civis, de deslocados e refugiados motivados pelas condições sociais e económicas. Apesar da Guiné-Bissau não se encontrar directamente envolvido no tráfico de seres humanos, a sua rota passa perto das suas fronteiras: Benin, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Mali, Nigéria, Togo, Camarões, Burkina Faso, Guiné e Níger.¹⁸⁸ O narcotráfico veio justar a este tráfico aproveitando as rotas já estabelecidas.

Apesar das diversas apreensões de cocaína realizadas pelas autoridades nacionais, europeias e internacionais na África Ocidental com destino à Europa, teme-se que os verdadeiros valores e quantidades de cocaína sejam superiores ao estimado. Desde 2009 que as apreensões de cocaína têm diminuído, segundo a UNODC. Não se pode deixar de interrogar o porquê desta diminuição repentina. Será o resultado da maior atenção por parte da comunidade internacional e da aplicação de novas medidas de combate ao narcotráfico? Ou é um sinal que os grupos criminosos têm desenvolvido novos e mais sofisticados métodos, uma nova rota para chegar à Europa, e uma maior capacidade de operar na clandestinidade para que não sejam detectados?

A UNODC reconhece a crescente importância da África Ocidental na rota do narcotráfico, especialmente na rota da cocaína e observa com preocupação a transformação da Guiné-Bissau no primeiro Narco-Estado do continente africano. A ameaça protagonizada pela exploração dos Estados Falhados nesta região pelos grupos criminosos para o narcotráfico transformou *“the gold coast into the coke coast. The problem is so severe that it is threatening to bring about the collapse of some West African States where weak and corrupt Governments are vulnerable to the corrosive influence of drug money”*¹⁸⁹, avisa António Costa – director executivo da UNODC.

O tráfico de drogas é uma das maiores ameaças à Segurança Humana, ao desenvolvimento económico e social, à sobrevivência do Estado de Direito e ao processo de consolidação democrática. Este é o caso da Guiné-Bissau, um pequeno e empobrecido país da África Ocidental. Contudo, os esforços realizados para uma maior estabilidade, principalmente entre a elite política e a elite militar, a implementação das reformas na AP e a RSS, o apelo à reconciliação nacional tendo em vista a consolidação do processo democrático e o desenvolvimento económico e social na Guiné-Bissau indicam que este país não se irá render tao facilmente ao rótulo imposto pela comunidade internacional de Estado Falhado e de Narco-Estado.

¹⁸⁸ **Organized Crime in West Africa** - <http://www.iss.co.za/pubs/ASR/14No4/F1.htm> p.12

¹⁸⁹ UNODC (2008), op. cit. p. 4

7. Medidas Possíveis

As novas ameaças transnacionais possuem mais uma particularidade: o seu combate não é necessariamente realizado através do emprego exclusivo de forças militares, este passa também pela definição de uma estratégia de prevenção multilateral de carácter político, económico, social e diplomático.

7.1 Fortalecimento dos Estados

“Unless the developing world becomes much more stable, intercommunal (ethnic, linguistic and religious) conflict is reduced or ceases altogether, corruption vanishes, good governance becomes common, or the war against terror is won conclusively, the propensity of nation-state to fail will be high and the policy consequences of that failure will correspondingly be serious and many.”¹⁹⁰

Robert Rotberg

No caso dos Estados Falhados verifica-se que o melhor instrumento para o fortalecimento deste tipo de Estados e, consequentemente, para solucionar o problema da sua fraqueza é o *peacebuilding*, incluindo a sua vertente de *statebuilding* e *nationbuilding*, mas para tal é preciso atentar ao contexto político, económico e social-étnico de cada país, uma vez que não existe uma solução-padrão e porque cada Estado falha à sua maneira.

A verdade é que é mais fácil fortalecer os Estados fracos, frágeis ou em vias de falhar, do que proceder à sua reabilitação depois destes terem falhado ou colapsado, como indica Robert Rotberg: *“Strengthening states prone to failure before they fail is prudent policy and contributes significantly to world order and to minimizing combat, casualties, refugees, and displaced persons. (...) Strengthening weak states also has the potential to eliminate the authority and power vacuums within which terror thrives.”¹⁹¹* É um processo de longo-termo e que implica elevados recursos financeiros e recursos humanos qualificados.

a) *Peacebuilding*

O processo de ***peacebuilding*** consiste na realização de actividades com a finalidade de resolver Conflitos armados e estabelecimento da paz por actores externos, que inclui as seguintes missões:

1. *Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)*: está destinada aos antigos combatentes, visando a redução do número de efectivos e da eliminação/redução de armas de pequena porte e minas anti-pessoais;

¹⁹⁰ Rotberg, Robert (2003) - *Nation-State Failure: A Recurring Phenomenon?* National Intelligence Council. EUA. p.1

¹⁹¹ Rotberg, Robert (2003), op. cit. p. 95

2. RSS: que esteja de acordo com os princípios da governação democrática e com a finalidade do fortalecimento do Estado de Direito. Para que seja bem-sucedida será essencial o afastamento de actores não estatais que incentivam o Conflito e violência, que mitigam os esforços de *peacebuilding* e permitir a participação da sociedade civil neste processo;
3. Estado de Direito e Justiça: pretende restaurar o Estado de Direito e garantir a justiça, o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais e a promoção de práticas democráticas e de *good governance*;

Antes de uma missão de *peacebuilding* numa situação de pós-conflito é preciso saber o contexto específico (clima de Segurança, histórico, económico e social) do país de forma a preparar este tipo de intervenção. O sucesso deste tipo de missão depende igualmente da vontade, da capacidade e da assistência dos actores locais neste processo e da coordenação com os outros actores nacionais e internacionais nos domínios afectos. Para o fortalecimento e consolidação do Estado, é importante que este seja reconhecido de forma legítima e aceite pelos cidadãos, bem como pelos seus vizinhos e pela comunidade internacional.

As NU criaram o **UN Peacebuilding Commission (PBC)**, que foi estabelecido pela AGCS e pelo Conselho de Segurança (CS) através das respectivas resoluções A/60/180 e CS 1645 de 2005. Esta Comissão destina-se à reconstrução do Estado, edificação das principais instituições e fomento do desenvolvimento sustentável em países em fase de pós-conflito. Os seus objectivos são:¹⁹²

- a) Propor estratégias integradas para *peacebuilding* num contexto de pós-conflito;
- b) Garantir o financiamento para actividades de recuperação inicial, e o investimento financeiro sustentável para as actividades de médio e longo prazo;
- c) Estender o período de alerta por parte da comunidade internacional a situações de recuperação de países em situação de pós-conflito;
- d) Desenvolver as melhores práticas nos domínios que exigem uma colaboração estrita com os actores políticos, securitários, humanitários, económicos e de desenvolvimento;

Juntamente com a PBC, foi criado o PBSO (Peacebuilding Support Office), com a finalidade de assistir e apoiar a PBC, gerir o fundo da PBC e auxiliar o Secretário-Geral (SG) na coordenação com as agências das NU nos processos de *peacebuilding*. O fundo da PBC foi estabelecido para ajudar economicamente os países que se encontram em situação de pós-conflito, quando não estão disponíveis outros fundos ou ajudas económicas, destinadas a manter a paz e a reduzir o risco de reincidência de Conflito.

b) Statebuilding

O *peacebuilding* é crucial para o processo de **statebuilding**, uma vez que é um instrumento de consolidação da paz e estabelece as bases para a reconciliação dos grupos sociais, que será determinante para a construção do Estado, procurando que este seja capaz de garantir as funções

¹⁹² **UN Peacebuilding Commission** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/mandate.shtml>

básicas e uma governação democrática e legítima, respeito pelos Direitos Humanos e a construção de uma identidade nacional.

Por conseguinte, o objectivo do *statebuilding* é o reforço das capacidades do Estado, para que seja independente, soberano, proteja a sua integridade territorial e que seja capaz de exercer as suas funções: Segurança, legitimidade política, ambiente de prosperidade/crescimento económico e Bem-Estar social. Este processo inclui a estabilização política e económica do país incluindo a implementação da RSS, a criação de estruturas políticas, económicas e judiciais; o fomento do desenvolvimento sustentável e do Bem-Estar social; o estabelecimento de condições que assegurem um clima de Segurança; e apoio à legitimidade do Estado e ao seu processo de democratização, o que por sua vez permitirá fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições estatais, nas questões relacionadas com os Direitos Humanos e com a sociedade civil

c) *Nationbuilding*

O processo de *nationbuilding* centra-se, ao invés do *statebuilding*, na construção da Nação, compreendida enquanto uma população unida pela história, cultura e língua. Este processo tem como finalidade a construção/estruturação de uma identidade nacional dentro do Estado – uma identidade, em vez de várias identidades, baseada em etnia, cultura ou religião, com a finalidade de unificar os cidadãos, de forma tornar o Estado viável, legítimo e estável e consequentemente evitar tensões sociais e Conflitos. O processo de *nationbuilding* é uma parte importante do processo de *statebuilding* ao criar uma unidade nacional. Ambos os processos reforçam-se mutuamente.

Segundo o International Peacebuilding and Statebuilding Dialogue os principais desafios que se colocam a estes processos são: a) inexistência de uma visão comum sobre a paz num projecto de longo prazo; b) dificuldade em equilibrar objectivos de médio e longo prazo; c) fraco planeamento estratégico e estabelecimento de prioridades e objectivos; d) processo demorado de implementação; e) práticas financeiras insuficientes; f) fraco enquadramento institucional e abordagens centralizadas; g) fraca participação dos cidadãos; h) pobre comunicação estratégica; i) fraca política de responsabilidade entre o governo nacional e os parceiros internacionais; e j) pouco apoio dos parceiros nacionais e internacionais.¹⁹³

d) *Fortalecimento do Estado da Guiné-Bissau - UNIOGBIS*

As NU através da PBC têm realizado diversas missões deste carácter. A Guiné-Bissau não foi excepção e a PBC implementou uma missão neste país em 2007, com um orçamento de 6 milhões de dólares¹⁹⁴, após o pedido realizado pelo PM Martinho Dafa Cabi em Julho de 2007, argumentando que sem a ajuda da Comissão a *“Guinea-Bissau runs the risk of continuing in a downward spiral, with all the related social and political consequences that one can imagine in terms of threats to human*

¹⁹³ *International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding* (OECD) - http://www.oecd.org/document/22/0,3746,en_21571361_43407692_43414806_1_1_1_1,00.html . p. 41-49

¹⁹⁴ *UN Peacebuilding: Guinea-Bissau Peacebuilding Fund Overview* - <http://www.unpbf.org/guinea-bissau/guinea-bissau.shtml>

security and peace, as well as the whole sub-region."¹⁹⁵ A Guiné-Bissau é o terceiro país legível para este tipo de missão, que foi desenvolvida pelo governo guineense, pelas NU e patrocinado pelo fundo da PBC, tendo em vista fazer progressos no que diz respeito à Segurança, ao processo eleitoral, à política fiscal, à redução do desemprego e ao combate ao Crime Organizado, principalmente ao narcotráfico que se instalou na sua zona insular.

O propósito da missão **UNIOGBIS** (United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau) é promover a estabilização e reconciliação deste país, através da consolidação do Estado de Direito e do governo democrático com a cooperação dos diversos actores envolvidos no processo de modernização do Estado e nas reformas políticas, económicas e sociais e do sector de Segurança e, ainda, contribuir para a erradicação do Crime Organizado Transnacional, principalmente o narcotráfico. O principal elo de ligação entre a Guiné-Bissau, a UNODC e o PBC é o Representante Residente do Secretário-Geral das NU – Joseph Mutaboba.

O **Plano Prioritário da UNIOGBIS**¹⁹⁶ define como os principais desafios à consolidação da Paz, do Progresso e da Modernização:

- a) Fraquezas na governação democrática, tanto ao nível do governo central, como do governo local;
- b) Instabilidade política persistente;
- c) Necessidade de reformas urgentes no sector de Defesa e Segurança, e da administração pública;
- d) Economia nacional fraca e a estagnação no ritmo de desenvolvimento sócio-económico;
- e) Fraqueza do Estado de Direito e na Administração da Justiça;
- f) Narcotráfico e Crime Organizado (incluindo tráfico de armas e de pessoas)

Consequentemente, estabelece como principais áreas de intervenção:

- a) Reforma da AP;
- b) Consolidação do Estado de Direito e das RSSD;¹⁹⁷
 - 1. Apoio ao Sistema Eleitoral;
 - 2. Apoio ao Sistema Judicial;
 - 3. Desmobilização, Reintegração e Reinserção dos militares e políticas;
 - 4. Combate às armas de pequeno porte e às armas ligeiras;

¹⁹⁵ **Guinea-Bissau: Country Request for Peacebuilding Commission** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/country%20request%20GB.pdf>

¹⁹⁶ **UN Peacebuilding Commission: Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau** - [http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_\(Portuguese_24Jun2008\).pdf](http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_(Portuguese_24Jun2008).pdf) p. 6

¹⁹⁷ A Reforma do Sector de Segurança e Defesa encontra-se subdividida em três áreas: 1) Defesa: programa de reestruturação e redimensionamento do sector de defesa; programa de modernização das forças de defesa; programa de reinserção do pessoal desmobilizado; programa de desenvolvimento das capacidades em consolidar a paz e a segurança; 2) Controlo da segurança e do crime: programa de reestruturação do sector de segurança; programa de modernização das forças de segurança; programa de desenvolvimento de capacidade para controlar o crime organizado; programa de segurança e cidadania; 3) Reforço das Reformas: programa de justiça e segurança; programa de melhoria das condições de vida dos combatentes da liberdade da pátria; programa de consolidação da paz e da reconciliação nacional; e programa de desenvolvimento das capacidades na implementação destas reformas - **Plano Prioritário da UNIOGBIS**, op. cit. p. 7

5. Desminagem;
- c) Promoção da formação técnica profissional e do emprego para jovens;
- d) Apoio aos grupos vulneráveis;
 1. Acesso dos grupos vulneráveis aos serviços sociais;
 2. Desenvolvimento do capital humano no sector da educação;
 3. Reforço da capacidade humana e melhoria do funcionamento dos centros de saúde;

Em Agosto deste ano, foi concordado o prolongamento da missão UNIOGBIS pelos esforços desenvolvidos na estabilização política e económica deste país, pela cooperação do governo nacional e pelo combate ao Crime Organizado. O fundo da PBC disponibilizou mais 16 milhões de dólares para o financiamento da RSS e da AP e para a promoção do diálogo nacional e do emprego, principalmente da população jovem, tendo em vista a contínua consolidação da estabilidade e prosperidade deste país e o desenvolvimento económico. Segundo Joseph Mutaboba este pacote *“representa uma oportunidade importante e um desafio para o país, e ajudará a fazer face aos compromissos que se prendem com a consolidação da paz, em particular a reforma do Sector da Defesa e Segurança, a promoção do diálogo nacional e o emprego dos jovens.”*¹⁹⁸

Para José Maria Neves *“é necessário e inadiável erguer e consolidar Estados que obedeçam às regras do jogo democrático, que promovam o consenso sobre as grandes questões nacionais que respeitem os direitos das minorias, que tenha, a tolerância como princípio norteador.”*¹⁹⁹ Num país dividido pela fragmentação religiosa e étnica, caracterizado por uma constante instabilidade política derivada da rivalidade político-militar, do Patrimonialismo e a conseqüente luta pelo Poder, a promoção de um Estado de Direito, de *good governance* e do respeito pelas práticas democráticas e Direitos Humanos são essenciais para o desenvolvimento e progresso deste país.

6.2 Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado

Relativamente ao **Crime Organizado Transnacional**, o principal instrumento de combate é a **Convenção das NU contra o Crime Organizado** e os seus três Protocolos adicionais, que têm como propósito *“promote cooperation to prevent and combat transnational organized crime more effectively.”*²⁰⁰

A Conferência Mundial Ministerial sobre Crime Organizado em Nápoles em Novembro de 1994 foi muito importante devido ao reconhecimento do potencial deste fenómeno para ameaçar a Segurança, a estabilidade e prosperidade da comunidade internacional. Em Novembro de 2000 a AGCS através da Resolução 55/25 procedeu à adopção da Convenção e de dois Protocolos

¹⁹⁸ Nô Pintcha: Ano XXXV – Nº 2128 – 11.03.2011 – Fundo de Consolidação da Paz da ONU vai disponibilizar cerca de 16 milhões de dólares. p. 4

¹⁹⁹ Neves, José Maria – Fortalecer o Estado Democrático em África in Franco, Manuela (2007) – **Estratégia e Segurança na África Austral**. IV Conferência Internacional. Fundação Luso-Americana & Instituto Português das Relações Internacionais. Lisboa. p. 270

²⁰⁰ UNODC (2000), op. cit. p. 1

adicionais (tráfico humano e migrantes), que na Conferencia em Palermo em Dezembro de 2000 ficou aberta para ratificação. Nesta conferência 123 partes assinaram a Convenção e dos seus dois Protocolos. Esta Convenção entrou em vigor no dia 29 de Setembro de 2003.

A Convenção procura a implementação de uma estrutura normativa internacional, pretendendo alcançar uma harmonia na definição do Crime Organizado e dos crimes perpetuados por estes grupo e, simultaneamente, reforçar a cooperação internacional judicial, da assistência jurídica e da edificação de medidas para uma estreita colaboração entre as organizações e instituições jurídicas e policiais, ao nível nacional e internacional.

Para se tornar num instrumento universal é necessário que todos os países ratifiquem esta Convenção e os seus Protocolos e que reforcem as legislações nacionais no sentido da sua harmonização de forma a eliminar os vazios jurídicos, evitando a sua utilização por parte dos grupos criminosos transnacionais. Através da ratificação desta Convenção, *“the international community demonstrated the political will to answer a global challenge with a global response. If crime crosses borders, so must law enforcement. If the rule of law is undermined not only in one country, but in many, then those who defend it cannot limit themselves to purely national means. If the enemies of progress and human rights seek to exploit the openness and opportunities of globalization for their purposes, then we must exploit those very same factors to defend human rights and defeat the forces of crime, corruption and trafficking in human beings.”*²⁰¹

O sucesso da Convenção depende largamente no número de signatários e dos seus protocolos, da vontade política dos actores internacionais, da capacidade de adopção e implementação de medidas de combate e punição ao Crime Organizado e as suas actividades ilícitas e da harmonia da legislação nacional e internacional. A Guiné-Bissau ratificou esta Convenção e os seus protocolos a 10 de Setembro de 2007, demonstrando a sua intenção séria em combater este grave problema que ameaça a estabilidade e Segurança do seu país.

No que diz respeito aos Protocolos, existem três **Protocolos adicionais**: 1) Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas e em particular de Mulheres e Crianças²⁰²; 2) Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar, Ar²⁰³; 3) Protocolo contra o Fabrico e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, das suas Peças, Componentes e Munições²⁰⁴. De referir neste âmbito, é a

²⁰¹ **A More Secure World: Our Shared Responsibility**, op. cit. p.5

²⁰² Uma das principais contribuições é o facto de definir o crime de tráfico humano num documento universal de forma a incentivar uma convergência de medidas contra o tráfico humano. Este Protocolo foi adoptado pela Resolução A/RES/55/25 de Novembro de 2000, tendo entrado em vigor a 25 de Dezembro de 2003.

²⁰³ A contribuição deste Protocolo é à semelhança do Protocolo anterior fornecer uma definição universalmente reconhecida de *smuggling*. Entrou em vigor em 28 de Janeiro de 2004, através da adopção da AG A/RES/55/25 de Novembro de 2000.

²⁰⁴ É um importante instrumento para o combate e contra a proliferação de armas de pequeno porte adoptado ao nível internacional, tendo em vista prevenir, combater e erradicar a produção ilícita e tráfico de armas e das suas partes, componentes e munição. Após a adopção deste Protocolo pela AG A/RES/55/255 em Maio de 2001, entrou em vigor em Junho de 2005.

Convenção das NU contra a corrupção, enquanto um instrumento internacional de anti-corrupção e como uma resposta mundial ao problema da corrupção que afecta tantos os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento²⁰⁵.

a) Combate do Narcotráfico na Guiné-Bissau

Em relação aos projectos regionais africanos e nacionais de combate ao Crime Organizado Transnacional, principalmente o tráfico de drogas, salientam-se os seguintes projectos:

Quadro Nº 22 – Planos de Combate ao Crime Organizado Transnacional na Guiné-Bissau

Plano Nacional Integrado para a Guiné-Bissau (2007-2013)

É um plano de apoio que se encontra articulado com o Plano de Acção Regional da ECOWAS sobre o narcotráfico na África Ocidental e com a UNODC. Têm como objectivos: apoiar a RSS como instrumento para a consolidação da paz, do desenvolvimento social; combate ao narcotráfico e apoiar a construção de instituições nacionais.

West African Coast Initiative (WACI)

Foi criado em 2008 pelas NU em cooperação com o ECOWAS, UNODC, Departamento das Operações de *Peacekeeping* (DPKO), Departamento de Assuntos Políticos (DPA), Escritório das NU para África Ocidental (UNOWA) e Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) em resposta à crescente ameaça do Crime Organizado à Segurança e estabilidade na África Ocidental. A Guiné-Bissau em 2010 assinou o *Freetown Commitment* – um compromisso para a implementação de medidas de combate ao Crime Organizado e cooperação com os governos nacionais nas áreas de aplicação de lei, controlo de fronteiras, branqueamento de capitais e justiça. Este projecto engloba quatro países: Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Serra Leoa e Libéria.

Unidades Transnacionais de Crime (TCU)

Em integração com o Plano de Acção Regional do ECOWAS e a Declaração Política e o *Freetown Commitment*, estas unidades foram criadas para reforçar a cooperação nacional e internacional e facilitar a partilha de *intelligence* e investigações no combate ao Crime Organizado. As suas principais responsabilidades são: 1) recolher, conferir e analisar informação e difundir informações relacionadas com o Crime Organizado Transnacional e tráfico de droga; 2) desenvolver pró-activamente alvos de investigação baseados na análise de *intelligence*; 3) realizar investigações preliminares ou finais de casos de Crime Organizado Transnacional; 4) actuar como ponto de contacto primário na área do Crime Organizado Transnacional, tráfico de drogas e assuntos transfronteiriços; 5) coordenar

²⁰⁵ Esta Convenção conta actualmente com 140 signatários, tendo esta sido adoptada pela Assembleia-Geral pela Resolução 58/4 de Outubro de 2003. Entrou em vigor em Dezembro de 2005.

investigações transfronteiriças através da INTERPOL e os oficiais de ligação; 6) reforçar as capacidades da polícia nacional e das instituições judiciais; 7) aconselhar outras agências de aplicação da lei em investigações internacionais e branqueamento de capitais.

Plano de Acção para Controlo de Drogas e Prevenção de Crime (2007-2012)

É um plano desenvolvido pela UA e em cooperação com o ECOWAS. O seu principal objectivo é: reverter as dinâmicas do consumo e tráfico de drogas, Crime Organizado, corrupção, Terrorismo e as mudanças socio-económicas e de Segurança Humana subjacentes e alcançar progressos tangíveis no Bem-Estar social dos africanos e das comunidades africanas. Este plano encontra-se baseado em áreas prioritárias: 1) formulação de políticas continentais, regionais e nacionais e coordenação nos domínios de controlo de droga e prevenção de crimes; 2) reforçar a colaboração, responsabilidade partilhada e harmonização das acções direccionadas ao tráfico de droga, Crime Organizado, corrupção, Terrorismo, proliferação de armas de pequeno porte, violência e crimes dentro da comunidade; 3) construção de capacidades para aplicação das leis, justiça, serviços de forense no controlo de droga e prevenção de crimes; 4) integração das preocupações com o controlo de droga e prevenção de crimes nas estratégias nacionais de desenvolvimento e de redução da pobreza; 5) construção de capacidades nacionais e regionais e doutrinação sobre a prevenção e consumo de drogas e sobre SIDA; 6) compreender as dinâmicas de droga e crime para formulação de políticas; 7) promoção de desporto e cultura nos serviços sociais para combate ao tráfico de drogas e crimes.

UNOWA

Foi criado em Janeiro de 2002 pelas NU para uma colaboração mais estreita entre as NU e os países da África Ocidental e para uma maior harmonização das políticas e actividades da UN nesta região, como são as missões de *peacebuilding* e *peacekeeping* de forma a contribuir para a consolidação da paz e Segurança nesta região (Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Libéria e Serra Leoa). As suas principais funções são: 1) monitorização dos desenvolvimentos políticos na África Ocidental, agir como bons oficiais e em nome do SG e reforçar as capacidades sub-regionais para a prevenção e mediação de Conflito nesta região; 2) melhorar as capacidades sub-regionais para responder a ameaças transfronteiriças à paz e Segurança, principalmente em assuntos relacionados com a instabilidade no período de eleições, a RSS, Crime Organizado Transnacional, tráficos ilícitos e Terrorismo; 3) promover práticas de *good governance* e respeito pelo Estado de Direito e Direitos Humanos e a importância do género na prevenção e gestão de Conflitos; 4) facilitar a implementação do Tribunal Internacional Penal sobre a disputa territorial e marítima entre Camarões e Nigéria.

Grupo Inter-Governamental de Acção Contra o Branqueamento de Capitais (GIABA)

A Guiné-Bissau pertence a este grupo que tem como objectivo a protecção das economias e dos sistemas financeiros da África Ocidental contra o branqueamento de capitais e o financiamento de grupos terroristas. A criminalização do branqueamento de capitais foi instituída em Bissau em Julho de 2004.

Plano Operacional de Combate e Prevenção ao Tráfico de Droga de e para a Guiné-Bissau

- Foi desenvolvido pela UNODC em coordenação com o Plano Nacional Integrado com o objectivo de apoiar os esforços do governo nacional na RSS tendo em vista consolidar o processo de paz e o desenvolvimento sócio-económico da Guiné-Bissau e o combate ao narcotráfico e Crime Organizado, no período de 2008-2013.

Plano de Acção Regional do ECOWAS e da UA para Endereçar o Crescente Problema do Tráfico Ilícito de Droga, Crime Organizado e Consumo de Droga na África Ocidental

É um plano apoiado pela UNODC e UNOWA para o período de 2008-2011 que tem como objectivos: 1) a mobilizar a liderança política do ECOWAS e o estabelecimento de um orçamento para prevenção e combate ao tráfico e consumo de drogas e ao Crime Organizado; 2) aplicação efectiva das leis e cooperação nacional e regional contra o narcotráfico e Crime Organizado; 3) enquadramento legal apropriado para a uma efectiva administração do sistema judicial; 4) lidar com a crescente ameaça protagonizado pelo consumo de drogas e dos problemas de saúde e de Segurança relacionados; 5) análise de dados para avaliar a magnitude do tráfico e consumo de droga.

UNIOGBIS

Encontra-se representado por um Representante Especial do SG das NU com a função de apoiar a Reforma do Sector de Justiça, tendo em vista melhorar a planificação e funcionamento da Justiça neste país, de forma a contribuir para o desenvolvimento social e participação da sociedade civil. Os seus objectivos são: 1) assistir a PBC na Guiné-Bissau; 2) reforçar as capacidades das instituições nacionais de forma a manter a ordem constitucional e o respeito pelo Estado de Direito; 3) apoiar as autoridades nacionais na aplicação da lei e dos sistemas de justiça criminais efectivos e eficientes; 4) apoiar o diálogo político e a reconciliação nacional no processo de consolidação da paz; 5) fornecer apoio estratégico e técnico e assistir no desenvolvimento e coordenação da implementação da RSS; 6) assistir as autoridades nacionais no combate ao tráfico humano, (principalmente de crianças), narcotráfico e Crime Organizado; 7) protecção e monitorização de actividades de promoção dos Direitos Humanos e respeito pelo Estado

de Direito; 8) fomento do pensamento sobre o papel do género no processo de *peacebuilding*; 9) facilitar os esforços nacionais para combater a proliferação de armas de pequeno porte; 10) fomentar a cooperação com a UA, ECOWAS, CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), UE e outros parceiros na contribuição do processo de paz e estabilização na Guiné-Bissau; 11) assistir na mobilização da assistência internacional.

Fonte: Elaboração da Autora.

Existem algumas rivalidades entre as diversas organizações e os seus planos de combate ao narcotráfico, que por vezes se encontram sobrepostos, onde existe uma duplicação de esforços, definição pouco clara das responsabilidades e funções, o que resulta numa descoordenação de esforços e de políticas e até alguma frustração. Por esta razão é preciso pôr de lado estas rivalidades e mal-entendidos, lembrando que o Crime Organizado é uma ameaça transnacional, o que significa que nenhum país sozinho é capaz de combater e erradicar eficazmente esta ameaça, por isso toda a assistência e vontade de cooperação é uma mais-valia para este pequeno país da África Ocidental, que precisa de toda a ajuda dispensada pela comunidade internacional e pelas organizações internacionais e regionais. A Guiné-Bissau não pode ser abandonada ao narcotráfico, por mais difícil que esta batalha seja.

7.3 Relações África-UE

Tendo em consideração a importância crescente do espaço africano e os seus laços históricos, culturais e geográficos com este continente, e tendo em consideração os múltiplos desenvolvimentos que ocorreram depois da 1ª Cimeira África-UE no Cairo em 2000 e da Estratégia da UE para África²⁰⁶ (2005), a UE decidiu reforçar a sua cooperação através da adopção de uma nova e sólida parceria estratégica em áreas prioritárias, baseadas em valores e princípios comuns e no diálogo político.

a)Estratégia Conjunta África-EU

Em Lisboa, na 2ª Cimeira África-UE em 2007 foi adoptada a **Estratégia Conjunta África-UE**, enquanto uma parceria estratégica baseada em interesses e objectivos comuns que constitui simultaneamente, um novo enquadramento para as relações África-UE, num diálogo e cooperação mais estreitos. Os seus **principais objectivos** são.²⁰⁷

- Reforçar e dignificar a parceira política África-UE: reforçar os laços institucionais e o diálogo político, bem como dar uma resposta a desafios e interesses comuns, como paz, Segurança, migrações e desenvolvimento e a degradação ambiental;
- Promover a paz, a Segurança, a governação democrática, os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, igualdade entre género, desenvolvimento económico sustentável (e

²⁰⁶ Esta Estratégia nasce de uma dupla condicionalidade: por um lado colocar na agenda internacional África, enquanto um continente que precisa de ser auxiliado no seu desenvolvimento e progresso para a consolidação da paz e da democracia e do desenvolvimento sustentável, e por outro lado, auxiliar os africanos a cumprirem os ODM até 2015.

²⁰⁷ **UE - Estratégia Conjunta UE-África** - <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/registo/000039706/documento/0001/> p. 2-3

industrialização) e a integração regional em África tendo em vista garantir o cumprimento dos ODM;

- Dar resposta aos desafios mundiais e às preocupações comuns: como são os Direitos Humanos (direito das crianças e igualdade entre género), comércio, migrações, pandemias infecciosas (SIDA), malária, tuberculose, entre outras), alterações climáticas, sustentabilidade energética, Terrorismo, proliferação de ADM, tráfico de armas e sociedade do conhecimento, e a promoção do multilateralismo efectivos como resposta aos desafios mundiais;
- Facilitar e incentivar uma parceria centrada nas pessoas: mobilização, e participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento, de democratização, de prevenção e resolução dos Conflitos, entre outras áreas;

Esta Estratégia Conjunta define **oito áreas estratégicas**: (ver Anexo IV)

1. Paz e Segurança;
2. Governação Democrática e Direitos Humanos;
3. Comércio, Integração Regional e Infra-Estruturas;
4. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
5. Energia;
6. Alterações Climáticas;
7. Migração, Mobilidade e Emprego;
8. Ciência, Sociedade da Informação e Espaço;

Neste sentido, a Estratégia Conjunta África-UE e a Declaração Política de Lisboa tem como objectivo delinear o enquadramento da relação e da cooperação mais estreita entre África e a UE. Progressivamente vão ser adoptados Planos de Acção²⁰⁸ de curto prazo para uma avaliação e reestruturação da Estratégia. O que se pretende é ajudar o continente africano e auxiliar no seu caminho para o processo de consolidação da paz, da Democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável.

A **3ª Cimeira África-UE** teve lugar Trípoli (Líbia) nos dias 29-30 de Outubro de 2010 que teve como principais pontos de discussão: uma maior cooperação económica e integração regional nos domínios da ciência e da sociedade de informação para criar uma economia global mais competitiva, fomentação do sector privado e a renovação dos compromissos para atingir um maior desenvolvimento económico, paz, Segurança e os OMD. Nesta Cimeira foi adoptado o Segundo Plano de Acção da Estratégia Conjunta África-UE para o período de 2011-2013.

b) A UE e as Organizações Africanas

No âmbito de cooperação entre a UE e África, importa mencionar o total apoio desta instituição a duas grandes organizações regionais: a UA e a Nova Parceria para o Desenvolvimento em África (NEPAD).

²⁰⁸ O Primeiro Plano teve a duração de 2anos entre 2008-2010. O Segundo Plano de Acção foi adoptado na 3ª Cimeira África-UE em Trípoli (29/30.11.2010), com a duração de 2011-2013.

A organização regional mais preponderante em África é a **União Africana**, que faz o enquadramento da cooperação e integração política e económica dos países africanos, tendo em vista – *“an integrated, prosperous and peaceful Africa, driven by its own citizens and representing a dynamic force in global arena.”*²⁰⁹ A sua antecessora é a Organização da Unidade Africana criada em 1963. O seu principal órgão para a promoção da paz e Segurança é o Conselho de Paz e Segurança, que funciona como um mecanismo de Segurança e de alerta precoce com o intuito de facilitar uma reacção rápida e eficaz a situações de crises e de Conflitos armados no seu continente. Os seus objectivos de acordo com o Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da UA e de uma forma generalizada são a promoção da paz, Segurança e estabilidade em África, tal como a prevenção e resolução de Conflitos. A UA é o principal intermediário de cooperação entre África e a UE, principalmente para a Estratégia Conjunta.

Relativamente à **NEPAD**, é um programa estratégico da UA criado em 2001, com o objectivo de fomentar o crescimento, o desenvolvimento e a participação dos países africanos na economia global e como um instrumento de resposta aos desafios que este continente enfrenta – pobreza, sub-desenvolvimento e marginalização internacional. O NEPAD tem diversos projectos nas seguintes áreas: a) agricultura e Segurança alimentar; b) alterações climáticas e gestão de recursos naturais; 3) integração regional e infra-estruturas; 4) desenvolvimento humano; 5) governança económica e cooperativa; 6) assuntos transversais (papel do género, desenvolvimento de capacidades e Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC).

Neste âmbito importa ainda mencionar o **Acordo de Cotonou**. Este foi assinado em 23 de Junho de 2000 tendo uma duração de 30 anos entre a UE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), tendo como principais objectivos a redução/erradicação da pobreza e a crescente integração dos países ACP na economia mundial de forma a acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural destes países, contribuir para a paz e Segurança mundiais e promover um ambiente político democrático e estável. Este Acordo encontra-se baseado em cinco premissas:

- a) O reforço da dimensão política das relações entre os países da ACP e da UE;
- b) A promoção de abordagens participativas, a abertura à sociedade civil, ao sector privado e aos outros intervenientes não estatais;
- c) As estratégias de desenvolvimento e o objectivo de redução da pobreza;
- d) O estabelecimento de um novo quadro de cooperação económica e comercial;
- e) A reforma da cooperação financeira;

c) Missão da UE: EU-SSR-GB

A RSS é uma estratégia utilizada pela UE para o fortalecimento dos Estados através da construção e reestruturação das principais estruturas essenciais para o processo de consolidação da paz, da estabilidade e do desenvolvimento. Segundo a UE, a **RSS** é *“a reform process applied in countries whose development is hampered by structural weakness in their security and justice sectors*

²⁰⁹ **African Union Vision & Mission** - <http://www.au.int/en/about/nutshell>

*and often exacerbated by a lack of democratic oversight. SSR encompasses a broad variety of assistance programmes, such as; the development of norms of “good practice” in the security sector; the control, collection and destruction of small arms; enhancing civil control over the military; and community-based policing and justice reform.”*²¹⁰

A Guiné-Bissau redigiu juntamente com o governo guineense a Estratégia Nacional de Segurança em Outubro de 2006, tendo como principais objectivos: a) o redimensionamento das forças de defesa e Segurança; b) a modernização das forças de defesa e Segurança; c) a clarificação da situação dos Combatentes da Liberdade da Pátria (CLP) e o restabelecimento da sua dignidade; d) o reforço das capacidades de participação na manutenção da paz e Segurança sub-regionais; e) a reforma da justiça; f) mobilização de recursos.²¹¹ Para a implementação da RSS foram criados três organismos: o comité interministerial, o comité de pilotagem e o comité técnico de coordenação.

Com efeito, e de forma a auxiliar os guineenses na sua demanda, a UE lançou no dia 12 de Fevereiro de 2008 a missão de RSS na Guiné-Bissau – **EU SSR GB** - em colaboração com as entidades guineenses, sob a égide da Política Europeia de Segurança Comum (PESC), com o objectivo de prestar auxílio e assistência na RSS daquele país com especial ênfase nos sectores de defesa, polícia e justiça, de forma a criar as condições necessárias para o estabelecimento da Estratégia Nacional da RSS.

Portanto, esta Missão tem a finalidade de fornecer apoio, aconselhar as autoridades locais e o desenvolvimento de planos de implementação (preparação de leis e documentos organizacionais em três áreas – militar, polícia e prossecução), de forma a operacionalizar a Estratégia Nacional de RSS redigida pela Guiné-Bissau, bem como o desenvolvimento e articulação das capacidades necessárias para a operacionalização como o treino, equipamento e mobilização dos actores bilaterais e internacionais

Em última instância, a RSS deverá conduzir à estabilidade institucional e política do país, conduzindo a um crescente desenvolvimento económico e social e um verdadeiro Estado independente, soberano e democrático. Esta missão encontra-se em linha com a Parceira Estratégica África-UE de 2007, no âmbito de Segurança e defesa, sendo essencial nos processos de prevenção de Conflitos, democratização e desenvolvimento económico.



Figure 22 - EU SSR GB 2008.

Fonte: EU Guinea-Bissau Factsheet

²¹⁰ European Security Review (2006) – **Developing an EU Strategy for Security Sector Reform**. ISIS Europe – Nº 28. Bruxelas. p. 7

²¹¹ Gomes, Garrido (2009) – Da Teoria à Prática: Desafios da Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau. Pela Lei e pela Grei – GNR. Ano XXI – Nº 84. Lisboa. p. 25-26

Não se pode dizer que esta missão foi bem-sucedida uma vez que os principais objectivos não foram atingidos na sua totalidade e por influência de diversos condicionantes: a) fragilidade do próprio Estado e da economia; b) instabilidade derivada da rivalidade político-militar; c) influência dos grupos de narcotráfico; d) insuficiente capacidade técnica, de administração e de gestão dos quadros políticos, económicos e sociais; e) insuficientes infra-estruturas e recursos económicos e materiais (meios informáticos, energia). Apesar de alguns sucessos como uma boa coordenação e cooperação com as entidades locais, a revisão e redacção de planos organizacionais das Forças Armadas e das forças de segurança, a definição de futuras estruturas de enquadramento, a identificação de equipamentos necessários, e a revisão de diversas leis e procedimentos.

A instabilidade político-militar, a falta de respeito pelo Estado de Direitos e pelos Direitos Humanos, e a intervenção militar de 1 de Abril de 2010 levou à inesperada cessação desta missão, pondo em causa um reforço desta missão neste país. Estava prevista terminar no dia 30 de Setembro de 2010.

Importa ainda mencionar neste seguimento a **MISSANG** – Missão de Segurança Angolana na Guiné-Bissau – que foi implementada em Março de 2011 enquanto uma missão de ajuda técnica e militar na RRSD da Guiné-Bissau, com cerca de 120 efectivos militares e policiais angolanos com um montante de 30 milhões de dólares (23 milhões para o sector da defesa e 7 milhões para o sector da Segurança).²¹²

A etapa mais complicada deste processo é a desmobilização e passagem à reforma de um número elevado de efectivos das Forças Armadas, etapa que já na EU SSR GB houve demonstrações de resistência e de falta de colaboração dos militares, principalmente chefes, comandantes e oficiais.

O resultado esperado desta missão é, efectivamente, a RSSD da Guiné-Bissau, tendo em vista alcançar uma verdadeira e prolongada estabilidade política, desenvolvimento sócio-económico, a reconciliação nacional e a consolidação do processo de democratização e de Estado de Direito.

Os principais pilares de qualquer sociedade são a Segurança, o Bem-Estar social e a justiça, enquanto a Guiné-Bissau não for capaz de assegurar a segurança dos seus cidadãos, evitando Conflitos e amenizar as tensões étnicas e sociais, não irá conseguir assegurar o acesso aos serviços básicos do Estado e um sistema de justiça imparcial e eficiente com a punição de infractores, não irá conseguir erguer-se com um verdadeiro Estado de Direito, com estruturas estatais fortes, desenvolvimento sustentável, respeito pelos princípios democráticos e Direitos Humanos. Em suma, o futuro da Guiné-Bissau depende largamente da vontade das entidades governamentais, militares e da sociedade civil.

²¹²

Angola na Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau (Lusomonitor) - <http://www.lusomonitor.net/?p=121>

8. Considerações Finais

A Nova Ordem Mundial que nasceu não é a que a comunidade internacional esperava: uma Nova Ordem de paz e Segurança, de prosperidade política e económica, e garante dos princípios democráticos, de desenvolvimento sustentável e dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. Esta **Nova Ordem Mundial** é, antes, caracterizada pelo novo paradigma da Segurança e Defesa, na medida em que a ameaça militar protagonizada pela URSS desapareceu, dando lugar às novas ameaças transnacionais, e consequentemente pela emergência de um novo conceito de Segurança, centrado no Homem, a Segurança Humana. Paralelamente emergiram novos actores internacionais não convencionais como os grupos terroristas e os grupos criminosos organizados que são uma das dinâmicas mais preocupantes, pelas suas motivações político-ideológicas e motivações económicas respectivamente.

Associados aos novos actores internacionais verifica-se a emergência de uma das principais e mais desafiantes características que compõem esta Nova Ordem Mundial: as **novas ameaças transnacionais**. Segundo a EES as principais ameaças transnacionais são o Terrorismo, a Proliferação de ADM, os Conflitos Regionais, o Estado Falhado e o Crime Organizado. Pode-se afirmar que estas ameaças simbolizam a alteração do paradigma de Segurança e Defesa, que se encontra em constante adaptação às dinâmicas da Segurança, que sofreram uma maior intensificação da sua capacidade de ameaça devido à Globalização e à Revolução Tecnológica.

Esta dissertação procedeu à análise de duas ameaças transnacionais consagradas na EES: os Estados Falhados e o Crime Organizado. O **Estado Falhado** emergiu como uma grave ameaça transnacional quando as preocupações decorrentes deste fenómeno ultrapassaram o seu enfoque de intervenção humanitária para um enfoque estratégico em duas vertentes: a instabilidade regional decorrente deste fenómeno que têm consequências nas regiões periféricas e a possibilidade do uso destes Estados por actores internacionais não convencionais, como grupos terroristas ou criminosos.

O que importa reter é que os Estados Falhados requerem a atenção internacional porque necessitam da sua ajuda para poderem reconstruir e adaptar as suas estruturas estatais, económicas e sociais ao contexto em que cada país se encontra inserido. É também preciso uma grande vontade e empenho dos detentores do Poder político e económico e a implementação das respectivas reformas para evitar o *State failure*, porque apesar de, por vezes, ser algo inevitável para muitos Estados, o *State failure* não é uma via de sentido único.

A outra ameaça transnacional analisada nesta dissertação é o **Crime Organizado**, incluindo a sua vertente transnacional, que emergiu como uma das grandes ameaças nesta Nova Ordem Mundial. Este fenómeno representa uma grande ameaça através da erosão dos órgãos de soberania e de Segurança, pela sua capacidade de penetrar nas instituições políticas, económicas, sociais e jurídicas, ou seja, afectam praticamente todos os domínios do Estado e da sociedade civil,

conduzindo à mitigação do Estado de Direito e da ordem política interna, enquanto uma directa ameaça à Segurança e estabilidade do mundo, sendo este fenómeno transversal a todos os Estados.

Para poder responder aos objectivos do estudo e de forma a verificar se a **Guiné-Bissau** personifica um caso de Estado Falhado foi analisada a história e a realidade política, económica e social deste país, enquanto o objecto de estudo. Como se pode apurar, este país desde da sua independência é marcado por uma constante instabilidade entre a elite política e militar resultado da falta de diálogo e da resolução das questões políticas, económicas e militares por via pacífica, culminando na realização de Golpes de Estado e, simultaneamente é caracterizado por um desrespeito pelas práticas democráticas e pelos Direitos Humanos e por um nível crescente de criminalidade e violência e uma grande fragilidade económica.

Todas as dinâmicas e factores históricos, políticos, económicas e sociais edificados ao longo desta dissertação marcaram o processo de consolidação do Estado permitindo chegar à conclusão de que apesar da Guiné-Bissau apresentar causas, características e factores estruturantes do fenómeno de Estado Falhado, este país não edifica por completo um exemplo deste fenómeno. Para ser um verdadeiro Estado Falhado, este país teria que falhar nas quatro principais funções do Estado: Segurança, Legitimidade Política, Oportunidades Económicas e Bem-Estar Social, e este não é o caso da Guiné-Bissau.

Neste sentido, se a Guiné-Bissau é considerada pela comunidade internacional como um Estado Falhado, então a comunidade internacional também deveria reconhecer a Rússia como um Estado Falhado por não exercer o controlo completo sobre o seu território, a China que possui uma região separatista Taiwan e possui um grave problema de Direitos Humanos ou a Geórgia que foi alvo de uma invasão externa pela Rússia em 2008 e até a Grécia dados os últimos acontecimentos: alvo de interferência externa - FMI – e grande clima de insegurança, desordem e desobediência. Portanto se a comunidade internacional não considera estes Estados como sendo Estados Falhados, também não deveria considerar a Guiné-Bissau um Estado Falhado.

Face à análise realizada procedeu-se, então, à resposta da pergunta de partida: **“existirá uma correlação entre o fenómeno de Estado Falhado e a fixação de actividades ligadas ao Crime Organizado Transnacional?”** Sim, pode-se afirmar que existe uma correlação positiva entre a existência de Estados Falhados e a utilização destes por grupos criminosos para conduzir as suas actividades ilícitas. Esta correlação ocorre porque nestes Estados, na sua maioria, existe um vazio de Poder e de um governo legítimo, caracterizado pelo controlo parcial do território, pela incapacidade de imposição da ordem interna e de um Estado de Direito; e este vazio é aproveitado pelo grupos criminosos organizados para estabelecer bases de operações das actividades (comunicação, transporte, planeamento e armazenamento) e simultaneamente é um espaço onde existe um menor interferência do Estado e da sociedade civil e que permite fugir ao controlo das autoridades e jurisdições internacionais.

Esta correlação entre Estado Falhado e Crime Organizado foi verificada de forma positiva na Guiné-Bissau, tendo sido este país considerado como primeiro **Narco-Estado** africano pela UNODC. Este país apresenta características atractivas para os grupos criminosos como: a posição geográfica, ser um Estado frágil, controlo parcial do território, um fraco sistema judicial, e por possuir elementos de criminalidade no Estado e de Estado Criminoso resultado da complacência do Estado com o Crime Organizado.

Tendo em consideração as particularidades das novas ameaças transnacionais e do novo conceito de Segurança, as respostas a estes desafios securitários que a Humanidade enfrenta têm que ser delineados numa cooperação mundial entre os Estados da cena internacional. Apesar destas ameaças terem um impacto local ou regional, a sua solução deverá ser ao nível mundial, porque um Estado sozinho não tem capacidade suficiente para fazer face a estas complexas ameaças.

Depreende-se, desta forma, que as duas ameaças transnacionais abordadas nesta dissertação deverão ser prevenidas e combatidas ao nível regional e internacional, numa cooperação e integração permanentes, devendo ser orientadas no sentido de resolver os principais problemas que emanam do Estado Falhado, como o desrespeito pelas práticas democráticas e pelos Direitos Humanos, êxodo de refugiados, crises humanitárias e instabilidade regional, e as consequências das actividades dos grupos criminosos organizados, que mitigam os esforços das reformas políticas, económicas e sociais, incluindo a RSS, conduzidas pelo Estado.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, neste país não se pode dizer que ocorreu uma transição democrática, uma vez que ainda decorre o processo de consolidação das estruturas do Estado e a edificação de um Estado de Direito. Apesar da existência de eleições, de participação política e do respeito pela alternância entre os Poderes políticos, desde do período de abertura democrática, a verdade é que até hoje ainda não existiu um mandato onde não houvesse um Golpe de Estado, uma intervenção militar ou assassinato de um detentor do Poder.

Contudo, actualmente este país caminha no sentido de uma estabilidade político-militar devido principalmente a um maior diálogo entre os detentores de Poder político e as principais chefias militares, por um maior conhecimento e respeito pelas práticas democráticas que permitem avançar no processo de construção de um verdadeiro Estado de Direito e, paralelamente, no processo de reconciliação nacional.

Nos últimos anos registou-se um ligeiro aumento do crescimento económico, edificação de projectos de modernização e de industrialização e a continuação de investimento em cooperações bilaterais e multilaterais em projectos sociais. Todavia, continuam a persistir ameaças internas como o aumento da criminalidade e o controlo parcial do território, como também, uma limitada capacidade do Estado em fornecer os bens e serviços básicos à sua população e o desrespeito pelos Direitos Humanos.

Este país juntamente com a comunidade internacional têm trabalhado em conjunto para combater as duas grandes ameaças que assolam este país: a fraqueza das suas estruturas estatais, económicas e sociais e o Crime Organizado que transformou este país num entreposto transnacional estratégico. Para que este combate seja mais eficaz é preciso um maior empenho do governo guineense para pôr em marcha as reformas da AP e da RSS, eliminando os obstáculos internos como a falta de vontade e de empenho das entidades nacionais, insuficientes recursos económicos e humanos e eliminar as razões que tornam este país num entreposto transnacional para o narcotráfico como o fortalecimento do Estado, a pobreza, controlo efectivo do território nacional e condenação dos infractores (incluindo os narcotraficantes) e criminalizar a cumplicidade com o narcotráfico, quer seja por actos de corrupção, quer por envolvimento directo nesta actividade.

Face ao exposto desta dissertação, impõe-se à comunidade internacional a missão de fazer frente, de forma enérgica e eficaz, à criminalidade organizada transnacional e ao fortalecimento dos Estados considerados como fracos ou em vias de falhar, sendo o objectivo primordial a contribuição para um mundo seguro para todos nós.

Bibliografia

Obras de Referência

- ❖ Allum, Felia; Siebert, Renate (2003) – ***Organized Crime and the Challenge to Democracy***. Routledge. Nova Iorque.
- ❖ Anes, José Manuel (2010) – ***Organizações Criminosas: Uma Introdução ao Crime Organizado***. Universidade Lusíada Editora. Lisboa.
- ❖ Barrinhas, André (2008) - ***Towards a Global Dimension: EU's Conflict Management in the Neighborhood and Beyond***. Fundação Friedrich Ebert. Lisboa.
- ❖ Bayart, Jean-François; Ellis, Stephen; Hibou, Béatrice (1999) – ***The Criminalization of the State in Africa***. African Studies. EUA.
- ❖ Bobbio, Norberto; Matteucci, Pasquino, Gianfranco (2004) – ***Dicionário de Política***. 12ª Edição. Volumes 1 e 2. Brasília.
- ❖ Boniface, Pascal (2003) – ***Guerras do Amanha***. Editorial Inquérito. Mem Martins.
- ❖ Caetano, Marcello (1959) – ***Curso de Ciência Política e Direito Constitucional***. Volume I e II. Coimbra Editora Limitada. 3ª Edição. Coimbra.
- ❖ Cooper, Robert (2003) - ***The Breaking of Nations: Order and Chaos in the Twenty-Century***. Atlantic Books. Londres.
- ❖ Couto, Abel Cabral (1986) - ***Elementos de Estratégia***. Volume I e II. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- ❖ Cuadernos de Estrategia (2003) - ***Nuevos Riesgos de la Sociedad del Futuro***. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Nº 120. Madrid.
- ❖ Ebo, Isabel Jesus (2008) – ***A Geopolítica da Droga***. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Edwards, Adam; Gill, Peter (2003) – ***Transnational Organised Crime: Perspectives on Global Security***. Routledge. Londres.
- ❖ Enciclopédia Verbo (1999) – ***Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura: Século XXI***. Editorial Verbo – Departamento de Enciclopédias e Dicionários. Volumes 8 e 28. Lisboa & São Paulo.
- ❖ Faria, Fernanda; Ferreira, Patrícia Magalhães (2007) - ***Situações de Fragilidade: Desafios a uma Estratégia de Resposta Europeia***. Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Lisboa.
- ❖ Forrest, Joshua B. (2003) – ***Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau***. Ohio University Press. EUA.
- ❖ Franco, Manuela (2007) – ***Estratégia e Segurança na África Austral***. IV Conferência Internacional. Fundação Luso-Americana & Instituto Português das Relações Internacionais. Lisboa.
- ❖ Fukuyama, Francis (2004) - ***State-Building: Governance and World Order in the 21st Century***. Cornell University Press. Nova Iorque.
- ❖ Galli, Rosemary E.; Jones, Jocelyn (1987) – ***Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society***. Frances Pinter (Publishers). Londres.

- ❖ Griffiths, Martin; O'Callaghan, Terry (2002) – *International Relations: The Key Concepts*. Routledge. Londres.
- ❖ Hodges, Tony (1999) – *Guinea-Bissau*. World Encyclopedia of Political Systems and Parties: Facts on the File Library of World History. Vol II. 3ª Edição. Facts on File, Inc. Nova Iorque.
- ❖ Holmes, Leslie (2007) – *Terrorism, Organised Crime and Corruption: Networks and Linkages*. Edward Elgar Publishing Limited. Reino Unido.
- ❖ Hough, Peter (2008) – *Understanding Global Security*. Routledge. 2ª Edição. Nova Iorque.
- ❖ Jackson, Robert (1990) - *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge Press. Newcastle.
- ❖ Kaplan, Seth (2008) - *Fixing Fragile States: A New Paradigm for Development*. Praeger Security International. Londres.
- ❖ Lopes, Carlos (1982) – *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Biblioteca de Estudos Africanos – Nº 8. Edições 70. Lisboa.
- ❖ Ministério da Defesa Nacional – Direcção Geral de Política de Defesa Nacional (2004) - *A Evolução da PESP no âmbito da Convenção Europeia e da Conferência Intergovernamental: A Capacidade de Afirmação da União Europeia no Actual e Futuro Contexto Estratégico*. Súmula. Nº 83. Lisboa.
- ❖ Monteiro, Ramiro (2001) – *A África na Política de Cooperação Europeia*. 2ª Edição. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Nóbrega, Álvaro (2003) – *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Nóbrega, Álvaro (2008) – *A Africanização da Democracia na Guiné-Bissau*. Tese de Doutoramento. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Nye (Jr.), Joseph S. (2002) - *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*. (Tradução de Tiago Araújo). Trajectos – Gradiva. Lisboa.
- ❖ Nzongola-Ntalaja, Georges (1993) – *Nation-Building and State Building in Africa*. Sapes Books. Zimbabué.
- ❖ Pélissier, René (2004) – *Guinea-Bissau. Africa South of the Sahara – Surveys of the World*. Europa Publications – Taylor & Francis Group. Londres.
- ❖ Pinto, José Filipe (2005) – *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático. Lisboa.
- ❖ Reis, Felipa Lopes (2010) – *Como fazer uma Dissertação de Mestrado*. PACTOR. Lisboa.
- ❖ Rotberg, Robert (2003) - *Nation-State Failure: A Recurring Phenomenon?* National Intelligence Council. EUA.
- ❖ Rotberg, Robert (2004) - *When States Fail: Causes and Consequences*. Princeton University Press. New Jersey.
- ❖ Santos, Victor Marques (2009) - *Teoria das Relações Internacionais: Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Smith, Michael E. (2004) - *Europe's Foreign and Security Policy – The Institutionalization of Cooperation*. Cambridge University Press. EUA.

- ❖ Starr, Harvey (2009) - *Dealing with Failed States: Crossing Analytic Boundaries*. Routledge. Nova Iorque.
- ❖ Stiglitz, Joseph (2002) - *Globalization and its Discontents*. Penguin Books. EUA.
- ❖ Zeverino, Guilherme Jorge (2005) – *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau* (1998-1999). IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). Lisboa

Artigos de Referência

- ❖ African Development Bank Group (2010) – **Republic of Guinea-Bissau**. Regional Department. Tunísia.
- ❖ African Economic Outlook (2010) – **Guinea-Bissau**. African Economic Outlook. França.
- ❖ Andrés, Amado Philip (2008a) – **Organised Crime, Drug Trafficking, Terrorism: The New Achilles's Heel of West Africa**. FRIDE. Madrid.
- ❖ Andrés, Amado Philip (2008b) – **West Africa Under Attack: Drugs, Organized Crime and Terrorism as the New Threats to Global Security**. UNISCI Discussion Papers – Nº 16. Madrid.
- ❖ Arístegui, Gustavo (1998) - **El Delito Transnacional**. Política Exterior. Vol. 12 – Nº 66. Madrid.
- ❖ Baker, Pauline H. (2007) - **Fixing Failing States: The New Security Agenda**. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. EUA.
- ❖ Barrios, Cristina (2010) – **EU Cooperation with the African Union: Problems and Potential**. FRIDE – Policy Brief. Nº 51. Madrid.
- ❖ Bastick, Megan; Grimm, Karin (2007) – **Security Sector Responses to Trafficking in Human Beings**. Center for Security, Development and the Rule of Law - Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Policy Paper Nº 21. Genebra.
- ❖ Bernardino, Luís Manuel (2007) – **Uma Reflexão sobre a Problemática da Segurança em África**. Jornal do Exército. Ano 48 – Nº 567. Lisboa.
- ❖ Biscop, Sven (2004) - **The European Security Strategy – Implementing a Distinctive Approach to Security**. Royal Institute for International Relations. Bruxelas.
- ❖ Borges, João Vieira (2005) - **O Domínio das Ameaças Globais**. Newsletter do Instituto de Defesa Nacional – Nº 5. Lisboa.
- ❖ Borges, João Vieira (2006) – **Terrorismo: Razões da Ausência de um Conceito Comum**. Newsletter do Instituto de Defesa Nacional – Nº11. Lisboa.
- ❖ Bybee, Ashley-Louise (2009) – **The Narco-Curse in West Africa**. George Mason University. EUA.
- ❖ Cajarabille, Vitor Lopo (2009) - **Apontamentos das Aulas de Novas Ameaças**. UTL-ISCSP. Lisboa.
- ❖ Cardoso, Fernando Jorge (2003/2004) – **Tendências Globais: África Subsaariana**. O Mundo em Português. Vol. 5 – Nº 51/52. Lisboa.
- ❖ Carrapiço, Helena (2005) – **O Crime Organizado e as Novas Tecnologias: Uma Face de Dois Gumes**. Nação e Defesa Nº 111. Lisboa.
- ❖ Carrapiço, Helena (2006) – **O Crime Organizado Transnacional na Europa – Origens, Práticas e Consequências**. Cadernos do IDN – Nº 1. IDN. Lisboa.
- ❖ Carrilho, J. Margalho (2003) – **Narcotráfico e Terrorismo: A Destruição Maciça Já Começou!** Anais do Clube Militar Naval. Vol. 133. Lisboa.

- ❖ Castle, Allan (1997) – *Transnational Organized Crime and International Security. Institute of International Relations*. Nº 19. Colombia Británica.
- ❖ Center for the Study of Democracy (2010) – *Organised Crime and Corruption: National Profiles and Policies of the UE Member-States*. Nº 26. Sofia.
- ❖ Cockayne, James (2007) – *Transnational Organized Crime: Multilateral Responses to a Rising Threat*. International Peace Institute – Working Papers Series. Nova Iorque.
- ❖ Cockayne, James; Pfister, Daniel (2008) – *Peace Operations and Organised Crime*. International Peace Institute - Geneva Papers. Nº 2. Genebra.
- ❖ Commission on Narcotic Drugs 5th Session (2009) – *Organized Crime and Its Threat to Security: Tackling a Disturbing Consequence of Drug Control*. UNODC. Viena.
- ❖ Cosidó, Ignacio (2010) – *Crimen Organizado: La Amenaza Invisible*. Papeles Faes. Nº 132. Madrid.
- ❖ Costa, Francisco Seixas (2005) - *As Novas Ameaças à Segurança*. Revista Militar. Nº 6-7. Lisboa.
- ❖ Crocker, Chester A. (2003) - *Engaging Failing States*. Foreign Affairs. Volume 82 – Nº 5. Nova Iorque.
- ❖ Defence Academy Yearbook 2009 (2009) – *A Selection of Commended Essays*. Defence Academy of the United Kingdom. Londres.
- ❖ Dempsey, Thomas (2006) – *Counterterrorism in African Failed States: Challenges and Potential Solutions*. Strategic Studies Institute. Pensilvânia.
- ❖ Dobbins, James (2008) – *Europe's Role in Nation Building*. Survival. Vol. 50 – Nº 3. Londres.
- ❖ Dordevic, Sasa (2009) – *Understanding Transnational Organized Crime as a Security Threat and Security Theories*. Carl Schmitt and Copenhagen School of Security Studies – Scientific Paper Nº 13. Copenhaga.
- ❖ Duarte, António Rebelo (2008) - *A Europa da Segurança e Defesa*. Cadernos Navais. Nº 25. Lisboa.
- ❖ Duarte, José Augusto (2010) – West Africa and the European Union: Key Areas and Possible Response Measures. IPRIS. Lisboa.
- ❖ Eavis, Paul (2001) - *The Hidden Security Threat: Transnational Organised Crime Activity*. Rusi Journal – Defence and International Security. Reino Unido.
- ❖ Eizenstat, Stuart; Porter, John Edward; Weinstein, Jeremy (2005) – *Rebuilding Weak States*. Foreign Affairs. Vol 84 – Nº 1. Nova Iorque.
- ❖ Emerson, Michael; Balfour, Rosa; Corthaut, Tim; Wouters, Jan; Kaczynski, Piotr Maciej; Renard, Thomas (2011) - *Upgrading The EU's Role as Global Actor: Institutions law and the Restructuring of European Diplomacy*. Center for European Policy Studies. Bruxelas.
- ❖ Escorel, Lauro (1979) – *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- ❖ European Security Review (2006) – *Developing an EU Strategy for Security Sector Reform*. ISIS Europe – Nº 28. Bruxelas.

- ❖ European Security Review (2008a) – **European Security Sector Reform Missions: the Case of Guinea-Bissau**. ISIS Europe – Nº 38. Bruxelas.
- ❖ European Security Review (2008b) – **The EU Response to Fragile States**. ISIS Europe – Nº 42. Bruxelas.
- ❖ European Security Review (2010) – **EU SSR Guinea-Bissau: Lessons Learned**. ISIS Europe – Nº 52. Bruxelas.
- ❖ Fernandes, Sandra Dias (2006) – **Europa (In)Segura: União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica – A Institucionalização de uma Relação Estratégica**. Principia. Lisboa.
- ❖ Fernandes, Sandra; Saraiva, Luís (2009) – **ESPD in Strategic Neighbourhoods: Promisses of Stability Through International Military Cooperation**. IPRIS. Lisboa.
- ❖ Ferreira, Patrícia Magalhães (2001) – **Guiné-Bissau: Esperança Adiada**. Mundo em Português – Nº 20. Lisboa
- ❖ Ferro, Mónica (2007) - **Quando os Estados falham; Estados Falhados e a Segurança Internacional**. Segurança e Defesa. Nº 2. Lisboa.
- ❖ Ferro, Mónica (2008) - **O que falha quando falham os Estados?** Estratégia – Instituto Português de Conjuntura Estratégica. Volume XVII. Lisboa.
- ❖ Foreign Policy (2005) - **Failed States Index 2005**. Nº 149. Washington.
- ❖ Foreign Policy (2006) - **Failed States Index 2006**. Nº 154. Washington.
- ❖ Foreign Policy (2007) - **Failed States Index 2007**. Nº 161. Washington.
- ❖ Foreign Policy (2008) - **Failed States Index 2008**. Nº 167. Washington.
- ❖ Foreign Policy (2009) - **Failed States Index 2009**. Nº 176. Washington.
- ❖ Foreign Policy (2010) - **Failed States Index 2010**. Nº 180. Washington.
- ❖ Fund For Peace (2010) – **The Failed States Index 2010**. Washington.
- ❖ Fund For Peace (2011) – **The Failed States Index 2011**. Washington.
- ❖ Galeotti, Mark (2000) – **The New World of Organised Crime**. Jane's Intelligence Review. Vol. 12 – Nº 9. Surrey.
- ❖ Garcia, Francisco Proença (2006) - **As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo**. Negócios Estrangeiros. Nº 9.1 Lisboa.
- ❖ Garcia, Francisco Proença (2007) – **Terrorismo Transnacional: Contributos para o seu Entendimento**. Revista Militar. Volume 59 – Nº 4. Lisboa.
- ❖ García, Vicente Hueso (2006) – **Los Retos de Seguridad del Continente Africano**. Revista Española de Defensa. Ano 19 – Nº 223. Madrid.
- ❖ Gomes, Antonieta Rosa (2010) – **O Poder Militar e a Desedificação do Estado de Direito e Democracia na Guiné-Bissau**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa.
- ❖ Gomes, Garrido (2009) – **Da Teoria à Prática: Desafios da Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau**. Pela Lei e Pela Grei. Ano XXI – Nº 84. Lisboa.
- ❖ Goodwin, Andrew (2007) – **Drug Trafficking: An Alarming Security Threat**. Warn Policy Brief. Gana.
- ❖ Goredema, Charles (2005) – **Organised Crime and Terrorism: Observations from Southern Africa**. Institute for Security Studies. Nº 101. África do Sul.

- ❖ Gorjão, Paulo (2010) – ***Guinea-Bissau – The Inescapable Feeling of Déjà Vu***. IPRIS. Lisboa.
- ❖ Helman, Gerald B.; Ratner, Steven R. (1993) – ***Saving Failed States***. Foreign Policy. Nº 89. Washington.
- ❖ Hubschle, Annette (2004) – ***Unholy Alliance? Assessing the Links Between Organised Criminals and Terrorists in Southern Africa***. Institute for Security Studies. Nº 93. África do Sul.
- ❖ Ibáñez, Luis de la Corte (2008) – ***Criminalidad Organizada y Conflictos Armados***. Ejército. Ano 69 – Nº 812. Madrid.
- ❖ International Atomic Energy Agency (2009) – ***Illicit Trafficking Database***. IAEA-ITDB Factsheet. Viena.
- ❖ International Crisis Group (2008) – ***Guinea-Bissau: In Need of a State***. Africa Report – Nº 142. Dakar/Bruxelas.
- ❖ International Crisis Group (2009a) – ***Guinea-Bissau: Beyond the Rule of the Gun***. Policy Briefing - Nº 61. Dakar/Bruxelas.
- ❖ International Crisis Group (2009b) – ***Guinea-Bissau: Building a Real Stability Pact***. Policy Briefing – Nº 57. Dakar/Bruxelas.
- ❖ International Peace Institute (2009a) – ***Transnational Organized Crime: Task Forces on Strengthening Multilateral Security Policy***. IPI Blue Papers. Nº 2. Nova Iorque.
- ❖ International Peace Institute (2009b) – ***Transnational Organized Crime: Task Force on Strengthening Multilateral Security Capacity***. IPI Blue Papers. Nº 2. Nova Iorque.
- ❖ ISIS (2008) – ***Responsibility to Rebuilt Guinea-Bissau***. ISIS Briefing – Nr. 1. Bruxelas.
- ❖ Jane's Intelligence Review (2009) – ***Uncivil Partnerships: Guinea-Bissau Elections may bring Instability***. Vol. 21 – Nº 2. Surrey.
- ❖ Joana, Helder Filipe de Carvalho (2007) - ***O Conceito Estratégico da União Europeia***. Negócios Estrangeiros. Nº 11.1. Lisboa.
- ❖ Jordán, Domingo Aznar (2007) - ***La Desestructuración del Estado como Peligro para la Paz y Seguridad Internacionales***. Especial Referencia al Espacio Africano. Boletín de Información. Nº 297. Madrid.
- ❖ Júnior, José Fernandes (2009) – ***Colapso do Estado na Guiné-Bissau ou a Outra Face de Qualquer Estado de Direito?*** Monografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre.
- ❖ Klen, Michel (2001) – ***Les Coulisses du Crime Organisé***. Defense Nationale. Ano nº 57 – Nº 3. Paris.
- ❖ Kohnert, Kirk (2010) – ***Democratization via Elections in na African “Narco-State”? The Case of Guinea-Bissau***. German Institute of Global Area Studies – Nº 213. Alemanha.
- ❖ Krasner, Stephen D. Pascual, Carlos (2005) - ***Addressing State Failure***. Foreign Affairs. Vol 84 – Nº 4. Nova Iorque.
- ❖ Kusovac, Zoran (2000) – ***People Trafficking: Europe's New Problem***. Jane's Intelligence Review. Vol. 12 – Nº 9. Surrey.

- ❖ Labrousse, Alain (2008) – *Des narco-États aux États Trafiquants*. Diplomacie – N° 33. Lambresc.
- ❖ Longan, Justin. Preble, Christopher (2006) - *Failed States and Flawed Logic: The Case Against a Standing Nation-Building Office*. Policy Analysis. N° 560. EUA.
- ❖ Lopes, Nelson Constantino (2010) – *Os Entraves à Construção e Consolidação do Estado na Guiné-Bissau*. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa.
- ❖ Machain, Andrea; Greenwood, Gavin; Reeve, Richard (2006) – *Securing Tri-Border Areas*. Jane's Intelligence Review. Surrey.
- ❖ Makarenko, Tamara (2003) – *Tracing the Dynamics of the Illicit Arms Trade*. Jane's Intelligence Review. Vol. 15 – N° 9. Surrey.
- ❖ Manzano, María Montañas (2005) – *El Comercio de Armas Ligeras*. Bolentín de Información. N° 290. Madrid.
- ❖ Marqués, Sergio (2009) – *Estrategias para Afrontar la Amenaza en el Espacio del Mediterráneo*. Bolentín de Información. N° 307. Madrid.
- ❖ Matlary, Janne Haaland (2008) - *Much Ado About Little: The EU and Human Security*. International Affairs. Volume 84 – N° 1. Oxford.
- ❖ Mazzitelli, Antonio (2007) – *Transnational Organized Crime in West Africa: The Additional Challenge*. International Affairs. Vol. 83 – N° 6. Oxford.
- ❖ Meharg, Sarah; Arnush, Aleisha (2010) – *Security Sector Reform: A Case Study Approach to Transition and Capacity Building*. Strategic Studies Institute. Pensilvânia.
- ❖ Menezes, Luís Cabral (2005) – *Guiné-Bissau: Novas Eleições, Velhos Protagonistas*. IDN Newsletter N° 5. Lisboa
- ❖ Miguel, Nuno Gonçalo (2009) - *Globalização, Crime Organizado e Terrorismo: Que Relação?* Negócios Estrangeiros. N° 14. Lisboa.
- ❖ Mills, Greg (2004) – *Africa's New Strategic Importance*. Washington Quarterly. Vol. 27 – N° 4. Washington.
- ❖ Monteiro, André; Morgado, Miguel (2009) – *Last Chance for Security Sector Reform in Guinea-Bissau*. IPRIS. Lisboa.
- ❖ Moodie, Michael (2009) - *Conflict Trends in the 21st Century*. Joint Force Quarterly. N° 53. Washington
- ❖ Motsamai, Dimpho (2008) – *Guinea-Bissau as an Emerging Narco State in West Africa: Implications for Security and Development*. Institute for Global Dialogue – Global Insight. N° 83. Pretoria.
- ❖ Muller, Harald (2008) - *The Future of Nuclear in an Interdependent World*. The Washington Quarterly. Volume 31 – N° 2. Washington.
- ❖ Naím, Moisés (2003) – *The Five Wars of Globalization*. Foreign Policy. N° 134. Washington.
- ❖ Nicoll, Alexander (2011) - *West Africa's Cocaine Coast*. ISS Strategic Comments. EUA.
- ❖ Pinheiro, Álvaro (2006) – *Narcoterrorismo: O Flagelo do Século XXI*. A Defesa Nacional – N° 805. Rio de Janeiro.

- ❖ Oreja, Jaime Mayor (1998) - ***Terrorismo, Crimen Organizado y Política de Seguridad***. Política Exterior. Vol. 12 – Nº 64. Madrid.
- ❖ Patrick, Stewart (2006) - ***Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers”***. Nº 73. Washington.
- ❖ Pinto, Maria do Céu (2004) - ***Armas de Destruição Maciça***. Jornal do Exército. Ano 45. Nº 527. Lisboa.
- ❖ Pinto, Maria do Céu (2005) - ***Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade***. Nação e Defesa. Nº 112 – 3ª Série. Lisboa.
- ❖ Raufer, Xavier (2006) – ***Crime Organisé; un Péril Stratégique Sous-Estimé par l’Union Européene***. Defense Nationale. – Ano 62 – Nº 3. Paris.
- ❖ Reeve, Richard (2007) – ***Inadequate Military Funding Puts African Countries at Risk of Coup***. Jane’s Intelligence Review. Vol. 19 – Nº 1. Surrey.
- ❖ Rodrigues, Alexandre Reis (2007) - ***As Novas Ameaças: A Proliferação de Armas de Destruição Maciça***. Negócios Estrangeiros. Nº 10. Lisboa.
- ❖ Roque, Sílvia (2006) – ***Peacebuilding Processes and Weakening Strategies in the States of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique: A Comparative Study***. FRIDE. Madrid.
- ❖ Rotberg, Robert (2002) - ***The New Nature of Nation-State Failure***. The Washington Quarterly. Vol. 25 – Nº 3. Washington.
- ❖ Sá, Franklin Gomes (2010) – ***Os Sucessivos Golpes Militares no Processo da Democratização da Guiné-Bissau***. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre
- ❖ Sage, Andre Le (2010) – ***Africa’s Irregular Security Threats: Challenges for US Engagement***. Strategic Forum (Institute for National Strategic Studies) – Nº 255. Washington.
- ❖ Sánchez, José Maria (2009) - ***Terrorismo Global: Genésis y Respuestas***. Boletín de Información. Nº 308. Madrid.
- ❖ Sangreman, Carlos; Jr, Fernando Sousa; Zeverino, Guilherme; Barros Miguel (2006) – ***A Evolução Política Recente da Guiné-Bissau***. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Nº 70. Lisboa.
- ❖ Santos, Paulo Jorge (2006) – ***O Cibercrime***. Pela Lei e pela Grei - Guarda Nacional Republicana. Ano 15 – Nº 72. Lisboa.
- ❖ Santy, Amílcar Rodrigues (2009) – ***Avanços e Impasses no Processo de Transição Política em Guiné-Bissau (1993-2009)***. Monografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciência Política. Porto Alegre.
- ❖ Saraiva, Luís Marquês (2009a) - ***A Comunicação na União Europeia e as Concepções de Segurança***. Jornal do Exército. Ano L. Nº. 583. Lisboa.
- ❖ Saraiva, Luís Marquês (2009b) – ***O Desenvolvimento e Bem-Estar da Guiné-Bissau***. Jornal do Exército. Ano L – Nº 583. Lisboa.

- ❖ Schreier, Fred (2010) - ***Trends and Challenges in International Security: An Inventory***. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Nº 19. Genebra.
- ❖ Secretariat-General (2009) – ***Remarks to Security Council Meeting on Drug Trafficking as a Threat to International Peace and Security***. UNSC. Nova Iorque. .
- ❖ Semedo, Rui Jorge (2010) – ***O Estado da Guiné-Bissau e os seus Desafios Político-Institucionais***. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa.
- ❖ Shulman, Mark R. (2006) – ***The Proliferation Security Initiative as a New Paradigm for Peace and Security***. Strategic Studies Institute. Estados Unidos da América.
- ❖ Shultz, George P. Perry, William J. Kissinger, Henry A. Nunn, Sam (2007) - ***A World Free of Nuclear Weapons***. The Wall Street Journal. Nova Iorque.
- ❖ Shultz, George P. Perry, William J. Kissinger, Henry A. Nunn, Sam (2008) - ***Towards a Nuclear-Free World***. The Wall Street Journal. Nova Iorque.
- ❖ Simões, José Manuel (2008) - ***A Afirmação da Europa no Panorama Internacional***. Revista Militar. Volume 60. Nº 5. Lisboa.
- ❖ Standing, André (2010) – ***Transnational Organized Crime and the Palermo Convention: A Reality Check***. International Peace Institute – IPI Publications. Nova Iorque.
- ❖ Suifon, Takwa Z. (2008) – ***Post-Election Coup Attempt & Threat of Destabilisation***. Wam Policy Brief. Gana.
- ❖ Teixeira, Nuno Severiano (1998) - ***A União Europeia como Actor Internacional: A Política Externa da União Europeia***. Nação e Defesa. Nº 85 – 2ª Série. Lisboa.
- ❖ Teixeira, Nuno Severiano (2007) - ***European Crisis Management Policy: Capabilities. Political Implications for Employment of European Forces in Crisis***. IDN. Lisboa.
- ❖ Teixeira, Nuno Severiano (2008a) – ***Acção Política Internacional Coerente***. IDN. Lisboa.
- ❖ Teixeira, Nuno Severiano (2008b) – ***Europa, África e os Desafios à Segurança Internacional***. IDN. Lisboa.
- ❖ Teixeira, Nuno Severiano (2008c) - ***O Futuro da Europa pelo Modelo Social Europeu: Por Uma Acção Política Internacional Coerente***. IDN. Lisboa.
- ❖ Telatin, Michela (2009) – ***Questioning the EU SSR in Guinea-Bissau***. IPRIS. Lisboa.
- ❖ Telo, António José (2008) - ***Um Mundo que Mudou***. Nação e Defesa. Nº 120 – 3ª Série.
- ❖ Thaler, Kai (2009) – ***Avoiding the Abyss: Finding a Way Forward in Guinea-Bissau***. IPRIS. Lisboa.
- ❖ UE Missão de Observação Eleitoral (2005) – ***Guiné-Bissau: Eleições Presidenciais. Relatório Final*** (22.10.2005). Guiné-Bissau.
- ❖ UE Missão de Observação Eleitoral (2009) – ***Guiné-Bissau: Relatório Final das Eleições Presidenciais Antecipadas*** (28.06.2009 – 26.07.2009). Guiné-Bissau.
- ❖ UNODC (2000) – ***United Nations Convention Against Transnational Organized Crime***. Viena.
- ❖ UNODC (2004a) – ***United Nations Convention Against Corruption***. Viena.
- ❖ UNODC (2004b) – ***United Nations Convention Against Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto***. Viena.

- ❖ UNODC (2005a) – ***Transnational Organized Crime in the West African Region***. Viena.
- ❖ UNODC (2005b) – ***Why Fighting Crime Can Assist Development in Africa: Rule of Law Protection of the Most Vulnerable***. Viena.
- ❖ UNODC (2005c) – ***World Drug Report***. Volume I e II. Viena.
- ❖ UNODC (2007) – ***Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development (Special Reference to Guinea-Bissau)***. Viena.
- ❖ UNODC (2008a) – ***Drug Trafficking as a Security Threat in West Africa***. Viena.
- ❖ UNODC (2008b) – ***Guinea-Bissau: A New Hub for Cocaine Trafficking***. Viena.
- ❖ UNODC (2009a) – ***Transnational Trafficking and the Rule of Law in West Africa: A Threat Assessment***. Viena.
- ❖ UNODC (2009b) – ***Illicit Trafficking Across Africa***. UN Security Council. Nova Iorque.
- ❖ UNODC (2010a) – ***World Drug Report***. Viena.
- ❖ UNODC (2010b) – ***The Globalization of Crime***. Viena.
- ❖ UNODC (2010c) – ***Programa Regional para a África Ocidental (210-2014)***. Viena.
- ❖ UNODC (2011) – ***World Drug Report***. Viena.
- ❖ USA State Department (2011a) – ***International Narcotics Control Strategy Report: Drug and Chemical Control***. Vol 1. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. Washington.
- ❖ USA State Department (2011b) – ***International Narcotics Control Strategy Report – Money Laundering and Financial Crimes***. Vol 2. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. Washington.
- ❖ Wall, David (2008) – ***Old Tricks, New Dogs***. Jane's Intelligence Review. Vol. 20 – Nº 10. Surrey.
- ❖ Weber, Max (1973) – ***O Político e o Cientista***. Editorial Presença. 2ª Edição. Lisboa.
- ❖ Webb-Vidal, Andy (2009) – ***Cocaine Coasts: Venezuela and West Africa's Drug Axis***. Jane's Intelligence Review. Surrey.
- ❖ Whelan, Teresa (2006) – ***Africa's Ungoverned Spaces***. Nação e Defesa – Nº 114. 3ª Série. Lisboa.
- ❖ Williams, Paul (2007) – ***Thinking about Security in Africa***. International Affairs. Vol 82 – Nº 6. Oxford.
- ❖ Williams, Phil (1995) – ***Organized Crime and the Challenge to Democracy***. The United Nations and Transnational Organized Crime – Special Issue of Transnational Organized Crime. Nova Iorque.
- ❖ Williams, Phil (2000) – ***Crime and Corruptions: The Role of State Collusion***. Jane's Intelligence Review. Vol. 12 – Nº 9. Surrey.
- ❖ Williams, Phil (2003) – ***Strategy for a New World: Combating Terrorism e Transnational Organized Crime*** in Baylis, John et al (2007) – ***Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies***. Oxford University Press. Nova Iorque.
- ❖ Williams, Phil (2007) – ***Terrorism, Organized Crime and WMD Smuggling – Challenge and Response***. Center for Contemporary Conflict – Strategic Insights. Vol. 6 – Nº 5. Califórnia.

- ❖ Williams, Phil (2010) – ***Organized Crime, Drug Trafficking and Trafficking in Women*** in Dunn, Myriam; Mauer, Victor (2010) – The Routledge Handbook of Security Studies. Routledge Handbooks. EUA.
- ❖ Williamson, Richard (2007) - ***Nation-Building: The Dangers of Weak, Failing and Failed States***. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. EUA.
- ❖ Wright, Joanna (2007) – ***African Drug Trade: Drug Traffickers Head West***. Jane's Intelligence Review. Surrey.
- ❖ World Bank (2007) - ***Millennium Development Goals, Confronting the Challenges of Gender Equality and Fragile States***. Global Monitoring Report 2007. Washington.
- ❖ Zaitseva, Lyudmila (2007) – ***Organized Crime, Terrorism and Nuclear Trafficking***. Center for Contemporary Conflict – Strategic Insights. Vol. 6 – Nº 5. California.
- ❖ Zoellick, Robert (2009) - ***Fragile States: Securing Development***. Survival - Oxford University Press. Volume 50 – Nº 6. Londres.
- ❖ Zounmenon, David (2008) – ***Guinea-Bissau's Legislative Elections: What Implications for Stability?*** European Union Institute for Security Studies Opinion.

Sites - Internet

- ❖ **A Estratégia Conjunta EU-Africa: 10 Desafios para o Sucesso** - http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/EstrategiaConjuntaUE-Africa_10Desafios-para-Sucesso.pdf
- ❖ **A Europa como Actor Internacional, Política Externa de Segurança e Defesa** (Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais – Congresso Portugal e o Futuro da Europa) - http://www.ieei.pt/files/Teses_GT_III2.pdf
- ❖ **A Reforma da Segurança e da Defesa na Guiné-Bissau: O Apoio da União Europeia** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=693
- ❖ **A Resposta Política e de Desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau** - http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Navigation.nsf/index2?readform&http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Content.nsf/7732def81dddfa7ac1256c240034fe65/2028ca9ce0fcbfb4c1256cd000424a92?OpenDocument
- ❖ **A Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=211
- ❖ **Acordo do Cotonou** - http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm
- ❖ **Africa and Europe in Partnership** - <http://www.africa-eu-partnership.org/>
- ❖ **Africa and the Challenges of Security Sector** - (International Relations and Security Network) - <http://www.iss.co.za/pubs/monographs/no46/Africa.html>
- ❖ **African Elections Database: Guinea-Bissau** - <http://africanelections.tripod.com/gw.html>
- ❖ **African Union - African Union Plan of Action on Drug Control and Crime Prevention (2007-2012)** - <http://www.uneca.org/coda/unodc/AU-PLAN-andFollowUpMechanism.pdf>
- ❖ **Africa's Drug Problem** (New York Times) - <http://www.nytimes.com/2010/04/11/magazine/11Trade-t.html?ref=magazine>
- ❖ **Africa's First Narco-State?** (Guardian) - <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2009/mar/06/guinea-bissau-drugs-trad>
- ❖ **Africa-US Growing Drug Trade Linked to Terror Groups** (Global Issues) - <http://www.globalissues.org/news/2009/06/01/1683>
- ❖ **Angola na Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau** (Lusomonitor) - <http://www.lusomonitor.net/?p=121>
- ❖ **BBC: Guinea-Bissau Profile:** <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13443186>
- ❖ **Bissau Assassinations Highlight Obstacles to Drug Trafficking Fight** (Voa News) - <http://www.voanews.com/english/news/a-13-2009-03-03-voa39-68798462.html>
- ❖ **Comissão das Comunidades Europeias: Para a União Europeia – Paz, Liberdade, Solidariedade** (Comunicação da Comissão Europeia sobre a Arquitectura Institucional) - [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/afco/20021217/COM\(2002\)0728_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/afco/20021217/COM(2002)0728_PT.pdf)

- ❖ **Comissão Europeia: Política Europeia de Vizinhança** -
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/information/enp_brochure_pt.pdf
- ❖ **Conselho da União Europeia – Relações África-EU** -
<http://www.consilium.europa.eu/policies/foreign-policy/third-countries-and-regions/eu-africa-relations.aspx?lang=pt>
- ❖ **Council of the European Union – Speech by Javier Solana: “Europe in the World”** -
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/discours/110218.pdf
- ❖ **Discussing Definitions of Organised Crime: Word Play in Academic and Political Discourse** - http://www.etc-graz.at/cms/fileadmin/user_upload/humsec/Journal/van_Dijck_OC_Definitions.pdf
- ❖ **ECOWAS** - http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=about_a&lang=en
- ❖ **ECOWAS – Regional Plan to Address the Growing Problem of Illicit Drug Trafficking, Organised Crimes and Drug Abuse in West Africa (2008-2011)** -
http://www.uneca.org/coda/unodc/ECOWAS_DRAFT_RESPONSE_ACTION_PLAN_ENGLISH.pdf
- ❖ **Engaging Civil Society Organisations in Conflict-Affected and Fragile States: Three African Country Case Studies** (Global Facilitation Network for Security Sector Reform) -
http://www.ssrnetwork.net/document_library/detail/3080/engaging-civil-society-organisations-in-conflict-affected-and-fragile-states-three-african-country-case-studies
- ❖ **Environmental and Demographic Forces Threaten State Failure** (Global Issues) -
<http://www.globalissues.org/news/2011/02/09/8468>
- ❖ **Estados Falhados** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) -
http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=229
- ❖ **EU Background: Africa-EU Summit (Tripoli)** -
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/117953.pdf
- ❖ **EU Factsheet: EU Mission in Support of Security Sector Reform in the Republic of Guinea-Bissau** -
http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/300/300909/300909factsheet_eu_ssr_guinea-bissau_10_en.pdf
- ❖ **EU in the World Economy** - http://www.ecprnet.eu/ecpr/lisbon/documents/ws11_000.pdf
- ❖ **EU Organised Crime Threat Assesement 2011** (Europol) -
https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/octa_2011.pdf
- ❖ **EU: “The EU and Africa”: A Partnership based on Dialogue** - http://www.eu-un.europa.eu/articles/fr/article_8134_fr.htm
- ❖ **EU: The EU SSR Guinea-Bissau Mission complete its Mandate** -
<http://europafrica.net/2010/08/03/the-eu-ssr-guinea-bissau-mission-completes-its-mandate/>
- ❖ **EU: The EU’s Mission in Guinea-Bissau Terminates** -
<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/eu-operations/completed-eu-operations/eu-ssr-guinea-bissau.aspx?lang=en>

- ❖ **European Commission: Home Affairs: Organised Crime** - http://ec.europa.eu/home-affairs/policies/crime/crime_statistics_en.htm
- ❖ **EUROPOL 2009** (General Report on Europol Activities) - http://www.drugsandalcohol.ie/14513/1/Europol_Review_2009.pdf
- ❖ **Explaining African State Failure** (Global Policy) - <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/173/30487.html>
- ❖ **Failed States, Post-Conflict States and Reconstruction** - http://www.swisspeace.ch/typo3/fileadmin/user_upload/Media/Topics/Mediation/Resources/Publications/Failed_States__Post-Conflict_States_and_Reconstruction.pdf
- ❖ **Failed States or State as Failure** - <http://rosabrooks.squarespace.com/failed-states-or-the-states-as/>
- ❖ **Failed States or Weak Democracies? The State in Latin America** (Open Democracy) - http://www.opendemocracy.net/democracy-protest/state_violence_3187.jsp
- ❖ **Fragile States Strategy** (USAID) - http://www.usaid.gov/policy/2005_fragile_states_strategy.pdf
- ❖ **Fund For Peace: Frequently Asked Questions** - <http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-faq>
- ❖ **Fund For Peace: Indicators** - <http://www.fundforpeace.org/global/?q=indicators>
- ❖ **GIABA** - <http://www.giaba.org/index.php?type=a&id=195&mod=41>
- ❖ **Guinea-Bissau: A Narco-Development State?** (African Arguments) - <http://africanarguments.org/2011/05/24/guinea-bissau-a-narco-developmental-state/>
- ❖ **Guinea-Bissau: Africa's First Narco State?** - http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/guinbisauhorta.html
- ❖ **Guinea-Bissau: Conflict Encyclopedia** (UPPSALA Universitet - Conflict Database) - http://www.pcr.uu.se/gpdatabase/gpcountry.php?id=68®ionSelect=2-Southern_Africa#
- ❖ **Guinea-Bissau: Country Request for Peacebuilding Commission** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/country%20request%20GB.pdf>
- ❖ **Guinea-Bissau: Drug Bloom, Lost Hope** (Open Democracy) - <http://www.opendemocracy.net/article/guinea-bissau-drug-boom-lost-hope>
- ❖ **Guinea-Bissau: Fund For Peace** - http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=339&Itemid=500
- ❖ **Guinea-Bissau: How a Tiny West African Country Became the World's First Narco State?** (Guardian) - <http://www.guardian.co.uk/world/2008/mar/09/drugtrade>
- ❖ **Guiné-Bissau: O Estado da Droga** (Expresso) - <http://aeiou.expresso.pt/o-estado-da-droga=f156874>
- ❖ **Guiné-Bissau: O Possível Papel do Narcotráfico** (Voa News) - <http://www1.voanews.com/portuguese/news/a-38-2009-03-04-voa1-92253164.html?moddate=2009-03-04>

- ❖ **Guinea-Bissau: Fears of an Emerging Narco State** (World Press) -
<http://www.worldpress.org/Africa/2660.cfm>
- ❖ **Guiné-Bissau: Primeiro-Ministro é acusado de autorizar libertação de navio com drogas** (Visão News) -
http://www.visaonews.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6594:guin%C3%A9-bissau:-primeiro-ministro-%C3%A9-acusado-de-autorizar-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-navio-com-drogas&catid=72:guine-bissau&Itemid=125
- ❖ **Guinea-Bissau: The Post-Election Test** (Open Democracy) -
<http://www.opendemocracy.net/article/guinea-bissau-the-post-election-test-0>
- ❖ **Guiné-Bissau: Tráfico de Droga e Crime Organizado Continuam a Ameaçar a Estabilidade** (Africanidade) - <http://www.africanidade.com/articles/3225/1/GuinA-Bissau-TrAfico-de-droga-e-crime-organizado-continuam-a-ameaAar-estabilidade/Paacutegina1.html>
- ❖ **Guinea-Bissau Assassinations: Is Colombia's Drug Trade behind them?** -
<http://www.csmonitor.com/World/Africa/2009/0303/p07s02-woaf.html>
- ❖ **Guinea-Bissau at a "turning point", says Peacebuilding Official** -
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=25559&Cr=peacebuild&Cr1=guinea-bissau>
- ❖ **Guinea-Bissau Media Gagged by Narcos** (BBC News) -
<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7091368.stm>
- ❖ **Guinea-Bissau-Senegal: Assassinations breed uncertainty in neighbouring Casamance** - <http://irinnews.org/Report.aspx?ReportId=83320>
- ❖ **Global Agenda Council on Organised Crime** (EUROPOL) -
<https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/davos-organisedcrime.pdf>
- ❖ **Global Security: Movement of Democratic Forces of Casamance** -
<http://www.globalsecurity.org/military/world/para/mfdc.htm>
- ❖ **Globalization and Corrupt States** (Carnegie Endowment for International Peace) -
<http://www.carnegieendowment.org/2007/11/02/globalization-and-corrupt-states/tkt>
- ❖ **Glossary of Terms and Concepts in Peace and Conflicts Studies** -
<http://www.africa.upeace.org/documents/glossaryv2.pdf>
- ❖ **Infopédia: Animismo** - [http://www.infopedia.pt/\\$animismo-\(religioa\)](http://www.infopedia.pt/$animismo-(religioa))
- ❖ **Infopédia: Irredentismo** - <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/irredentismo>
- ❖ **International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding** (OECD) -
http://www.oecd.org/document/22/0,3746,en_21571361_43407692_43414806_1_1_1_1,00.html
- ❖ **Joint Action 98/733/JAI de 21 de Dezembro de 1998** -
<http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/l33077.htm>
- ❖ **Jornal Oficial das Comunidades Europeias: Decisão-Quadro do Conselho 13/06/2002 relativa à luta contra o Terrorismo:** <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2002F0475:20081209:PT:PDF>
- ❖ **Money Laundering: Special Session on the World Drug Problem** (UN General Assembly) -
<http://www.un.org/ga/20special/presskit/themes/money-5.htm>

- ❖ **Narcoterrorism:** http://policy-traccc.gmu.edu/resources/publications/studentforum/HolmbergNarcoterrorism.pdf
- ❖ **Narcoterrorism as a Threat to International Security:**
www.daimun.org/pdf/sc_narcoterrorism2010.pdf
- ❖ **NEPAD** - http://www.nepad.org/about
- ❖ **O Futuro da Estratégia Europeia de Segurança** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=181
- ❖ **O Futuro das Armas Nucleares** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=385
- ❖ **O Problema da Segurança na União Europeia** - http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802163522.pdf?PHPSESSID=3d05dfac5baf6e3f58927971ccc7415c
- ❖ **O Regresso do Nuclear e a Aliança Atlântica I** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) – http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=838
- ❖ **O Regresso do Nuclear e a Aliança Atlântica II** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=839
- ❖ **O Sonho do Desarmamento Nuclear e a Próxima Revisão do Tratado de Não Proliferação** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=775
- ❖ **O Tráfico de Droga e Crime Organizado Continuam a Ameaçar a Estabilidade** (Gazeta de Notícias) - http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=127&titre=Politica
- ❖ **O Tratado de Não Proliferação Nuclear** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=15
- ❖ **Order Out of Chaos – The Challenge of Failed States** (International Relations and Security Network) - http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=21760
- ❖ **Organized Crime: A Growing Threat to Security** (Stockholm International Peace Research Institute) - http://www.sipri.org/media/newsletter/essay/feb10/?searchterm=criminalization%20of%20the%20state
- ❖ **Organised Crime, Security and the European Union** - http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws8/rees.pdf
- ❖ **Organised Crime and Corruption: Fighting the Problem within the NEPAD Framework** (International Security Network) - se1.isn.ch/serviceengine/.../ASR14NO4CMASHABA%5B1%5D.pdf
- ❖ **Organized Crime Research:** http://www.organized-crime.de/
- ❖ **Para uma Política de Segurança Global da União Europeia** - http://www.ieei.pt/files/Politica_seguranca_global_UE_Ana_Paula_Brandao.pdf
- ❖ **Peace, security and Milleninum Development goals in west Africa** - http://www.unidir.org/pdf/articles/pdf-art2834.pdf

- ❖ **Post-Conflict Reconstruction in Africa: Flawed Ideas about Failed States** - <http://www.politics.pomona.edu/penglebert/State%20Rec%20Paper%20IS%20R&R%20Sep%2019%2007.pdf>
- ❖ **Reforma do Sector de Segurança – Um Perfil Militar Pós-Moderno** (Jornal de Defesa e Relações Internacionais) - http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=692
- ❖ **Report on the Implementation of the European Security Strategy: Providing Security in a Changing World** - http://www.eu-un.europa.eu/documents/en/081211_EU%20Security%20Strategy.pdf
- ❖ **Resolução 1514 do CSNU** - <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0152/88/IMG/NR015288.pdf?OpenElement>
- ❖ **Revising the European Security Strategy – Arguments for Discussion:** http://www.tepsa.eu/docs/IAI_Silvestri_300508.pdf
- ❖ **Rival Views of Organised Crime (International Security Network)** - http://www.etc-graz.at/cms/fileadmin/user_upload/humsec/Journal/van_Dijck_OC_Definitions.pdf
- ❖ **Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding** (Global Facilitation Network for Security Sector Reform) - http://www.ssrnetwork.net/document_library/detail/3888/security-governance-in-post-conflict-peacebuilding
- ❖ **Security Sector Reform and UN Integrated Missions: Experience from Burundi, the Democratic Republic of Congo, Haiti, and Kosovo** (Global Facilitation Network for Security Sector Reform) - http://www.ssrnetwork.net/document_library/detail/4124/security-sector-reform-and-un-integrated-missions-experience-from-burundi-the-democratic-republic-of-congo-haiti-and-kosovo
- ❖ **Sobre los Estados Colapsados** (Fundación Ideas para la Paz) - http://www.ideaspaz.org/articulos/download/29estados_colapsados.pdf
- ❖ **SSR Case Study: SSR in Guinea-Bissau** (Global Facilitation Network for Security Sector Reform) - <http://www.ssrnetwork.net/ssrbulletin/guineabis.php>
- ❖ **State Failure in a Regional Context** - <http://www.stefanwolff.com/files/state-failure.pdf>
- ❖ **State Responsibility, Sovereignty, and Failed States** - http://www.adelaide.edu.au/apsa/docs_papers/Others/potter.pdf
- ❖ **States in a World of Terror** (Foreign Affairs) - <http://www.foreignaffairs.com/articles/58046/robert-i-rotberg/failed-states-in-a-world-of-terror>
- ❖ **Strategic Interests** (World Defense Review) - <http://worlddefensereview.com/pham071007.shtml>
- ❖ **Terrorism, Transnational Crime and Corruption Center:** <http://policy-traccc.gmu.edu/>
- ❖ **The Coke Coast: Cocaine and Failed States in West Africa** (World Press) - <http://www.worldpress.org/Africa/3257.cfm>
- ❖ **The European Union and the United Nations Convention against Transnational Organised Crime** - http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/libe/pdf/116_en.pdf
- ❖ **The European Union as a Global Actor** - http://ucd-ie.academia.edu/BenTonra/Papers/303783/The_European_Union_As_a_Global_Actor

- ❖ **The New National Security Strategy:** Focus on Failed States - http://www.brookings.edu/papers/2003/02terrorism_rice.aspx
- ❖ **The Question of Failed States** - http://www.uniya.org/research/state_failure.pdf
- ❖ **The Public Sector Corruption and Organised Crime: The Case of the Fertiliser Subsidy Programme in Malawi** (International Relations and Security Network) - <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=112067>
- ❖ **The Transnational Threat: Dangers from Terrorism, Insurgencies, Civil Wars, and Organized Crime** (FAS – Federation of American Scientists) - <http://www.fas.org/irp/threat/prolif96/transnational.html>
- ❖ **The United Kingdom Threat Assessment of Organised Crime** - http://www.soca.gov.uk/about-soca/library/doc_download/54-the-united-kingdom-threat-assessment-of-organised-crime
- ❖ **The West African Drug Trade in the Context of the Region's Illicit Economies and Poor Governance** (Brookings Institute) - http://www.brookings.edu/speeches/2010/1014_africa_drug_trade_felbabbrown.aspx
- ❖ **The World at War** – <http://www.fcni.org/smith/worldwar06/part1.htm>
- ❖ **The World FactBook: Guinea-Bissau** (CIA) - <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html>
- ❖ **Time for a European Union Grand Strategy** - <http://europeangeostrategy.ideasoneurope.eu/2009/08/18/time-for-an-eu-grand-strategy/>
- ❖ **Trafficking in Human Beings** (Center for Security, Development and the Rule of Law) - <http://www.dcaf.ch/Publications/Publication-Detail?lng=en&id=44906>
- ❖ **Trafficking in Human Beings in the European Union: an EUROPOL Perspective** (Europol 2009) – http://ec.europa.eu/anti-trafficking/download.action;jsessionid=NQLJNzgQvDJQ17wdry4JqTqgdYRn38YDH1p5Vhrk23hphz6TmJ6N!855818409?nodeId=bb899d32-a683-4321-bd4b-f1a0d17ce88a&fileName=EUROPOL+2009_en.pdf
- ❖ **Transnational Organized Crime in International Relations** (International Relations and Security Network) - <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=101577>
- ❖ **Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military** (US Army War College) - <http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/Articles/00autumn/smith.htm>
- ❖ **Transnational Terrorism, Security & Rule of Law** - <http://www.transnationalterrorism.eu/index.php>
- ❖ **UE – Declaração de Lisboa: Cimeira EU-Africa** – <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000039702/documento/0001/>

- ❖ **UE – De uma Estratégia para África a uma parceria estratégica EU-Africa** -
http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r13009_pt.htm
- ❖ **UE – Estratégia Conjunta UE-África** -
<https://infoeuropa.euocid.pt/registo/000039706/documento/0001/>
- ❖ **UE – Estratégia da EU para Africa** -
http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12540_pt.htm
- ❖ **UE – Relação África-EU** -
http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/africa_eu/africa_eu_relationship/index_pt.htm
- ❖ **UE – Declaração de Tripoli: Cimeira EU-Africa** -
http://www.coe.int/t/dg4/nscentre/doc_tripoli_declaration_en.pdf
- ❖ **UE – Parceria Estratégica EU-Africa** -
www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/217CE06D.../parceriaestrategica.pdf
- ❖ **UN: Organized Crime Targets Weak African States** -
<http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol21no2/212-organized-crime.html>
- ❖ **UN Peacebuilding: Guinea-Bissau Peacebuilding Fund Overview** -
<http://www.unpbf.org/guinea-bissau/guinea-bissau.shtml>
- ❖ **UN Peacebuilding Commission** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/mandate.shtml>
- ❖ **UN Peacebuilding Commission: Peacebuilding Support Office** -
<http://www.un.org/peace/peacebuilding/qanda.shtml>
- ❖ **UN Peacebuilding Commission: United Nations Peacebuilding Commission Fund** -
<http://www.unpbf.org/guinea-bissau/guinea-bissau.shtml>
- ❖ **UN Peacebuilding: Peacebuilding Commission to Request Funds to Support Guinea-Bissau's Recovery** -
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=25710&Cr=guinea&Cr1=bissau>
- ❖ **UN – United Nations Convention Against Corruption** -
<http://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/>
- ❖ **UN Peacebuilding Commission: Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau** -
[http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_\(Portuguese_24Jun2008\).pdf](http://www.unpbf.org/docs/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_(Portuguese_24Jun2008).pdf)
- ❖ **UN: The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons** -
<http://www.un.org/en/conf/npt/2005/npttreaty.html>
- ❖ **UNESCAP – Good Governance** -
<http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.asp>
- ❖ **UNODC – African Union Commission and UNODC launch joint project to combat drugs and crime in Africa** - <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/african-union-commission-and-unodc-launch-joint-project-to-combat-drugs-and-crime-in-africa.html>
- ❖ **UNODC – Assisting Guinea-Bissau:** <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>

- ❖ **Drugs: Cash Flow for Organized Crime – The Economic Addiction to Illegal Drugs** (UNODC – Antonio Maria Costa) - http://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/speeches/speech_2005-02-1.html
- ❖ **UNODC – Guinea-Bissau** - <http://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/guinea-bissau.html>
- ❖ **UNODC – Organized Crime Assessments in West Africa** - http://www.unodc.org/pdf/transnational_crime_west-africa-05.pdf
- ❖ **UNODC – Organized Crime Plundering West Africa says UNODC Report** - <http://www.unodc.org/unodc/en/press/releases/organized-crime-plundering-west-africa-says-unodc-report.html>
- ❖ **UNODC – Political Declaration on the Prevention of Drug Abuse, Illicit Drug Trafficking and Organized Crime in West Africa** - <http://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/ecowaspoliticaldeclaration.html>
- ❖ **UNODC – Security Council debates “devastating impact” of Drug Trafficking** - <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2009/December/security-council-debates-devastating-impact-of-drug-trafficking.html>
- ❖ **UNODC – UNODC and Corruption** - <http://www.unodc.org/southerncone/en/corruptcao/index.html>
- ❖ **UNODC – West African Coast Initiative** - <http://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/west-africa-coast-initiative.html>
- ❖ **UNODC – UNODC and Organized Crime** - <http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html?ref=menuaside>
- ❖ **UNODC – UNODC on Human Trafficking and Migrant Smuggling** - <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/index.html>
- ❖ **UNODC – UNODC Warns of Cocaine Trafficking Threat in West Africa** - <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/index.html>
- ❖ **UNIOGBIS: Background Paper on Drug Trafficking in Guinea-Bissau** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/28.05.2008%20Background%20Paper%20Drug%20Trafficking.pdf>
- ❖ **UNIOGBIS: Background Paper on Security Sector Reform in Guinea-Bissau** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/Background%20Paper%20on%20SSR%2018.06.2008.pdf>
- ❖ **UNIOGBIS: Background Paper on Strengthening the Justice Sector** - <http://www.un.org/peace/peacebuilding/Country-Specific%20Configurations/Guinea-Bissau/28.05.2008%20Background%20Paper%20Jusitce%20Sector.pdf>
- ❖ **UNIOGBIS – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau** - <http://uniogbis.unmissions.org/>
- ❖ **United Nations Development Programme (Human Development Reports)** - <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>
- ❖ **United Nations Development Programame (Human Development Report 1994 Summary)** - http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1994_en_overview.pdf

- ❖ **UNPOL – West African Coast Initiative** -
<http://www.un.org/en/peacekeeping/sites/police/initiatives/waci.shtml>
- ❖ **USAID Fragile States Strategy** -
http://www.usaid.gov/policy/2005_fragile_states_strategy.pdf
- ❖ **US Kingpin Act Lowers Global Threat of Drug Traffickers Treasury Department official, terrorism expert cite law's value (US Government)** -
<http://www.america.gov/st/democracyhr-english/2008/June/200806261833531xeneerg0.6767084.html>
- ❖ **US State Department: Background Note: Guinea-Bissau** -
<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5454.htm>
- ❖ **Weak, Failed and Collapsed States** -
http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html
- ❖ **West Africa Drug Trade: New Transit Hub for Cocaine Trafficking fuels Corruptions (ONU)** - <http://www.un.org/en/events/tenstories/08/westafrica.shtml>
- ❖ **Weak and Failed States: What They Are, Why They Matter and What to do About Them?**(The Brookings Institution) -
http://www.brookings.edu/~media/Files/events/2008/0226_weakstates/20080226_weak.pdf
- ❖ **World Bank: Doing Business – Guinea-Bissau:**
http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/guinea_bissau
- ❖ **Worldmark Encyclopedia of the Nations: Guinea-Bissau** -
<http://www.encyclopedia.com/topic/Guinea-Bissau.aspx>

Periódicos da Guiné-Bissau:

❖ **Expresso Bissau:**

- Nº 13 – 13.12.2010
- Nº 24 – 31.12.2010
- Nº 28 – 18.05.2011
- Nº 30 – 31.05.2011
- Nº 32 – 14.06.2011
- Nº 34 – 29.06.2011
- Nº 39 – 02.08.2011
- Nº 40 – 09.08.2011
- Nº 41 – 16.08.2011
- Nº 42 – 29.08.2011

❖ **Última Hora (Semanário Independente de Informação Geral)**

- 26.06.2009
- 22.07.2009
- 26.08.2009
- 10.09.2009
- 18.09.2009
- 13.11.2009
- 16.11.2009
- 24.11.2009
- 14.01.2010
- 28.01.2010
- 01.02.2010
- 08.02.2010
- 19.02.2010
- 04.03.2010
- 16.03.2010
- 28.04.2010
- 28.05.2010
- 04.06.2010
- 17.12.2010
- 07.01.2011
- 14.01.2011
- 27.01.2011
- 10.02.2011
- 11.03.2011

- 17.03.2011
- 01.04.2011
- 06.05.2011
- 28.07.2011
- 05.08.2011
- 25.08.2011

❖ **Gazeta de Notícias (Nosso Passado, Nosso Futuro – A Ruptura):**

- Ano X – Nº 384 – 26.06.2009
- Ano X – Nº 386 – 27.07.2009
- Ano X – Nº 388 – 24.08.2009
- Ano X – Nº 391 – 14.09.2009
- Ano XII – Nº 392 – 28.09.2009
- Ano XII – Nº 394 – 12.10.2009
- Ano XII – Nº 395 – 21.10.2009
- Ano XII – Nº 396 – 04.11.2009
- Ano XII – Nº 397 – 09.11.2009
- Ano XII – Nº 398 – 17.11.2009
- Ano XII – Nº 399 – 24.11.2009
- Ano XII – Nº 406 – 22.01.2010
- Ano XII – Nº 407 – 05.02.2010
- Ano XII – Nº 409 – 19.02.2010
- Ano XII – Nº 411 – 12.03.2010
- Ano XII – Nº 412 – 17.03.2010
- Ano XII – Nº 413 – 26.03.2010
- Ano XII – Nº 415 – 09.04.2010
- Ano XII – Nº 419 – 04.05.2010
- Ano XII – Nº 423 – 10.06.2010
- Ano XIII – Nº 442 – 20.12.2010
- Ano XIII – Nº 444 – 05.01.2011
- Ano XIII – Nº 445 – 13.01.2011
- Ano XIII – Nº 446 – 26.01.2011
- Ano XIII – Nº 447 – 08.02.2011
- Ano XIII – Nº 449 – 03.03.2011
- Ano XIII – Nº 450 – 09.03.2011
- Ano XIII – Nº 453 – 01.04.2011
- Ano XIII – Nº 455 – 05.05.2011
- Ano XIII – Nº 456 – 16.05.2011
- Ano XIII – Nº 457 – 19.05.2011

- Ano XIII – Nº 460 – 03.06.2011
- Ano XIII – Nº 462 – 17.06.2011
- Ano XIII – Nº 466 – 01.08.2011
- Ano XIII – Nº 468 – 15.08.2011

❖ **Nô Pintcha:**

- Ano XXXIV – Nº 2020 – 06.01.2010
- Ano XXXIV – Nº 2040 – 02.07.2009
- Ano XXXIV – Nº 2044 – 30.07.2009
- Ano XXXIV – Nº 2048 – 27.08.2009
- Ano XXXIV – Nº 2049 – 03.09.2009
- Ano XXXIV – Nº 2052 – 25.09.2009
- Ano XXXIV – Nº 2053 – 01.10.2009
- Ano XXXIV – Nº 2056 – 23.10.2009
- Ano XXXIV – Nº 2057 – 30.10.2009
- Ano XXXIV – Nº 2059 – 12.11.2009
- Ano XXXIV – Nº 2060 – 19.11.2009
- Ano XXXIV – Nº 2061 – 26.11.2009
- Ano XXXIV – Nº 2068 – 14.01.2010
- Ano XXXIV – Nº 2069 – 28.01.2010
- Ano XXXIV – Nº 2070 – 22.01.2010
- Ano XXXIV – Nº 2071 – 04.02.2010
- Ano XXXIV – Nº 2072 – 11.02.2010
- Ano XXXIV – Nº 2073 – 19.02.2010
- Ano XXXIV – Nº 2077 – 18.03.2011
- Ano XXXIV – Nº 2080 – 08.01.2010
- Ano XXXIV – Nº 2081 – 15.04.2010
- Ano XXXV – Nº 2083 – 29.04.2010
- Ano XXXV – Nº 2087 – 27.05.2010
- Ano XXXV – Nº 2089 – 10.06.2010
- Ano XXXV - Nº 2117 – 22.12.2010
- Ano XXXV – Nº 2120 – 13.01.2011
- Ano XXXV – Nº 2121 – 21.05.2011
- Ano XXXV – Nº 2128 – 11.03.2011
- Ano XXXV – Nº 2129 – 17.03.2011
- Ano XXXV – Nº 2132 – 07.04.2011
- Ano XXXV – Nº 2136 – 06.05.2011
- Ano XXXV – Nº 2138 – 19.05.2011
- Ano XXXVI – Nº 2141 – 09.06.2011

- Ano XXXVI – Nº 2144 – 30.06.2011
- Ano XXXVI – Nº 2148 – 28.07.2011
- Ano XXXVI – Nº 2149 – 05.08.2011
- Ano XXXVI – Nº 2150 – 11.08.2011
- Ano XXXVI – Nº 2151 – 18.08.2011
- Ano XXXVI – Nº 2152 – 25.08.2011
- Ano XXXV – Nº 1255 – 17.02.2011

❖ **Diário Bissau:**

- Ano XII – Nº 757 – 03.07.2010
- Ano XI – Nº 758 – 08.07.2009
- Ano XII – Nº 765 – 27.08.2009
- Ano XII – Nº 766 – 03.09.2009
- Ano XII – Nº 768 – 16.09.2009
- Ano XII – Nº 769 – 23.09.2009
- Ano XII – Nº 771 – 07.10.2009
- Ano XII – Nº 773 – 21.10.2009
- Ano XII – Nº 775 – 05.11.2009
- Ano XII – Nº 777 – 19.11.2009
- Ano XIV – Nº 784 – 22.01.2010
- Ano XIV – Nº 786 – 04.02.2010
- Ano XIV – Nº 794 – 01.04.2010
- Ano XV - Nº 796 – 15.04.2010
- Ano XV – Nº 799 – 04.05.2010

Anexos

Anexo I – Outras Ameaças Transnacionais

De uma forma sucinta, seguidamente serão analisadas as outras ameaças transnacionais consagradas na EES:

- Exploração Excessiva de Recursos Naturais: a desmedida industrialização, capitalismo económico e os avanços tecnológicos conduziram a uma excessiva e descontrolada exploração dos recursos naturais e dos recursos renováveis, cuja existência é limitada, sem a preocupação da possibilidade de esgotamento das suas reservas. Entre estes recursos naturais destacam-se os recursos fósseis (combustíveis), algumas matérias-primas como a madeira, o gás natural e o carbono. No que diz respeito aos recursos renováveis, efectivamente existem recursos como o sol, o mar, a água e o vento que são inesgotáveis, contudo a água doce, a fauna, o solo, as florestas e a atmosfera são recursos que podem se esgotar quando não explorados adequadamente, tendo em conta que a sua renovação é demorada, logo poderão ter uma existência limitada. Há que ter em conta a possibilidade da eclosão de Conflito por competição de recursos naturais como a água, exemplo disso é o Conflito disputado em Caxemira.
- Degradação Ambiental: é uma das maiores ameaças mundiais, uma vez que resulta da relação do homem com o ecossistema, ou seja, das agressões intencionais e não intencionais por parte do Homem face ao meio ambiente. A conservação da biodiversidade é importante para a conservação do património ambiental e para o ecossistema. O desenvolvimento da sociedade industrial, a urbanização descontrolada e ineficaz protecção de espaços verdes conduziu a uma enorme degradação ambiental que tem como consequências a desflorestação, a desertificação, a redução de áreas verdes, a eliminação de espécies em vias de extinção e de fauna e flora. O aumento da camada de ozono é causada pela emissão de gases nefastos para a atmosfera, danificando esta camada que protege os seres humanos dos raios ultravioleta. A poluição terrestre, marítima e área causada pelo não tratamento de lixos, de despejos industriais contribui para contaminação de recursos hidráulicos, eólicos e terrestres.
- Alterações Climáticas: *“Potencialmente, este é o maior desafio da humanidade nas próximas décadas e tudo depende da resposta que lhe for dada, sendo certo que não há resposta possível na escala de um qualquer estado ou mesmo de uma região. O que está em causa, mais uma vez, é muito vasto: a relação do homem com o ecossistema global que lhe sustenta a vida. (...) O que está em causa, em última instância, são noções de base que*

podemos chamar valores civilizacionais.”²¹³ As alterações climáticas derivam do efeito estufa causado pela acumulação de fases – dióxido de carbono da utilização de combustíveis fósseis – que ao reter o calor do Sol provoca o aumento das temperaturas e do nível do mar e a consequente eliminação de zonas costeiras, a redução da longevidade da camada atmosférica e desastres naturais de maiores proporções (secas prolongadas, cheias/inundações, tornados, nevões).

- Pandemias Infecciosas: reemergência de determinadas doenças infecciosas como um dos efeitos nefastos da Globalização. Paul Smith enumera como principais factores para a disseminação destas pandemias o crescimento urbano, a migração, o uso de antibióticos e as mudanças no comportamento sexual como os principais factores para a disseminação de pandemias²¹⁴, entre as quais se salientam a Pneumonia, o Vírus Ébola, o Dengue, a Cólera, a Malária, a Tuberculose e a SIDA que têm uma maior incidência em África com o potencial para eliminar estratos etários. Há que ter em conta que, *“na medida em que aumentou a ameaça das doenças infecciosas no mundo, muitos governos encaram-nas como um problema de segurança nacional, não apenas um assunto de saúde pública,”*²¹⁵ uma vez que estas pandemias têm a capacidade para destruir a economia de um país com o aumento dos encargos com a saúde e consequentemente o possível colapsar do país, contribuindo para diminuição da esperança média de vida e da naturalidade e o aumento da instabilidade social.

²¹³ Telo, António José, op. cit. p. 14

²¹⁴ *Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military (US Army War College)* (site), op. cit.

²¹⁵ *Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military* (site), op. cit.

Anexo II – Indicadores do Índice dos Estados Falhados²¹⁶**Indicador - Social**

<i>Pressões Demográficas</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Pressões decorrentes da alta densidade populacional relativamente ao fornecimento de alimentos, acesso a água potável e outros recursos vitais; ➔ Pressões decorrentes dos padrões do estabelecimento de grupos que afectam a liberdade de participação nas actividades comuns físicas e sociais, incluindo produtividade económica, viagens, interacção social, culto religioso, etc; ➔ Pressões decorrentes dos padrões do estabelecimento de grupos e das configurações físicas, incluindo disputa de fronteiras, propriedade ou ocupação de terras, acesso a transportes, controlo de sites religiosos ou históricos; ➔ Pressões decorrentes do elevado crescimento populacional e da distribuição populacional disforme, como protuberância da juventude ou da idade, ou divergentes taxas de crescimento populacional entre os grupos populares; ➔ Pressões decorrentes de desastres naturais (tornados, terremotos, cheias, secas, etc) que provocam sofrimento e privação; ➔ Pressões decorrentes de epidemias como HIV/SIDA, gripe aviária, Síndrome Respiratório Agudo Grave (SARS), e outras doenças contagiosas; ➔ Pressões decorrentes de perigos ambientais, do desenvolvimento de infra-estruturas que afasta comunidades e projectos industriais que ameaçam as populações indígenas;
<i>Refugiados e Deslocados</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Forçoso afastamento de grandes comunidades como resultados de (in)discriminada violência e/ou repressão, causando carência de alimentos e de água potável, doenças, competição por terra, e agitação que pode evoluir para problemas de Segurança e humanitários, dentro e entre países. Este indicador refere-se a refugiados que entram ou saem de países;
	<ul style="list-style-type: none"> ➔ História de grupos populares alvos de injustiça, por vezes, durante

²¹⁶ Fund For Peace: Indicators - <http://www.fundforpeace.org/global/?q=indicators>

<p>Reclamações dos Cidadãos</p>	<p>séculos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Padrão de atrocidades cometidos com impunidade contra grupos populares; ➔ Distinção de determinados grupos ou grupos dominantes pelas autoridades estatais como alvo de persecução ou repressão; ➔ Institucionalização da exclusão política; ➔ Utilização pública de grupos que acumularam riqueza e adquiriam status e poder como bodes expiatórios ,evidente pela emergência do rácio de “ódio”, e retórica política estereotipada e nacionalista; ➔ Grupos ofendidos porque lhes foram negados a autonomia, auto-determinação e independência política;
<p>Êxodo Colectivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ <i>Brain Drain</i> de profissionais, intelectuais e políticos dissidentes que medo de persecução ou repressão; ➔ Emigração voluntária da classe média, principalmente de segmentos da população economicamente produtivos, como empresários, homens de negócios, artesãos e comerciantes devido à deterioração económica; ➔ Aumento do êxodo de comunidades e diásporas;

Indicador – Económico

<p>Desenvolvimento Desigual</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Desigualdade entre classes, ou a desigualdade percebida, na educação e no <i>status</i> económico; ➔ Empobrecimento de determinados grupos medido pelos níveis de pobreza, taxa de mortalidade infantil e níveis de educação; ➔ Aumento de nacionalismo comunitário baseado na desigualdade entre grupos, real ou percebida;
<p>Pobreza e Declínio Desigual</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Padrão de progressivo declínio económico da sociedade como um todo medido pelo PIB per capita, PIB, dívida, taxa de mortalidade infantil, níveis de pobreza, falências de empresas; ➔ Queda brusca nos preços de mercadorias, receitas comerciais e

	<p>investimento estrangeiro;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Colapso ou desvalorização da moeda nacional; ➔ Austeridade social extrema imposta por programa de austeridade económica; ➔ Aumento das economias paralelas, incluindo tráfico de armas, <i>smuggling</i> e fuga de capitais; ➔ Aumento dos níveis de corrupção e de transações ilícitas entre a população
--	---

Indicador – Político-Militar

<i>Legitimidade do Estado</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Corrupção massiva e endémica ou aquisição de lucros pelas elites no poder; ➔ Resistência das elites no poder à transparência, responsabilidade e representação política, revelada por escândalos, jornalismo de investigação, prossecução criminal ou acção civil; ➔ Perda generalizada da confiança popular nas instituições e processos estatais, como eleições boicotadas, manifestações públicas em massa, desobediência civil, inabilidade do Estado em recolher impostos, resistência ao recrutamento militar; aumento das insurgências armadas; ➔ Aumento dos sindicatos do crime ligados às elites no poder;
<i>Progressiva Deterioração dos Serviços Públicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Desaparecimento de funções estatais básicas que servem a população, incluindo a incapacidade para proteger os cidadãos do Terrorismo e violência e providenciar serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento, transportes públicos, etc; ➔ Diminuição do aparelho de Estado que serve as elites no poder, como agências de segurança, staff presidencial, banco central, serviço diplomático, oficiais da alfândega, etc;
<i>Violação dos Direitos Humanos e Estado de</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Emergência de regimes autoritários, ditatoriais ou militares, nos quais as instituições constitucionais e democráticas e processos encontram-se suspensos ou manipulados; ➔ Surto de violência de inspiração política (em oposição à criminal) contra civis inocentes; ➔ Aumento do número de prisioneiros políticos ou dissidentes, aos quais são negados os processos de acordo com as normas e

Direito	<p>práticas internacionais;</p> <p>→ Abuso generalizado dos direitos legais, políticos e sociais, incluindo dos indivíduos, grupos e instituições (assédio dos meios de comunicação, politização da judiciária, uso interno dos militares para fins políticos, repressão pública de adversários políticos);</p>
Forças de Segurança	<p>→ Emergência de uma elite ou guardas leais ao líder que operam com impunidade e ultrapassam a cadeia de comando das Forças Armadas;</p> <p>→ Emergência de milícias privadas suportadas ou particionadas pelo Estado que aterrorizam os oponentes políticos, inimigos ou civis suspeitos de simpatizarem com a oposição;</p> <p>→ Emergência de um “exército dentro de um exército”, unidades secretas de <i>intelligence</i> ou outras forças de segurança irregulares que servem os interesses de uma facção ou líder político;</p> <p>→ Resistência armada à autoridade do governo, revoltas violências e insurgências, proliferação de milícias independentes, vigilantes, ou grupos mercenários que desafiam o monopólio estatal do uso da força;</p>
Divisão entre Elites	<p>→ Fragmentação das elites no poder e das instituições estatais por divisões étnicas, de clãs, raciais ou religiosas;</p> <p>→ Uso da retórica política nacionalista pelas elites no poder em termos de irredentismo²¹⁷ (ex: “uma grande Sérvia”) ou por solidariedade comunitária (ex: “limpeza étnica” ou “defesa da fé”);</p> <p>→ Ausência de uma liderança legítima amplamente aceite como representante de todos os cidadãos;</p>
Intervenção de Actores Externos	<p>→ Envolvimento militar ou para-militar, tanto secreto como evidente, em assuntos internos do Estado por exércitos inimigos, Estados, grupos identitários ou entidades que afectam o balanço interno do Poder ou resolução de Conflitos;</p> <p>→ Intervenção económica por Poderes estrangeiros, incluindo organizações multilaterais através de empréstimos de grande escala, projectos de desenvolvimento, ajuda externa como apoio ao orçamento em curso, controlo das finanças, gestão da política económica do Estado, dependência económica;</p> <p>→ Intervenção humanitária ou estratégia militar no Conflito interno ou na mudança de regime;</p>

²¹⁷ O irredentismo é uma doutrina seguida em vários países que aspira a abranger regiões de outros Estados com quem tem afinidades de língua, costumes e raça in Infopédia: Irredentismo - <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/irredentismo>

Anexo III – Os Principais Partidos na Guiné-Bissau

AD – Aliança Democrática

APU – Aliança Popular Unida

FCG-SD – Fórum Cívico Guineense-Social Democracia

FDS – Frente Democrática Social

FLING – Frente para a Libertação e a Independência Nacional da Guiné

LIPE – Liga Guineense de Protecção Ecológica

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD – Partido da Convergência Democrática

PDG – Partido Democrático da Guiné-Bissau

PDSG – Partido Democrático Socialista da Guiné-Bissau

PND – Partido da Nova Democracia

PP – Partido do Progresso

PRID – Partido Republicado para a Independência e Desenvolvimento

PRP – Partido para a Renovação e Progresso

PSD – Partido Social Democrático

PRS – Partido para a Renovação Social

PST – Partido da Solidariedade e Trabalho

PUSD – Partido Único Social Democrático

RGB-MB – Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá

UE – União Eleitoral

UM – União para a Mudança

UNDP – União Nacional para a Democracia e o Progresso

UP – Plataforma Unida (coligação com o PCD, FDS, FLING e RGB-MB)

UPG – União dos Guineenses Patriotas

Anexo IV – Parcerias e Respectivas Acções Prioritárias²¹⁸

<i>Parcerias</i>	<i>Acções Prioritárias</i>
<i>Paz e Segurança</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o diálogo sobre desafios à paz e segurança; • Operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança em África; • Garantia de financiamento das operações de paz africanas;
<i>Governança Democrática e Direitos Humanos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o diálogo bilateral e global sobre este tópico; • Promover o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares e apoiar a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança; • Reforçar a cooperação no âmbito dos bens culturais;
<i>Comércio e Integração Regional</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a agenda da integração africana; • Reforçar as capacidades africanas na área de regras, standards e controlo de qualidade; • Implementação da parceria no domínio das infra-estruturas;
<i>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o financiamento e base política para o alcance dos ODM; • Acelerar o alcance dos ODM sobre Segurança Alimentar, saúde e educação;
<i>Energia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a parceria sobre infra-estruturas e intensificar a cooperação no domínio da segurança e acesso a fontes energéticas;
<i>Alterações Climáticas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma agenda comum sobre políticas de cooperação das alterações climáticas; • Cooperação no combate à degradação da terra e aridez dos solos, incluindo no âmbito da iniciativa Green Wall for the Sahara;
<i>Migração, Mobilidade e Emprego</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Declaração de Tripoli sobre Migrações e Desenvolvimento, bem como o Plano de Acção UE-África sobre Tráfico de Seres Humanos e a Declaração de Ouagadougou sobre Emprego e Alívio da Pobreza em África;
<i>Ciência, Sociedade de Informação e Espaço</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de uma sociedade de informação inclusiva em África; • Apoiar a formação de capacidades em ciência e tecnologia e implementar o Plano de Acção Consolidado Africano sobre Ciência e Tecnologia; • Aumentar a cooperação no âmbito da tecnologia espacial e suas aplicações;

²¹⁸ UE - Estratégia Conjunta UE-África - <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/registo/000039706/documento/0001/>

Anexo V - Entrevista: Dr. Luís Rosa, Setembro de 2011

1. Qual foi a inspiração de Amílcar Cabral para criar o PAIGC? Porquê adoptar a ideologia marxista?
2. Como explica os constantes golpes de Estado? São resultado da incapacidade de resolução dos Conflitos e instabilidade por meios pacíficos?
3. Até que ponto vai o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico? (Na T'Chuco e Nino) Que outros exemplos existem?
4. Na sua opinião, quando existia uma preferência por uma determinada etnia no poder era uma forma de concessão de privilégios devido ao PM ou PR ou era uma forma de incitação ao Conflito étnico?
5. Porque é Carlos Gomes Júnior se recursou a aceitar a vitória de Nino nas presidenciais de 2005?
6. Porquê a grande rivalidade histórica com o General Batista Tagme Waie? De certo que houve outros inimigos que o PR Nino fez na sua subida e estadia no poder...
7. Que perspectivas têm sobre o futuro da Guiné-Bissau?

Anexo VI - Entrevista: Coronel Luís Marquês Saraiva, Outubro de 2011

1. A iliteracia e as insuficientes habilitações académicas dos dirigentes são causa condicionante do enfraquecimento das estruturas estatais no período de pós-independência? (A própria falta de desenvolvimento de Portugal é igualmente um factor?)
2. No que se refere à instabilidade entre a elite política e a elite militar, como explica os constantes golpes de Estado? É só uma questão de sede de poder e de controlo do país? É uma consequência da etnização das elites políticas e militares? É resultado da incapacidade de resolução dos Conflitos e instabilidade por meios pacíficos?
3. A Questão de Casamansa é também retratada por diversas vezes na literatura sobre a história da Guiné-Bissau. Qual a influência desta questão nas opções políticas?
4. Kumba Yalá acusou Nino Vieira estar envolvido no narcotráfico. Esta acusação é baseada em que fundamentações/provas? Foi uma estratégia política para desacreditar Nino Vieira?
5. Até que ponto vai o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico? (Na T'Chuco e Nino) Que outros exemplos existem?
6. Como vê o envolvimento da elite política e militar no narcotráfico que decorre nas ilhas bijagós, utilizadas pelos cartéis sul-americanos? Qual a motivação destas elites para participarem no narcotráfico? É somente por compensação económica?
7. Que razões conduziram ao assassinato de Ansumane Mané?
8. Que perspectivas têm sobre o futuro da Guiné-Bissau?